

ISSN online: 2177-7780

DOI: 10.25194/ rf.v22i3

Vol. 22 | Nº3 | 2025

Revista Formadores

Revista
Formadores
Vivências e Estudos

Revista Formadores

Revista Formadores

Vivências e Estudos

EDITOR-CHEFE

Dr. Ivo Pedro Gonzalez Junior

CONSELHO EDITORIAL

Dr^a. Helen Meira Cavalcanti

Editor administrativo Esp. - Emerson Kiekow de Britto Rodrigues Alves

CORPO EDITORIAL

Prof. Dr. Alex Landin - Centro Universitário Adventista de São Paulo - UNASP - Brasil

Prof. Dr. Adriano Santos Rocha Silva - Universidade Federal de Sergipe - Brasil

Prof. Me. Anselmo Cordeiro de Souza - Faculdade Adventista da Bahia - Brasil

Prof. Dr. Carlos William Marin Gallego - Universidad Adventista de Colombia - Unac - Colômbia

Prof. Dra. Emmanuelle Fonseca Marinho de Anias Daltro

Prof. Dr. Fábio Vinicius de Macedo Bérغامo - Universidade do Sudoeste da Bahia - UFOB - Brasil

Prof. Me. Harold Libardo Mendivelso Carrillo - Universidade Adventista do Chile - UNACH -Chile

Prof. Dr. Horácio Casali - Universidad Adventista del Plata - UAP - Argentina

Prof. Dr. Jacó dos Santos Souza -Faculdade Adventista da Bahia - FADBA - Brasil

Prof. Dr. Levi Morgan - Centro Universitário Adventista de São Paulo - UNASP - Brasil

Prof. Dr. Maritza Soledad Arana Rodriguez - Universidade Peruana Union- UPeU -Peru

Prof. Dr. Platini Gomes Fonseca - Universidade Federal do Vale do São Francisco - UNIVASF - Brasil

Prof. Dr. Ricardo Costa Caggy - Universidad Adventista del Plata - UAP - Argentina

Prof. Dr. Rodrigo Cesar Reis de Oliveira - Universidade Federal de Alagoas - Brasil

Profa. Dra. Tânia Moura Benevides Universidade do Estado da Bahia/Universidade Federal da Bahia

DIAGRAMAÇÃO

Amanda Carvalho Soares

Fábio Madureira Garcia

Equipe Editorial

Núcleo de Tecnologias Educacionais e Comunicação - Faculdade Adventista da Bahia, Brasil

WEBSITE

<https://adventista.emnuvens.com.br/formadores>

Esta revista oferece acesso livre imediato ao seu conteúdo, seguindo o princípio de que disponibilizar gratuitamente o conhecimento científico ao público proporciona maior democratização mundial do conhecimento. Sendo assim, está sob a Licença Creative Commons Attribution 4.0 (que permite o compartilhamento do trabalho com reconhecimento da autoria e publicação inicial nesta revista), tendo a representação dessa autorização através do seguinte selo:



Ficha catalográfica elaborada pelo
Bibliotecário Uariton Boaventura CRB 5/1587

F723 Formadores: vivências e estudos / Faculdade Adventista da Bahia
– vol. 22, n. 3 Caderno Geral (Julho/Dezembro. 2025) –
Cachoeira/BA, 2025. -

151 p.

ISSN Online: 2177-7780

1. Gestão 2. Inovação. 3 Tecnologia. 4. Educação . I. Título. II.
Centro Universitário Adventista de Ensino do Nordeste.

SCDD 050

EDITORIAL

O terceiro volume da Revista Formadores do ano de 2025, em seu caderno geral consolida-se como um espaço de diálogo acadêmico e científico voltado à reflexão crítica sobre as dinâmicas contemporâneas que permeiam a educação, a gestão, a inovação e as práticas organizacionais. Nesta edição, os artigos reunidos abordam temáticas que evidenciam a complexidade dos desafios profissionais e sociais de nosso tempo, bem como a importância da formação ética, técnica e humanística dos futuros líderes e pesquisadores.

O primeiro artigo analisa o papel do Business Intelligence (BI) no processo de tomada de decisão na Companhia de Saneamento de Alagoas (CASAL), demonstrando como o uso do Power BI pode potencializar a eficiência e a qualidade das decisões estratégicas. Em seguida, uma reflexão sensível sobre o etarismo no Brasil discute os impactos na trajetória do profissional 50+, ressaltando a urgência de práticas inclusivas nas organizações.

A discussão sobre governança corporativa, à luz da teoria neoinstitucional e das pressões isomórficas, oferece uma leitura crítica das práticas de gestão em uma instituição confessional, relacionando-as às recomendações do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC). Outro estudo, voltado à diversidade cultural nas organizações, destaca as relações interpessoais e o respeito às diferenças no contexto do próprio Centro Universitário Adventista de Ensino do Nordeste, enfatizando o papel da cultura organizacional na formação integral dos indivíduos.

No campo econômico e educacional, dois artigos abordam a importância da gestão e da formação financeira: o primeiro analisa estratégias de planejamento tributário e sua influência na gestão das farmácias de Governador Mangabeira-BA, enquanto o segundo defende a inserção da disciplina de Educação Financeira na grade curricular do ensino médio, como instrumento de autonomia e cidadania.

Enriquecendo esta edição, temos um projeto de intervenção, escrito em espanhol sobre a dimensão social e inclusiva de empreendimentos femininos de subsistência, apresentando um programa de intervenção integral voltado à inovação e à modelagem de negócios de mulheres participantes do Programa Mujeres chefes de lar.

Por fim temos um projeto de pesquisa e extensão sobre tecnologias assistivas, que traz soluções fundamentadas em pesquisa qualitativa sobre acessibilidade informacional em bibliotecas.

A diversidade de temas e perspectivas reunidos neste volume reafirma o compromisso da Revista Formadores com a promoção do conhecimento interdisciplinar e a valorização da pesquisa aplicada às realidades locais e globais. Que esta edição inspire novos olhares, diálogos e práticas transformadoras em prol de uma sociedade mais justa, inclusiva e consciente do papel da ciência na construção do bem comum.

Boa leitura a todos

Ivo Pedro Gonzalez Júnior
Editor da Revista Formadores

SUMÁRIO

ARTIGOS ORIGINAIS

07 O PAPEL BUSINESS INTELLIGENCE (BI) NO PROCESSO DE TOMADA DE DECISÃO: UM ESTUDO DE CASO NA COMPANHIA DE SANEAMENTO DE ALAGOAS - CASAL UTILIZANDO A PLATAFORMA POWER BI.

Juliana Paula da Silva
Rodrigo César Reis de Oliveira
Pablo Viana da Silva
Ivo Pedro Gonzalez Júnior

34 ETARISMO NO BRASIL E SEUS IMPACTOS PARA O PROFISSIONAL 50+.

Leandro Santos Correia
Eginaldo Barbosa Pellegrino

54 GOVERNANÇA CORPORATIVA: TEORIA NEOINSTITUCIONAL E PRESSÕES ISOMÓRFICAS: PRÁTICAS DE GOVERNANÇA CORPORATIVA DE UMA INSTITUIÇÃO CONFSSIONAL Á LUZ DAS RECOMENDAÇÕES DO IBGC.

Josiane Silva Fraga
William Gomes Linhares
Enoque Barbosa dos Santos

69 DIVERSIDADE CULTURAL NAS ORGANIZAÇÕES: UM BREVE ESTUDO SOBRE AS RELAÇÕES INTERPESSOAIS NO CENTRO UNIVERSITÁRIO ADVENTISTA DE ENSINO DO NORDESTE.

Victória Barbosa Moreira Nunes
Lisa Victória Moreira Barreto Santo
Kézia Ferreira Campos

81 ESTRATÉGIAS DE PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO E INFLUÊNCIA NA GESTÃO FINANCEIRA DAS FARMÁCIAS DE GOVERNADOR MANGABEIRA-BA.

Josefer Andrade Francisco
Josenaldo Fiuza dos Santos de Oliveira Júnior
Jucinara Reis Nunes dos Anjos

98 A IMPORTÂNCIA DA DISCIPLINA DE EDUCAÇÃO FINANCEIRA NA GRADE CURRICULAR DE ESTUDANTES DO ENSINO MÉDIO.

Fabio Danemann
Iury Pereira Rangel
Fabio Pereira Batista
Lucas Silva Oliveira Cavalcante

112

PROGRAMA DE INTERVENCIÓN INTEGRAL EN ADQUISICIÓN DE ESTRATEGIAS DE INNVACIÓN Y DE MODELOS DE NEGOCIOS EN EMPRENDIMENTOS FEMENINOS DE SUBSISTENCIA PERTENECIENTES AL PROGRAMA MUJERES JEFAS DE HOGAR.

Bastían Eduardo Vargas López
Mónica Carolina Acosta Zambrano

129

SOLUÇÕES EM TECNOLOGIA ASSISTIVA BASEADAS EM UMA PESQUISA QUALITATIVA EM ACESSIBILIDADE INFORMACIONAL PARA AS BIBLIOTECAS.

Simone Tod Dechandt

O PAPEL DO BUSINESS INTELLIGENCE (BI) NO PROCESSO DE TOMADA DE DECISÃO: ESTUDO DE CASO NA COMPANHIA DE SANEAMENTO DE ALAGOAS: CASAL UTILIZANDO A PLATAFORMA POWER BI.

Juliana Paula da Silva - juliana.paula@feac.ufal.br ORCID: <https://orcid.org/0009-0000-8003-3117>

Bacharel em Administração pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL). Atua como analista de negócios, com experiência em análise de dados e desenvolvimento de dashboards no Power BI, aplicados à gestão pública e apoio à tomada de decisão.

Rodrigo Cesar Reis de Oliveira - rodrigo.oliveira@feac.ufal.br ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8423-2057>

Doutor em Administração pelo Núcleo de Pós-Graduação em Administração da UFBA (NPGA-UFBA). Mestre em Administração pelo Programa de Pós-graduação em Administração da UFPE (PROPAD-UFPE). Graduado em Administração pela Universidade Federal da Paraíba. Professor Adjunto da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade (FEAC), da Universidade Federal de Alagoas. Professor de graduação e do Mestrado Profissional em Administração Pública (PROFIAP-UFAL).

Pablo Viana da Silva - pablo.viana@feac.ufal.br ORCID: <https://orcid.org/0009-0003-0678-319X>

Doutor em Ciência da Computação pela Universidade Federal de Pernambuco (2006) com doutorado sandwich na University of California, Riverside (2005) e pós-doutorado na Linköpings Universitet, Suécia (2014). Concluiu o Mestrado em Ciência da Computação pela Universidade Federal de Pernambuco (2002) e Graduação pela Universidade Federal de Alagoas (1999). Professor Associado da Universidade Federal de Alagoas, com atuação acadêmica em sistemas de informação, gestão da inovação e empreendedorismo. Foi Secretário de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovação do Governo de Alagoas de 2015 a 2017. Possui experiência profissional no desenvolvimento de produtos, baseados em hardware de alto desempenho, lógica reconfigurável e microcontroladores.

Ivo Pedro Gonzalez Junior - ivo.junior@adventista.edu.br ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9758-3956>

Doutor em Administração pela Universidade Federal da Bahia - UFBA. Mestre em Administração pela UNIFACS. Graduado em Administração com especialização em Administração e Sistemas de Informação e também em Docência do Ensino Superior. Graduado em Ciências Contábeis e Pedagogia.

Resumo: Este estudo apresenta a implementação de um sistema de *Business Intelligence* na Companhia de Saneamento de Alagoas (CASAL), com foco na análise dos dados do Sistema Nacional de Informações em Saneamento Básico (SINISA) por meio do *Power BI*. O objetivo é explorar como essa ferramenta pode impactar o processo de tomada de decisão, automatizar processos, melhorar a qualidade das informações e fornecer *insights* estratégicos para a gestão. O processo de implementação incluiu a configuração seguindo o fluxo ETL (Extração, Transformação e Carga), que permitiu extrair os dados, integrá-los e organizá-los em um formato adequado para visualização e análise. A pesquisa se fundamenta em um estudo de caso que incluiu entrevistas e análises de dados internos, destacando as percepções dos gestores sobre a eficácia dos relatórios dinâmicos e interativos. Os resultados indicam que o *Power BI* facilita a integração de dados em tempo real e a visualização de indicadores-chave de desempenho (KPIs), permitindo uma análise mais ágil e intuitiva.

Palavras-chave: Power BI; Dashboard, Tomada de Decisão, Saneamento e CASAL.

Abstract: *This study presents the implementation of a Business Intelligence system at Companhia de Saneamento de Alagoas (CASAL), focusing on analyzing data from the National Basic Sanitation Information System (SINISA) through Power BI. The objective is to explore how this tool can impact the decision-making process, automate processes, improve the quality of information and provide strategic insights for management. The implementation process included configuration following the ETL (Extraction, Transformation and Load) flow, which allowed extracting the data, integrating it and organizing it in a format suitable for visualization and analysis. The research is based on a case study that included interviews and internal data analysis, highlighting managers' perceptions about the effectiveness of dynamic and interactive reports. The results indicate that Power BI facilitates real-time data integration and visualization of key performance indicators (KPIs), allowing for more agile and intuitive analysis.*

Keywords: Power BI; Dashboard; Decision Making; Sanitation and CASAL.

INTRODUÇÃO

Atualmente, as empresas lidam com grande volume de informações provenientes de diversas fontes, tanto internas quanto externas, tais como, produção, contabilidade, logística, finanças e vendas, além de interações com clientes, fornecedores e instituições financeiras (Oliveira, 2022). A evolução tecnológica trouxe uma nova dinâmica para o mundo dos negócios, mudando o modo como as organizações operam (Lazer, 2017). Nesse cenário, o uso inteligente dessas informações se tornou vital para que as empresas se atualizem competitivas e obtenham vantagens estratégicas (Karnikowski, 2020).

Para organizar e interpretar esse vasto conjunto de dados, o *Business Intelligence* surge como uma ferramenta necessária. Para a análise e criação de um *dashboard*, foi utilizada a ferramenta *Power BI*, que integra o conjunto de processos de Business Intelligence. Desenvolvido pela *Microsoft*, o *Power BI* oferece uma variedade de "serviços de software, aplicativos e conectores" que trabalham em conjunto para transformar fontes de dados dispersas em informações coesas, possibilitando uma compreensão clara e acionável do desempenho organizacional (Microsoft, 2023).

Após identificar as necessidades da Companhia de Saneamento de Alagoas (CASAL), este estudo propõe a implementação de um sistema de BI, utilizando o *Power BI*, para realizar análise dos dados da empresa. Para isso, foram realizadas entrevistas com o analista de dados, o gerente de TI e outros colaboradores da CASAL. Através dos dados obtidos das informações que são enviadas para o Sistema Nacional de Informações em Saneamento Básico (SINISA), pretende-se produzir relatório em forma de visualização de *dashboard* interativo que os gestores de empresa possam utilizar para tomar melhores decisões.

Diante desse cenário, é fundamental explorar como a ferramenta *Power bi* pode melhorar o processo de tomada de decisão na organização ao utilizar técnicas de coleta, armazenamento, análise e visualização de dados. O *BI* proporciona uma visão clara e abrangente do panorama empresarial, permitindo que gestores e executivos obtenham *insights* com base na análise dos dados (Gonçalves, 2023).

Diante deste contexto, surge o questionamento: Como *Power bi* pode contribuir na melhoria do processo de tomada de decisão da CASAL? O objetivo da pesquisa é construir um *dashboard*, utilizando a ferramenta Power BI, que possa auxiliar a empresa Companhia de Saneamento de Alagoas (CASAL) no processo de tomada de decisão. Objetivos Específicos são: Coletar dados acerca do saneamento no estado de alagoas do banco de dados *postgres* e do Sistema Nacional de Informações em Saneamento Básico (SINISA), conforme necessidade apontada pela empresa; Criar os fluxos de dados por meio das informações coletada no *postgres* e no Sistema Nacional de Informações em Saneamento Básico (SINISA); Elaborar o *dashboard* com a ferramenta *Power bi desktop*, através dos fluxos criados; Validar junto com o setor os resultados obtidos por meio do protótipo elaborado.

Segundo a pesquisa realizada pela FGVcia, a pandemia de Covid-19 acelerou significativamente o aumento da inteligência analítica. Esse campo abrange sistemas de apoio à tomada de decisão, como *Business Intelligence*, *Analytics*, entre outros. De acordo com dados coletados pela Deloitte nos Estados Unidos, aproximadamente 70% das empresas estão utilizando inteligência analítica (FGV cia, 2023).

No capítulo seguinte, é apresentada fundamentação teórica sobre os conceitos base de suporte à arquitetura de um sistema de *Business Intelligence*. No capítulo 3, será apresentado os procedimentos metodológicos utilizados neste trabalho, bem como o estudo de caso. No capítulo 4 será apresentado a análise dos resultados. No capítulo 5, será abordado a conclusão deste trabalho.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 BUSINESS INTELLIGENCE - BI

O termo *Business Intelligence* (BI) foi introduzido na década de 1990 pela renomada consultoria *Gartner Incorporated*, sediada em *Connecticut*, EUA. O conceito emergiu para atender à crescente necessidade das organizações de transformar dados em *insights* estratégicos, possibilitando decisões mais ágeis em um ambiente empresarial cada vez mais competitivo (Gartner, 2019).

No entanto, esse conceito foi aplicado às instituições por meio de diversos sistemas produzidos ao longo do tempo como referência. No final da década de 80 começou a ser usado o termo genérico

- *BI* como um meio de sobrepor outros termos designados no “domínio de armazenamento e análise de dados” (Conceição, 2020).

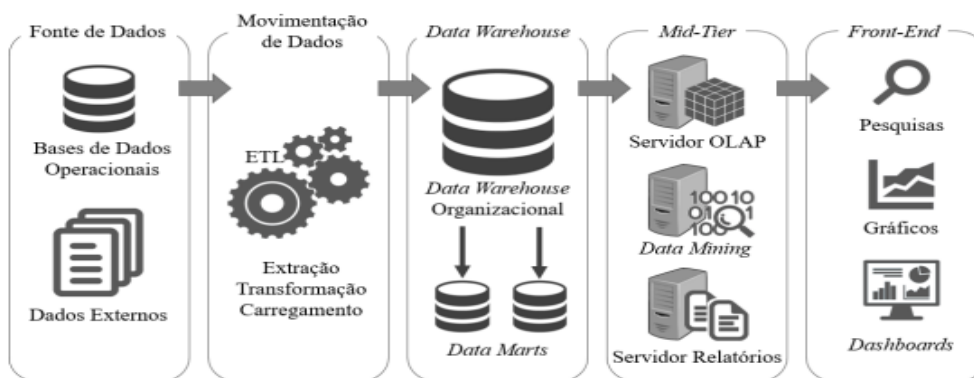
Atualmente, a inteligência de negócios é definida como um conjunto de técnicas e ferramentas que ajudam a transformar dados brutos em informações úteis para analisar um negócio, sendo assim uma tecnologia que pode ajudar os gestores a tomar decisões (Rud, 2009 apud Ferreira, 2018).

Business Intelligence traduzido para o português significa Inteligência de Negócios. Karnikowski (2020), conceitua como uma ferramenta capaz de extrair informações valiosas para um negócio fornecendo *insights* para tomada de decisões estratégicas. Leite (2018) complementa que o *BI* é como um conjunto de ferramentas que suportam o processo de gerenciamento das informações, melhorando as etapas de coleta, análise e disseminação das informações entre funcionários, clientes, fornecedores e parceiros, sendo entendido como um conjunto integrado de aplicações e tecnologias para recolher, armazenar, analisar e dar acesso fácil à informação.

A ferramenta *BI* é eficiente na análise em grande quantidade de dados, sendo eles estruturados ou não, assim, permite que os gestores tomem decisões eficazes “proporcionar às organizações uma vantagem competitiva e estabilidade a longo prazo” (Karnikowski, 2020).

Segundo Duarte (2018) conforme figura 1 o “sistema de *BI* possui quatro grandes componentes: (1) fonte de dados; (2) processo de extração, transformação e carregamento de dados (ETL - *Extraction, Transformation and Loading*); (3) repositório de dados; e (4) área de exploração dos resultados”. As principais fontes de inteligência de negócios são armazenamento de dados, relatórios, painéis e análises.

Figura 1- Diagrama de um sistema de *Business Intelligence*



Fonte: Chaudhuri et al. (2011) adaptado por Leite (2018)

2.2 POWER BI COMO UMA FERRAMENTA DE BUSINESS INTELLIGENCE

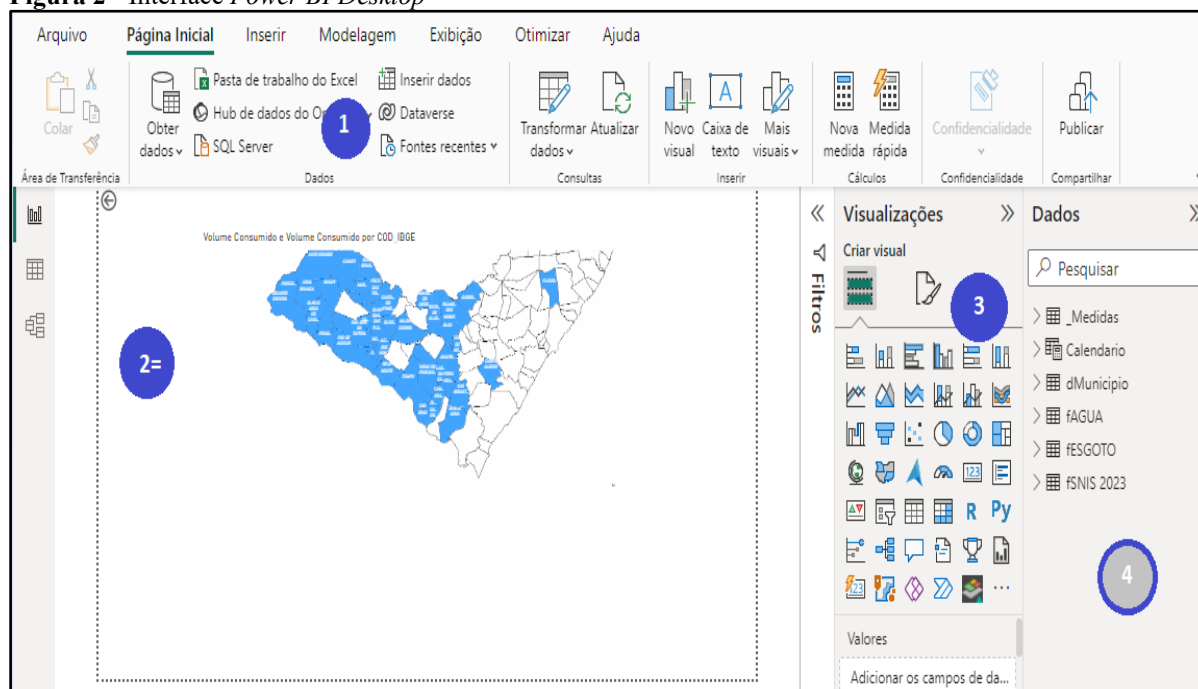
Conforme definido pela Microsoft (2023), o *Power BI* é uma plataforma abrangente que engloba uma variedade de serviços de *software*, aplicativos e conectores, todos trabalhando juntos para transformar dados em *insights*, visualmente atraentes e interativos. Desenvolvido pela *Microsoft*, o *Power BI* é uma ferramenta de análise e visualização de dados que oferece uma série de recursos para usuários de todos os níveis de habilidade e em uma variedade de contextos empresariais.

Já Santos (2019) descreve que “o *Power BI* é um *software* da categoria *BI* desenvolvido pela *Microsoft*” é um dos maiores *softwares* da atualidade. Onde a ferramenta possibilita analisar bilhões de dados de qualquer fonte, processá-los e prepará-los para exibição em painéis ou relatórios online.

A Microsoft (2023) define um *dashboard* do *Power BI* como as visualizações de relatórios, e cada relatório é construído com base em um conjunto de dados. No entanto Gonçalves (2023) afirma que “os *dashboards* resultam de aplicações de *BI* que monitoram, examinam e controlam as principais atividades da organização.”

O *Power BI* oferece a capacidade de manipular dados e convertê-los em informações objetivas, adaptadas às necessidades do usuário final. As ferramentas de visualização interativa, por outro lado, permitem que os tomadores de decisão explorem dinamicamente ideias, explorem padrões (Bonel, 2019).

Conforme ilustrado na figura 2 podemos observar que a interface inicial do *Power bi* está estruturada em quatro partes. No menu principal, os botões simplificam a interação e manipulação das visualizações disponíveis. Já no painel de dados, as informações são apresentadas de forma gráfica por meio de visuais dinâmicos e integrados. Essas visualizações proporcionam uma ampla variedade de gráficos, tabelas e matrizes, permitindo que o usuário explore seus dados e os converta em informações relevantes.

Figura 2 - Interface Power BI Desktop

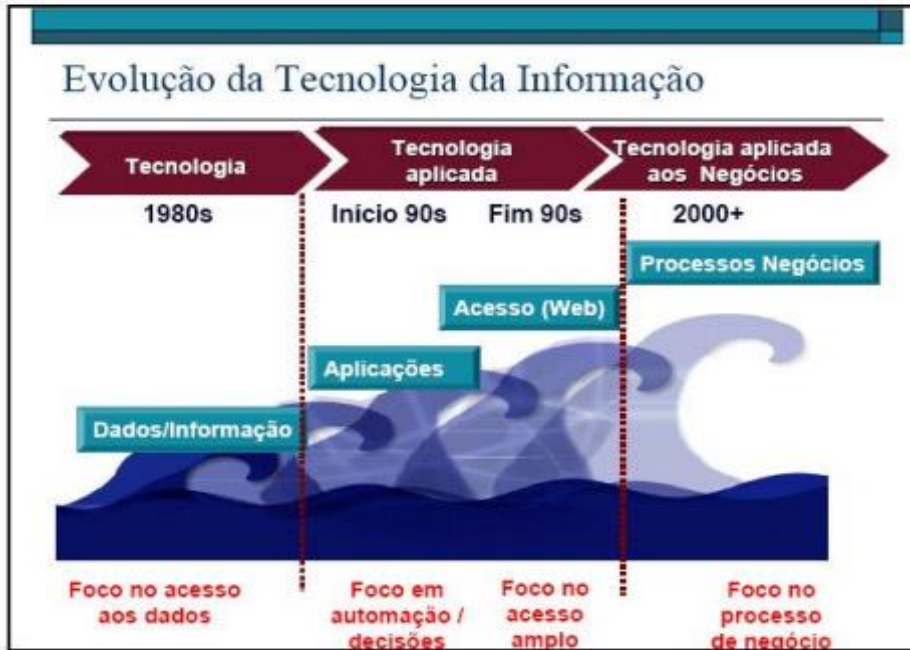
Fonte: Power bi desktop - elaborado pelo autor (2024)

Além disso, os campos exibem uma lista organizada em formato de tabela com as consultas realizadas e seus respectivos campos. Ao selecionar os campos desejados de uma ou mais tabelas que possuem relação entre si, é possível gerar visualizações de maneira ágil e eficaz.

2.3 VANTAGENS ESTRATÉGICAS DO BI

A demanda por investimentos em tecnologia criou uma vantagem competitiva no mercado devido ao impacto do processamento eficiente de informações na estratégia de negócios (Gonçalves, 2023). Santos (2019) destaca que antes de investir no sistema de *Business Intelligence* requer um planejamento de TI, “a fim de encontrar as soluções de *BI* coerentes para que a organização seja mais produtiva e capaz de agir proativamente com rapidez e qualidade.”

Na década de 1960, as empresas passaram a usar tecnologia da informação onde sua maioria alocava os recursos para o processamento centralizado de dados em grandes computadores (Rezende, 2017). Com o decorrer dos anos o foco não estava mais no acesso aos dados, somente a partir dos anos 2000 que a tecnologia da informação estava direcionada aos processos de negócios, e com isso, o *Bi* veio como uma solução para otimizar as operações e melhorar a eficiência. conforme ilustrado na figura 10, no modelo descrito por Rezende (2017).

Figura 3 - Demonstração da evolução da tecnologia.

Fonte: Rezende (2017)

Nos anos 2000, conforme ilustrado na figura 3, tem foco nos processos de negócios. Nesse novo cenário, o *Business Intelligence* tornou-se uma ferramenta fundamental para empresas na tomada de decisões. A capacidade de acessar informações de forma rápida e precisa permitiu aos gestores recursos de maneira mais eficiente (Karnikowski, 2020).

Estando em constante evolução, de modo que acompanha os avanços tecnológicos aliado às necessidades da organização (Sanches, 2024). Com a presença indispensável dessa ferramenta nos negócios, é possível analisar melhor sua performance, reduzir ineficiências, além de identificar possíveis prospecções de crescimento (Soares *et al.* 2022).

O *Business Intelligence* se faz importante no mundo dos negócios pois possibilita uma análise, organização, monitoramento e compartilhamento de informações valiosas com finalidade de planejamento e tomada de decisões mais assertivas pelos gestores da organização, de forma eficiente e segura (Soares *et al.* 2022).

2.4 PROCESSO DE TOMADA DE DECISÃO

Entender a importância das decisões no contexto organizacional é crucial para o sucesso empresarial. Decisões bem fundamentadas são essenciais para o alcance de metas, tanto na vida pessoal quanto no ambiente organizacional. Por isso, é importante analisar o processo de tomada de decisão, identificando as necessidades que movem os gestores e compreender como essas escolhas são feitas, levando em conta as demandas do ambiente em que a organização opera (Costa, 2012).

As necessidades que levam os gestores a tomar decisões são variadas. Em grande parte, as decisões são orientadas pela busca de oportunidades para melhorar o desempenho da organização, atingir metas estratégicas e resolver problemas emergentes (Moreira et al, 2020; Rautenberg e Carmo, 2019).

Para tal, este trabalho utiliza os sistemas de *Business Intelligence* como plataforma para suportar a tomada de decisão na organização, onde segundo Cruz (2022) esse sistema “proporciona aos negócios o apoio necessário para a tomada de decisão, por meio do uso de um conjunto de técnicas e ferramentas”.

METODOLOGIA

A presente pesquisa se caracteriza-se pela abordagem de um estudo de caso, do tipo descritiva e exploratório, onde segundo Zanella (2009) é um tipo de pesquisa científica que busca descrever e interpretar fenômenos e características existentes em determinado contexto. Seu objetivo principal é retratar de forma precisa a situação atual, observando e registrando fatos variáveis e relações entre elas.

Serão analisados os fatos e fenômenos da realidade do contexto da empresa no ramo de saneamento. As pesquisas descritivas serão úteis para fornecer uma base sólida de informações sobre um determinado tema, o que pode contribuir para o desenvolvimento de teorias, uma identificação de padrões e compreensão de fenômenos complexos (Soares, 2017).

Para compreender o tema da pesquisa, utilizou-se a entrevista semiestruturada, cuja pesquisa será direcionada aos principais responsáveis pela tomada de decisão dentro da organização. De acordo com Zanella (2009), esse tipo de técnica, o entrevistador conta com um roteiro-guia, porém, não precisa seguir rigorosamente a ordem exigida. Ele pode, quando oportuno, incluir novos questionamentos ao longo da entrevista, desde que mantenha o foco nos objetivos da entrevista. As entrevistas semiestruturadas foram realizadas de forma presencial e por meio de videoconferência no *Google Meet*, com o devido consentimento dos entrevistados para gravação, posteriormente transcrita para análise.

A pesquisa começou com o levantamento dos conceitos fundamentais e a revisão da literatura relacionada ao tema e ao objeto de estudo. A partir dessas informações, foram estabelecidas as categorias analíticas que fundamentaram o instrumento de pesquisa, representadas pelo roteiro de entrevista semiestruturada (Apêndice A).

Após a elaboração do roteiro de entrevista, validado por especialistas, foram realizadas

reuniões tanto de formato presencial quanto online, por meio da plataforma *Google Meet*, entre os meses de agosto e setembro de 2024. As entrevistas foram gravadas, com o objetivo de fornecer material de apoio para uma análise posterior. Com o objetivo de compreender as falas dos entrevistados, foram identificadas e organizadas as categorias analíticas da pesquisa.

Com base nas entrevistas realizadas e nas informações coletadas, foram extraídos dados do banco de dados da empresa para serem implementados no *Power BI*. Após a triagem, feita por meio de consultas, os dados serão organizados em fluxos e, no processo de ETL, serão transformados por cálculos, agregações e filtros. Assim, recebem as informações mais relevantes para a tomada de decisões, e essas informações serão apresentadas em painéis interativos no *Power BI*, permitindo que os gestores explorem os dados de forma intuitiva e personalizada.

O estudo de caso realizado, bem como os resultados obtidos, por meio do conhecimento em *Business Intelligence* e da plataforma *Power BI* como suporte tecnológico. Iniciaremos com uma breve introdução ao contexto da organização estudada. Em seguida será realizado um levantamento dos requisitos e caracterização do negócio onde foram conduzidas entrevistas aos colaboradores da empresa em fevereiro de 2024.

CONTEXTO DA ORGANIZAÇÃO

A Companhia de Saneamento do Estado de Alagoas (CASAL) é a empresa de abastecimento de água e saneamento básico do estado de Alagoas com sede em Maceió, fundada em dezembro de 1962, cuja constituição foi autorizada através da Lei Estadual nº. 2.491, de 1º de dezembro de 1962. Dentre as atribuições da Casal, em sua principal atividade econômica enquadram-se: captação, Tratamento e Distribuição de Água (CASAL, 2023).

A empresa tem um papel vital na coleta e no compartilhamento anual de dados com o Sistema Nacional de Informações em Saneamento Básico (SINISA). Essa iniciativa é fundamental, pois ajuda a melhorar o setor de saneamento e a desenvolver políticas públicas mais eficazes (SNIS, 2023).

Quadro 3 – Quadro de categorias analíticas da pesquisa

Dimensões	Dimensões Analíticas	Propósitos da Categoria	Autores
Business Intelligence	Quanto à compreensão	Analisar a percepção e conhecimento acerca do Business Intelligence sobre a ferramenta Power BI.	(Conceição, 2020; Leite 2018)
	Quanto às expectativas	Entender e identificar quais funcionalidades do Power BI são esperadas para facilitar o trabalho	(Gonçalves, 2023; Santos (2019)
	Quanto ao acesso e uso dos dados	Entender os métodos atuais de acesso e uso dos dados na organização e identificar os sistemas ou ferramentas integrados.	(Duarte, 2018)
Visualização e Análise de Dados	Quando a visualização dos dados	Identificar e compreender quais tipos de visualizações de dados são considerados mais eficazes.	(Microsoft, 2023)
	Quando a análise dos dados	Identificar quais funcionalidades analíticas são consideradas essenciais da ferramenta de BI.	(Microsoft, 2023)
Tomada de Decisão	Quanto a necessidades de Informação	Identificar quais tipos específicos de relatórios ou dados são necessários para tomada de decisões informadas.	(Karnikowski, 2020)
	Quanto ao tomada de decisão	Avalia como o acesso a dados mais detalhados e bem apresentados poderia potencialmente melhorar as decisões estratégicas.	(Costa, 2012; Sérgio, 2011)

ANÁLISE DE RESULTADOS

4.1 ATUAÇÃO DA FERRAMENTA NA EMPRESA

No que se refere sobre a inteligência de negócio, foram considerados três aspectos centrais: a compreensão (**BI01-02**) dos usuários em relação à ferramenta, as expectativas (**BI03-04**) criadas sobre a implementação e os benefícios esperados, além do acesso e uso dos dados (**BI05-06**), avaliando como a disponibilidade e integração dos dados em tempo real influenciam a qualidade das decisões.

Afim de compreender o nível de acesso a ferramenta (**BI01**), o gerente de tecnologia destaca que “a ferramenta é de fácil manuseio, onde os usuários finais poderão mexer nos relatórios de forma dinâmica, onde apenas o analista de negócio tem que ter um nível maior de conhecimento”. A Microsoft (2023) destaca que o conhecimento em banco de dados seja útil na configuração inicial, a interação com o *dashboard* não requer especialização técnica, assim, permite que os usuários explorem e interajam com os dados de maneira significativa, independentemente de sua experiência em bancos de dados.

Assim, facilita a tomada de decisão, com menor envolvimento direto da equipe de TI. A empresa CASAL estruturou sua equipe de forma que o analista de negócios utilize o *Power BI* para gerar *insights* visuais com base nos dados preparados pelo analista de banco de dados, e depois seja disponibilizado para na plataforma interna da empresa para que todos os colaboradores tenham acesso

ao relatório, onde poderão acompanhar de forma interativa aos principais indicadores. Aqui estão alguns aspectos da atuação (BI02) da ferramenta *Power BI* na empresa, com base nas entrevistas e na observação.

Quadro 4 - Aspectos da atuação

Melhoria na Tomada de Decisão	Facilita uma tomada de decisão mais informada e ágil, fornecendo <i>insights</i> relevantes de maneira visual e acessível
Agilidade na Geração de Relatórios	Rapidez com que relatórios e <i>dashboards</i> podem ser criados no <i>Power BI</i> , proporcionando uma resposta rápida às demandas e mudanças no ambiente empresarial
Visualizações	As visualizações permitem uma compreensão mais dinâmica e clara.
Autonomia dos Usuários	Permite que usuários explorem os dados por conta própria, reduzindo a dependência de equipes especializadas para análises simples.
Personalização de Dashboards	Os usuários podem personalizar seus próprios <i>dashboards</i> de acordo com suas necessidades específicas, proporcionando uma experiência personalizada.

Fonte: Elaborado pelo autor (2023)

Conforme demonstrado no quadro, foram destacando alguns pontos importantes e relevantes, que desempenham um papel crucial na melhoria da tomada de decisões, proporcionando visualizações intuitivas, integração de dados em tempo real e análises preditivas. Por meio de gráficos, *dashboards* e relatórios interativos, os *insights* se tornam mais fáceis de compreender. A apresentação clara e visual das informações ajuda os tomadores de decisão a identificar rapidamente padrões, e oportunidades, o que facilita a análise e contribui para decisões.

Diante dos aspectos mencionado, J.A. acredita que um dos principais benefícios da ferramenta (BI02) “seja visibilidade imediata dos indicadores-chave de desempenho (KPIs), além de, podemos personalizar o relatório conforme nossa necessidade diária”. Quanto a facilidade (BI03) “espero que o *Power BI* facilite ainda mais a integração dos dados vindos de diferentes fontes, assim, o processo de atualização do relatório será mais ágil”.

Com relação aos desafios específicos (BI04), I.L menciona que "um dos maiores desafios é a

dificuldade em acessar e cruzar diferentes fontes de dados em tempo hábil". Ele espera que o *Power BI* possa reduzir essa complexidade ao centralizar informações dispersas, facilitando a análise e permitindo a identificação de possíveis melhorias de forma mais rápida.

No que tange ao acesso e uso dos dados (**BI05**), atualmente, os dados são acessados por meio de planilhas separadas e relatórios provenientes de sistemas diferentes, o que torna o processo moroso e passível de erros. A implementação do *Power BI* tem o potencial de consolidar e automatizar o acesso aos dados, promovendo uma maior eficiência na tomada de decisões.

Por fim, sobre a integração de sistemas (**BI06**), I.L destaca que "atualmente, sistemas como o ERP da empresa e o *software* de monitoramento de distribuição de água estão em uso, porém, não são completamente integrados ao banco de dados principal." O *Power BI*, ao integrar esses sistemas, pode fornecer uma visão mais coesa e centralizada dos dados, ajudando os gestores a acompanhar o desempenho da empresa de forma mais estratégica.

4.2 CRIANDO FLUXO DE DADOS

De acordo com a empresa a estrutura de dados (**BI05**) que são enviados ao SINISA encontra-se armazenada no banco de dados - PostgreSQL, o que facilita o desenvolvimento do processo de integração de dados. Para a criação do *dashboard*, foi solicitado ao analista de banco de dados quatro consultas inicialmente, denominadas; **fÁgua** e **fEsgoto**, para organizar os dados referentes ao consumo de água e esgoto. Essas tabelas facilitam a análise agregada, com métricas como consumo médio e volume faturado.

Em posse destas informações, será possível criar uma conexão via banco por meio de fluxo de dados. O processo de criação do fluxo de dados envolverá a configuração de um conjunto de operações sequenciais que incluirão a execução da consulta, a seleção dos campos relevantes, a aplicação de transformações adicionais, se necessário, e a formatação dos resultados de acordo com as necessidades para análise.

De acordo com a Microsoft (2024), um fluxo de dados é uma coleção de tabelas criadas e gerenciadas em *workspaces* no serviço do *Power BI*. Cada uma delas armazena informações relacionadas a um conjunto específico de dados, facilitando a gestão e análise dessas informações.

4.3 EXTRAIR, TRANSFORMAR E CARREGAR DADOS

O passo inicial para gerar os indicadores, consiste em apontar todos os dados necessários para o desenvolvimento e importá-los utilizando o método mais apropriado. Portanto, a seguir será demonstrado o processo ETL.

4.3.1 EXTRAINDO OS DADOS

Para extrair e incorporar os dados provenientes do *PostgreSQL* no *Power BI*, foi utilizado o recurso de obtenção de dados oferecido pela própria ferramenta, conhecido como fluxo de dados. Para tal, basta selecionar o botão "Obter Dados" por meio do menu de opções, em seguida escolher a opção de fluxo de dados,

4.3.2 TRANSFORMAÇÃO E CARGA

Após concluir a fase inicial do processo ETL, que envolve a conexão entre o fluxo de dados e o *Power BI*, foi utilizado outro recurso da ferramenta, o *Power Query*, assim os dados serão transformados e ajustados.

O *Power Query* é uma ferramenta que facilita a organização e junção de dados provenientes de várias fontes. Com ele, os usuários têm a capacidade de importar informações de diferentes fontes, modificá-las e combiná-las para criar *insights* valiosos que podem ser consultados posteriormente. Essa funcionalidade é fundamental para obter compreensão a partir de dados dispersos e variados (Microsoft, 2024).

O tratamento de dados permite identificar e corrigir erros, inconsistências e valores nulos, padronizar formatos, corrigir esses erros de digitação garantindo que os dados estejam limpos e confiáveis para análise,

Após todo o processo de tratamento das tabelas fÁgua, fEsgoto e as tabelas de indicadores o próximo passo consistirá na carga dos dados. Para realizar essa etapa, será necessário apenas clicar em "Fechar e aplicar". Dessa forma, todas as edições feitas anteriormente serão carregadas para a tela principal do *Power BI Desktop*.

4.4 MODELAGEM DOS DADOS

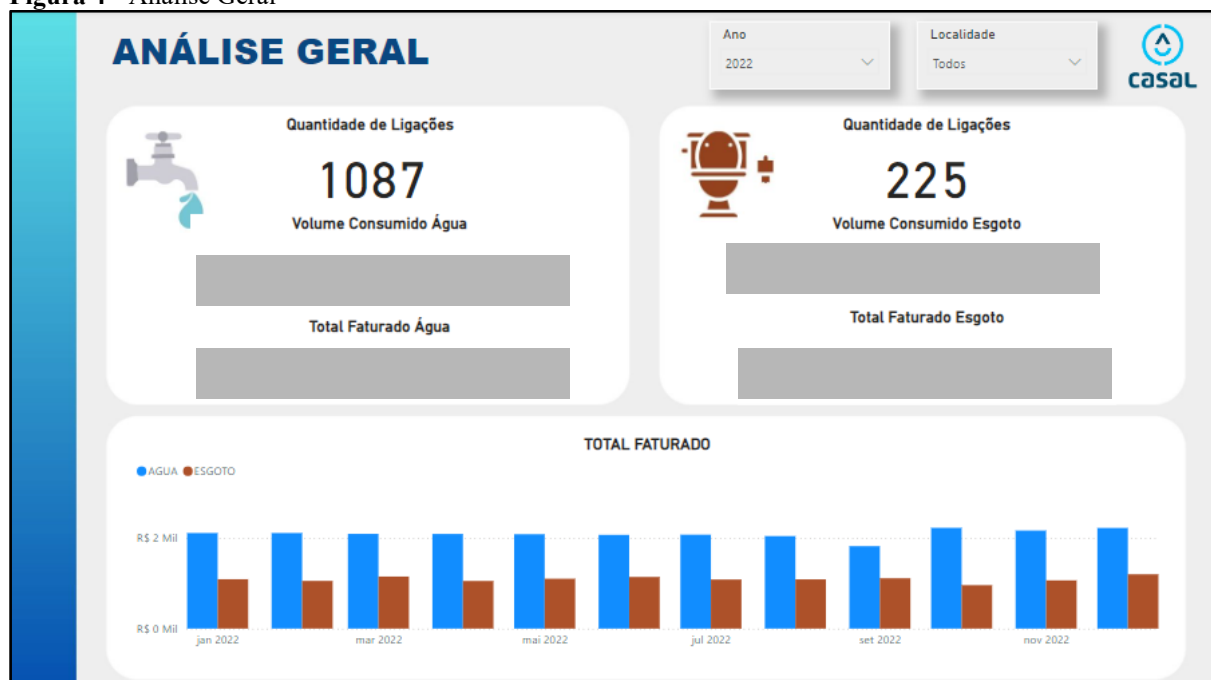
Segundo Microsoft (2023) o *Power BI* utiliza um modelo de dados relacional, semelhante ao de um banco de dados, onde as tabelas são conectadas por meio de chaves primárias e estrangeiras. Essa modelagem é crucial para garantir que os dados sejam integrados e possam ser analisados de forma consistente.

As cardinalidades indicam como as linhas em uma tabela estão relacionadas com as linhas em outra tabela, onde as tabelas dimensões dCalendário e dMunicipio foram classificadas em um para muitos (1:M), e foram conectadas as tabelas fatos: fESGOTO; fAGUA; IND_ESGOTO; IND_AGUA e IND_QUALIDADE. Os dados não relacionados corretamente podem impactar negativamente a eficiência operacional, a precisão das informações e a capacidade de uma organização de aproveitar ao máximo seus dados, por isso, se torna importante esse passo de validar as cardinalidades. Portanto, validar as cardinalidades torna-se um passo importante. Após validar e verificar todos os relacionamentos,

4.5 APLICAÇÕES DE FRONT-END

Nesta etapa, foi configurado as visualizações, como gráficos, tabelas dinâmicas, mapas geográficos, personalizando cada elemento de acordo com as necessidades e objetivos específicos do projeto. A análise dos dados visa estabelecer uma visão geral das informações em que se pretende trabalhar.

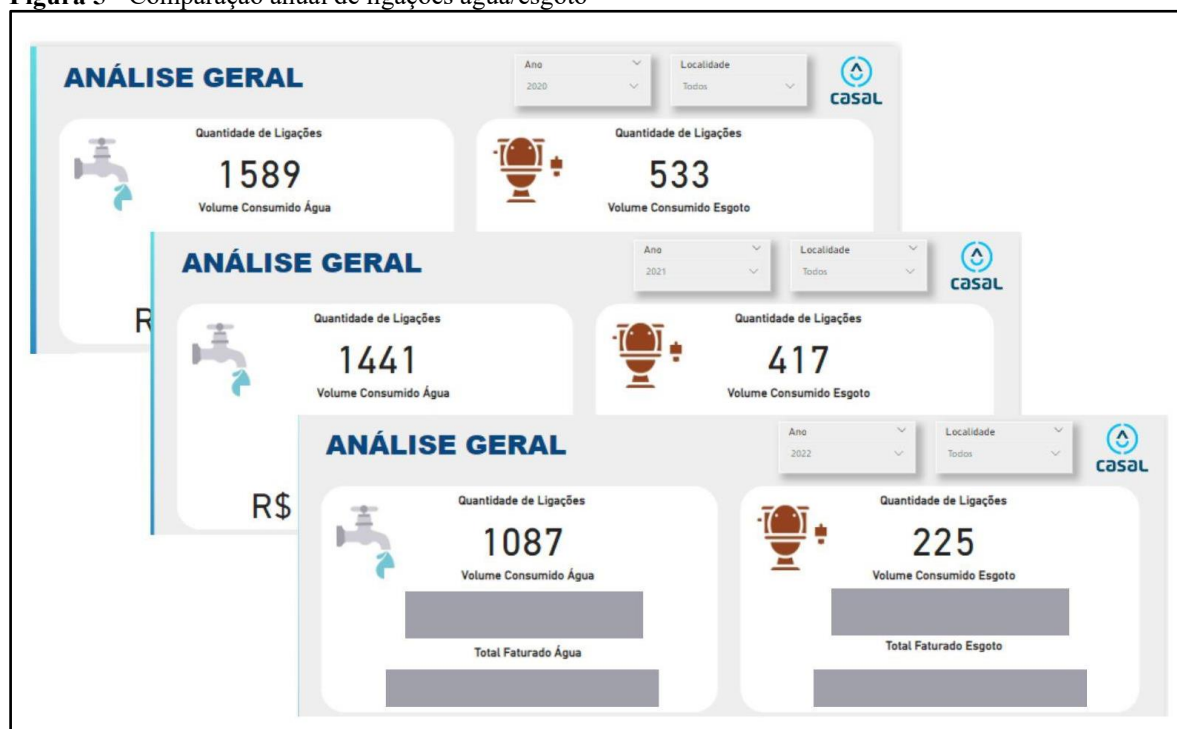
O objetivo é apresentar os dados de forma interativa e visualmente acessível, facilitando a análise e o entendimento dos indicadores de abastecimento de água e saneamento. As visualizações permitem que o usuário explore os dados por meio de filtros e *drill-downs*, proporcionando *insights* claros e detalhados sobre o desempenho da CASAL no período de 2021 a 2023. No primeiro relatório é usado o gráfico de colunas clusterizado é uma representação visual comum usada para comparar categorias de dados.

Figura 4 - Análise Geral

Fonte: Power Bi desktop realizado pelo autor (2024)

Com essa análise geral foi possível observar a quantidade geral de ligações ao longo dos três anos analisados, referente a água e esgoto. Com a utilização dos filtros de Ano/Mês e Localidade, é possível uma análise detalhada sobre um ano específico ou uma cidade.

Na figura 4 está apenas demonstrando os dados no ano de 2022, enquanto a figura 5 foi apresentado os três anos que estão sendo analisados neste *dashboard*, o número de ligações de água e esgoto apresentou uma queda, conforme observado na figura 5. Em 2021, foram registradas 1.589 ligações de água, esse número teve uma redução de aproximadamente 31,6%. No caso das ligações de esgoto, a queda foi ainda mais expressiva, com um acréscimo de 57,81% no período analisado.

Figura 5 - Comparação anual de ligações água/esgoto

Fonte:

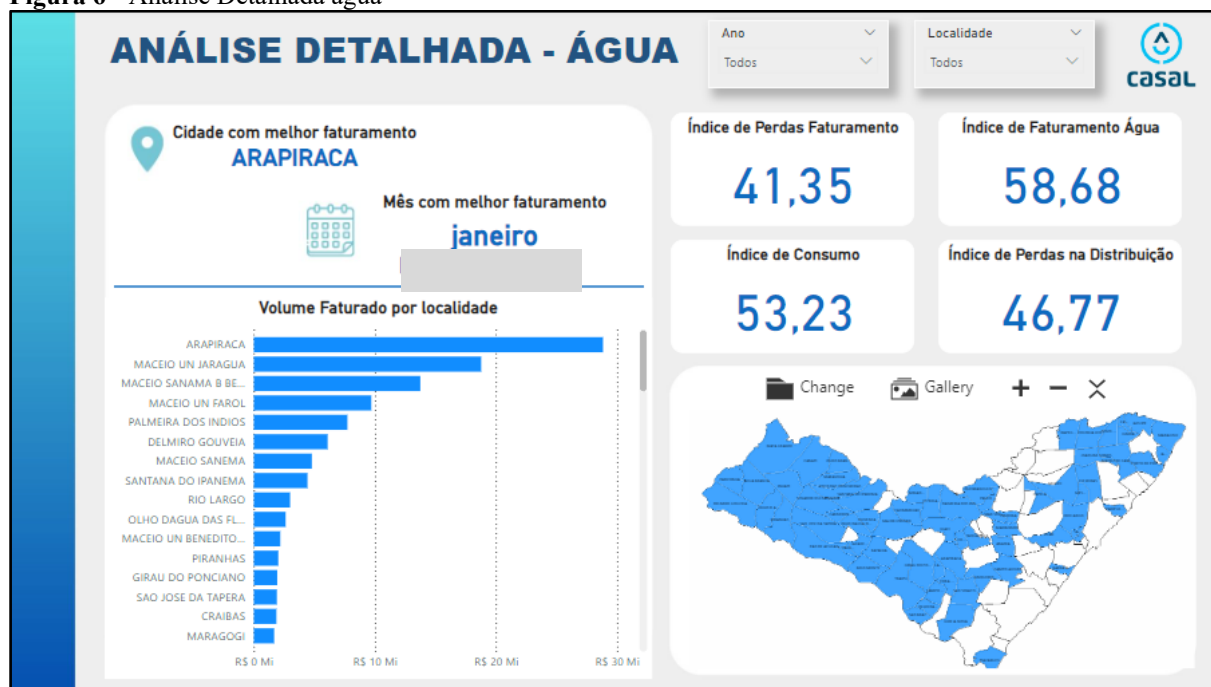
Realizado pelo autor (2024)

Essa redução nas ligações está relacionada à concessão realizada em 2020, quando a empresa deixou de operar exclusivamente no estado de Alagoas. Segundo CASAL (2020), concessões são acordos contratuais nos quais uma entidade governamental concede a uma empresa privada o direito de operar e/ou gerenciar determinados serviços públicos ou infraestruturas por um período específico, de acordo com certas condições e regulamentações. Com isso, a análise geral demonstrada no dashboard é fundamental para auxiliar na tomada de decisões estratégicas e na identificação de áreas que possam requerer melhorias ou intervenções para garantir a eficiência e a qualidade dos serviços de abastecimento de água e saneamento oferecidos à população alagoana.

Na segunda página do *dashboard* apresentado na figura 6, foi detalhado o fornecimento de água, com foco em diversos aspectos. Destacando a cidade com o melhor faturamento, fornecendo uma perspectiva sobre o desempenho financeiro das localidades atendidas. Além disso, foi apresentado o volume faturado por localidade por meio de um gráfico de barras empilhadas, oferecendo uma compreensão visual das variações de consumo entre diferentes localidades.

Um elemento dinâmico do *dashboard* é o mapa de Alagoas, o qual exclui as cidades onde a empresa atua, fornecendo uma visualização geográfica precisa das áreas de cobertura. Essa abordagem dinâmica permite uma interação intuitiva com os dados, possibilitando uma análise mais detalhada e uma compreensão mais completa do contexto operacional da empresa em uma determinada cidade.

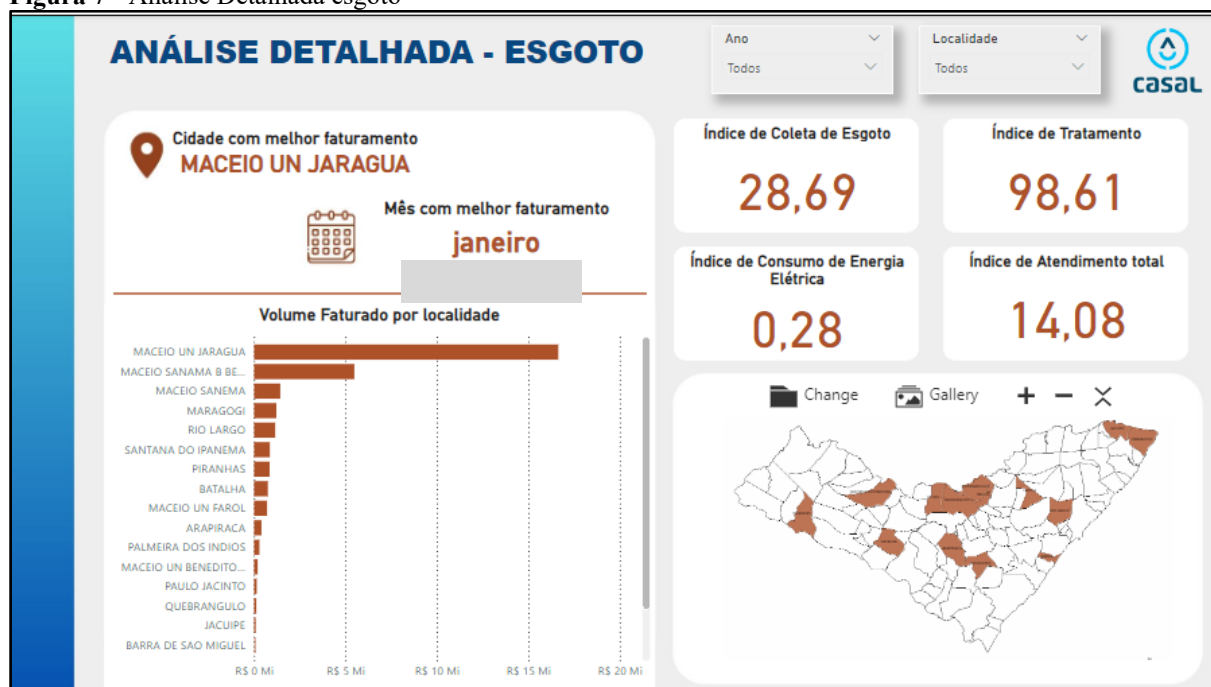
Figura 6 - Análise Detalhada água



Fonte: Power Bi desktop realizado pelo autor (2024)

No *dashboard* apresentado na Figura 6, foram adicionados alguns índices fundamentais, tais como perdas de faturamento, de consumo e perdas na distribuição. Esses elementos foram exibidos por meio de cartões, proporcionando uma representação visual clara e direta desses indicadores essenciais. É importante destacar que a análise dos índices é realizada de forma anual, e os dados extraídos do Sistema Nacional de Informações em Saneamento Básico (SINISA) são disponibilizados anualmente.

Na página subsequente, foi conduzida uma análise de saneamento, a qual apresentou os mesmos elementos gráficos encontrados na análise de fornecimento de água. Isso incluiu a cidade com o melhor faturamento, o volume faturado por localidade através de um gráfico de barras empilhadas e o mapa de Alagoas, incluindo as cidades onde a empresa atua, analisando os anos de 2021 a 2023.

Figura 7 - Análise Detalhada esgoto

Fonte: Power Bi desktop realizado pelo autor (2024)

Na análise demonstrada na figura 7, o índice de coleta de esgoto indica a porcentagem do esgoto gerado que é coletado pelas redes de esgoto em comparação com o volume de água consumido SNIS (2024). Com um índice de 28,69%, a coleta de esgoto está relativamente baixa, indicando que apenas cerca de um quarto do esgoto produzido está sendo captado pelo sistema de saneamento. Esse valor sugere uma necessidade significativa de melhoria na infraestrutura e nos serviços de coleta de esgoto nas áreas atendidas.

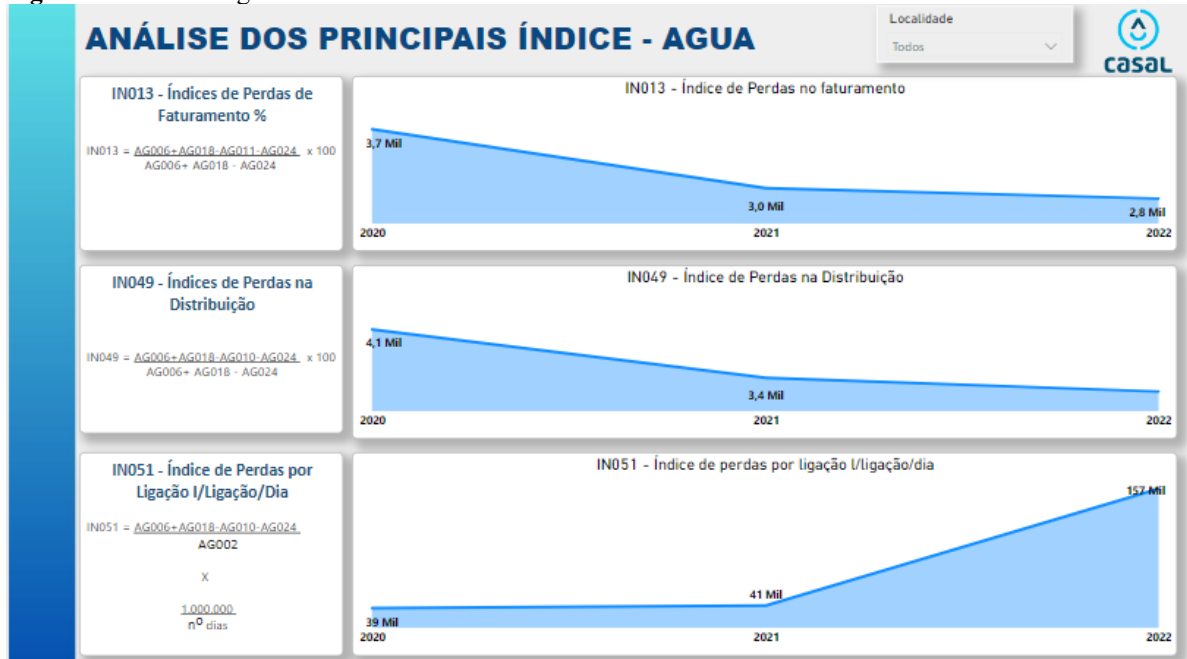
Entretanto, o índice de tratamento de esgoto mostra o quanto do esgoto coletado é realmente tratado, e com 98,61%, fica claro que o sistema está funcionando muito bem, quase no nível ideal. Isso significa que praticamente todo o esgoto coletado está sendo tratado de forma eficiente pela companhia de saneamento. Já o índice de consumo de energia elétrica, que mede o quanto de energia é usada no tratamento de esgoto, está em 0,28, um valor considerado baixo.

O Índice de Atendimento Total revela a porcentagem da população atendida com serviços de esgotamento sanitário em comparação àquela que recebe abastecimento de água. Com apenas 14,08%, a cobertura do esgotamento sanitário é bastante restrita, o que indica que uma parcela limitada da população tem acesso a esse serviço.

Após a análise do abastecimento de água e sanitário, passamos agora a avaliar os principais índices de água, conforme apresentado na figura 8, foram destacados três principais índices, o IN013 que mede a porcentagem de perdas de faturamento, que representa a diferença entre a água fornecida e a água faturada, indicando quanta água foi fornecida, mas não foi cobrada. O IN049 calcula as

perdas ocorridas no sistema de distribuição de água, mostrando a quantidade de água perdida antes de chegar aos consumidores e o IN051 mede as perdas de água em litros por ligação por dia, mostrando a eficiência na distribuição e no uso da água por ligação SINISA (2024).

Figura 8 - Índices - água



Fonte:

Power Bi desktop realizado pelo autor (2024)

Com base na análise há uma tendência decrescente ao longo dos anos, indicando melhorias nas políticas de faturamento e redução de perdas. Para calcular o IN013, o SINISA utiliza informações sobre a receita faturada pela companhia e compara essa receita com a receita potencial, que é estimada com base no volume de água produzido ou distribuído. A diferença entre a receita faturada e a receita potencial é atribuída às perdas de faturamento SNIS (2023).

O IN049 - Índice de Perdas na Distribuição, é importante para avaliar a eficiência dos sistemas de distribuição de água e identificar áreas onde estão ocorrendo perdas significativas SNIS (2023). Com base nessa análise, o índice de perdas na distribuição apresenta uma tendência decrescente, refletindo melhorias na eficiência do sistema de distribuição. Essa análise contribui para a conservação dos recursos hídricos, a melhoria da eficiência operacional e a redução de custos para a empresa e consumidores.

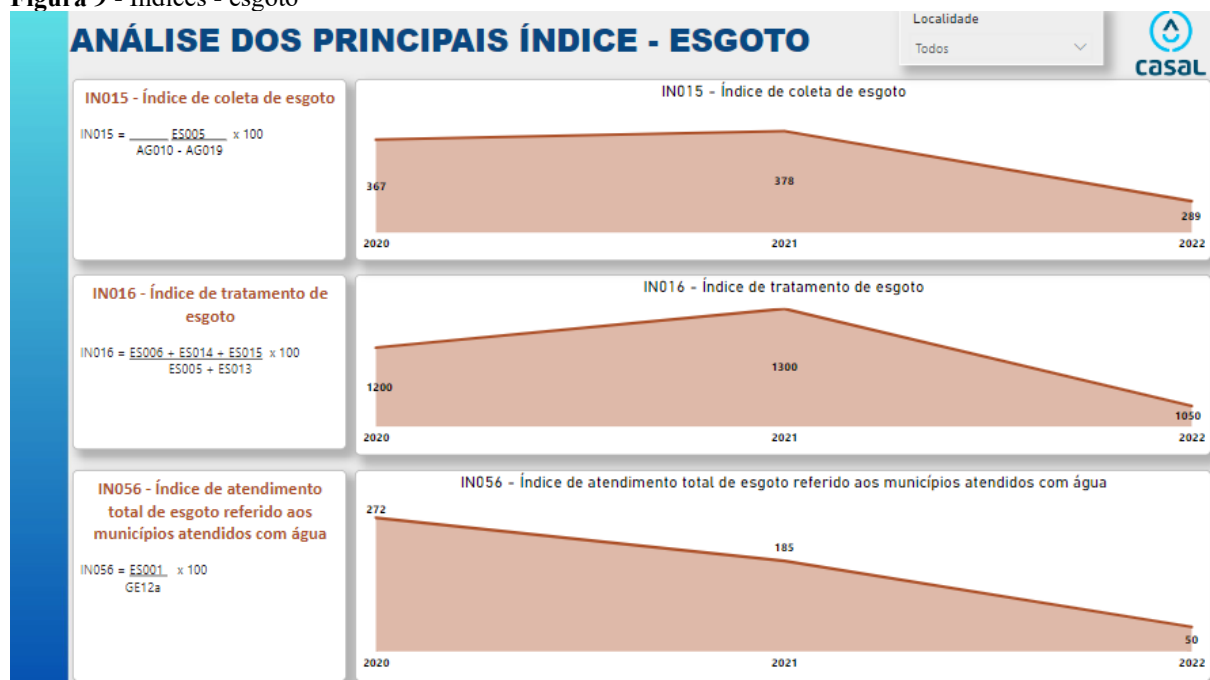
Diferentemente dos outros índices, o IN051 mostra uma tendência crescente, o que indica um aumento nas perdas por ligação. Este é um ponto de preocupação e sugere a necessidade de medidas corretivas para melhorar a eficiência do uso de água por ligação. O aumento acentuado do IN051 aponta para desafios na eficiência do uso de água por ligação, sugerindo que embora as perdas gerais estejam diminuindo, há um aumento significativo nas perdas específicas por ligação, o que pode estar

relacionado a vazamentos, furtos ou problemas de medição.

A seguir irá demonstrar os principais índices de esgoto, foram destacados três principais, o índice de coleta de esgoto (IN015) representa a proporção do volume de esgoto coletado em relação ao volume de água consumido, o índice de tratamento de esgoto (IN016) mede a eficiência do tratamento de esgoto, mostrando a porcentagem do esgoto coletado que foi efetivamente tratado e o índice de atendimento total de esgoto (IN056) avalia a cobertura do serviço de esgotamento sanitário em comparação com o serviço de abastecimento de água SNIS (2024), como demonstrado na figura 9.

De acordo com o relatório da figura 9, em 2021 houve um pequeno aumento na eficiência da coleta de esgoto. Contudo, em 2022, essa eficiência caiu, mostrando uma redução na proporção de esgoto coletado em relação ao volume de água consumido. Embora o índice de tratamento de esgoto tenha melhorado em 2021, ele sofreu uma queda significativa em 2022, indicando que o tratamento de esgoto ou a capacidade de tratamento não acompanhou o volume de esgoto coletado. Além disso, o IN056 apresentou uma diminuição acentuada, revelando que a proporção de municípios com serviços de esgoto caiu drasticamente em relação àqueles que recebem abastecimento de água, com uma queda de cerca de 73% em comparação a 2021.

Figura 9 - Índices - esgoto



Fonte: Power Bi desktop realizado pelo autor (2024)

4.6 COMO A FERRAMENTA CONTRIBUI NO PROCESSO DE TOMADA DE DECISÃO NA CASAL

Neste tópico, abordamos como o *Power BI*, com suas capacidades analíticas e de visualização, apoia de forma prática a tomada de decisões, baseando-se nas respostas obtidas na entrevista aplicada ao estudo de caso.

Na dimensão de **visualização e análise de dados**, as respostas às perguntas VA 01 e VA 02 indicam que os usuários consideram essenciais as visualizações como gráficos de colunas, *dashboards* interativos e mapas geográficos para compreender os dados de forma rápida e eficaz. Segundo o entrevistado L.M “Com os dados da empresa no *Power bi*, o acompanhamento diário dos principais indicadores traz uma nova perspectiva e uma nova abordagem para análise dos indicadores na empresa”. Para a Microsoft (2024), essas visualizações são configuráveis e altamente interativas, facilitando a exploração dos dados. Por exemplo, gráficos e mapas permitem uma análise visual intuitiva de tendências, correlações e comparações, tornando a ferramenta essencial para um acompanhamento dinâmico das informações.

Quando perguntados sobre as **funcionalidades analíticas** (VA 03), como segmentação e identificação de *outliers*, os gestores afirmam que essas capacidades são fundamentais para identificar padrões e anomalias nos dados. O entrevistado E.F. compartilhou: “Antes da ferramenta a empresa não conseguia fazer a análise dos principais dados que são enviados anualmente ao SINISA, com essa ferramenta essa análise ficará melhor, onde a empresa poderá identificar possíveis perdas na distribuição de água ou um aumento incomum no consumo, entre outros.”

Através das respostas à **VA 04**, pode-se verificar que o *Power BI* facilita a análise preditiva e de tendências, o que auxilia os gestores a tomar decisões mais informadas. Ao pedir um relato de como a ferramenta poderia ter impactado decisões mostram o quanto a análise estruturada e visual dos dados pode oferecer *insights* para as operações. O entrevistado L.M. relata que “Um exemplo prático seria a análise de perdas de água ao longo de 2022. Ao utilizarmos o *Power BI* para monitorar os índices de perdas no sistema de distribuição, poderíamos ter visualizado rapidamente as áreas mais críticas em termos de vazamentos ou falhas de medição. Isso teria nos permitido agir mais cedo, enviando equipes técnicas para reparar ou melhorar as infraestruturas nas regiões problemáticas”.

No que se refere à **necessidade de informações** para a tomada de decisão **TD 01** os gestores demonstram que os relatórios atualizados e integrados com as fontes de dados em tempo real permitem que eles possam gerar relatórios atualizados, sem precisar está baixando diversas planilhas.

Ao serem questionados quanto a preferência de algum tipo de relatório específico (TD 01), eles demonstram que os relatórios de acompanhamento mensal ou anual, permitam monitorar os principais KPIs de forma gráfica e intuitiva, possibilitando a identificação de tendências, acompanhar metas e fazer ajustes estratégicos com base nas informações.

Quanto à falta de acessibilidade aos dados **TD 03**, o entrevistado I.L. mencionou um exemplo recente: “tivemos recentemente um exemplo bastante claro disso. Durante a análise do desempenho das ligações de água e esgoto, especialmente após a entrada das concessionárias, tivemos muitos desafios porque os dados não estavam centralizados nem disponíveis em tempo real. Isso dificultou bastante identificar de forma rápida as áreas mais afetadas, com isso, atrasou nossas decisões sobre como alocar recursos e fazer ajustes nos serviços. Se tivéssemos acesso a informações mais integradas e atualizadas, poderíamos ter evitado esses atrasos.

Quando questionados sobre o impacto de **dados mais detalhados e bem apresentados** (TD 04), os gestores concordam que a apresentação visual e interativa dos dados, como feita no *Power BI*, agrega um diferencial estratégico. O I.L. afirmou: “com relatórios mais visuais e interativos, conseguimos interpretar rapidamente onde estão as maiores perdas, quais áreas têm maior potencial de crescimento, e onde precisamos melhorar a eficiência dos serviços. Isso nos dá uma visão mais clara do todo e nos permite agir de forma mais ágil. Em resumo, dados bem apresentados nos ajudam a ser mais estratégicos e a planejar com maior segurança e precisão.”

Diante disso, o *Power BI* se destaca não só por organizar e apresentar dados de forma clara e visualmente atraente, mas por transformar essa informação em *insights* realmente úteis e práticos. Ele atende exatamente às necessidades levantadas no estudo de caso, com base no questionário aplicado. Suas ferramentas de análise e visualização permitem que os usuários aproveitem melhor os dados, ajudando a tomar decisões de forma mais rápida, eficiente e com muito mais embasamento.

CONCLUSÃO

A informação desempenha um papel essencial nas operações e decisões estratégicas de uma organização, sendo um dos fatores críticos para o sucesso empresarial. Em um ambiente de constantes mudanças e alta competitividade, o acesso a informações integradas, de qualidade e no momento certo é fundamental para garantir a competitividade e produtividade da organização. Nesse contexto, a ferramenta de *Business Intelligence* se destaca por aprimorar a obtenção, análise e

compartilhamento de informações, tornando-as mais acessíveis e alinhadas às necessidades dos usuários.

O estudo realizado neste trabalho reforça o impacto positivo da implementação de um sistema de Business Intelligence (BI) na Companhia de Saneamento de Alagoas (CASAL), com o uso da ferramenta Power BI para analisar os dados provenientes do Sistema Nacional de Informações em Saneamento Básico (SINISA). Através do processo ETL (Extração, Transformação e Carga), foi possível integrar os dados extraídos, consolidá-los em um formato adequado para visualização e análise, e assim fornecer informações precisas e atualizadas.

A pesquisa destacou que o *Power BI* não só melhorou o acesso à informação, como também facilitou a criação de relatórios dinâmicos e interativos, apoiando a tomada de decisões de forma mais ágil. Os gestores da CASAL afirmaram que a visibilidade de indicadores-chave de desempenho (KPIs) fornecida pela ferramenta trouxe maior clareza e segurança na análise dos resultados operacionais, permitindo ajustes estratégicos com base em insights valiosos.

Além disso, o estudo demonstrou que a automatização de processos através do BI reduz inconsistências e otimiza o tempo dos tomadores de decisão, fortalecendo a eficiência organizacional. Assim, a conclusão aponta que o uso do *Power BI* como uma ferramenta de BI representa um avanço significativo na gestão estratégica da CASAL, promovendo uma cultura organizacional orientada por dados e respaldada pela análise em tempo real.

REFERÊNCIAS

Harby, Ahmed; Zulkernine, Farhana. **From Data Warehouse to Lakehouse: A Comparative Review**. 2022. IEEE International Conference on Big Data (Big Data) Japão. 2022. pp. 389-395, doi: 10.1109/BigData55660.2022.10020719.

ABU-ALSONDOS, Ibrahim A. *International Journal of Data and Network Science*. 2023. *Open Access* Volume 7, Issue 4, Pages 1901 - 1912. Acesso em: 22 de mar 2024. Disponível: 10.5267/j.ijdns.2023.7.003

ARAÚJO, Arthur Manuel. **O Business Intelligence como ferramenta no apoio à gestão estratégica no Exército. Oportunidade para a sua implementação**. Academia Militar. 2019. Disponível em: <https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/30091> Acesso em: 20 de mar de 2023.

BENTLEY, D. *Business Intelligence and Analytics*. New York, Estado Unidos da América: Library Press. (2017).

BONEL, Claudio. **Power BI Black Belt - Um treinamento faca na caveira através dos principais pilares de um projeto prático de Business Intelligence, usando o Microsoft Power BI**. PerSE. ed 1º. 2019.

CONCEIÇÃO, Luís Filipe Marques dos Santos. **A importância do Business Intelligence na tomada de decisão**. 2020. Disponível em: https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/33092/1/A%20Import%20ncia%20do%20business%20intelligence%20na%20tomada%20de%20decis%20a3o_Maj%20Lu%20ads%20Concei%20a7%20a3o.pdf. Acesso em 18 de mar de 2023.

CRUZ, Rodrigo; JÚNIOR, Methanias, GOIS, Victor. **Quão experimentais e estratégicas são as aplicações de Business Intelligence (BI) e data mining?** . Revista Ibero-Americana de Estratégia. V.21. n.1. p 1-36. 2022. e-ISSN: 2176-0756. doi.org/10.5585/riae.v21i1.17689

DU, Xiaoli; LIU, Beixiong; ZHANG, Jiangli. Aplicação de Business Intelligence Baseada em Big Data na Análise de Dados de E-commerce. **Journal of Physics: Conference Series**, v. 1395, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1088/1742-6596/1395/1/012011>. Acesso em: 25 jun de 2024.

DUARTE, Tatiana M. G. M. **Implementação de um sistema de Business Intelligence**. Repositório Comum. 2018. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10400.26/28598> . Acesso em: 18 de mar de 2023 doi.org/10.5585/riae.v21i1.17689

FAVARETTO, Fábio; SILVA, Eunice C. **Desenvolvimento de ferramentas de business intelligence em instituições de ensino superior: revisão da literatura**. Congresso Internacional de Administração. 2023

FERNANDES, Bruno D. **Lopes. Business Intelligence no Suporte à Decisão Estratégica**. Repositório Comum. 2020. Disponível: <http://hdl.handle.net/10400.26/40355> . Acesso em 19 de mar de 2023.

FERREIRA, Tânia M. Alves. **Integração de Business Intelligence no e-Commerce para PME**. Repositório Comum. 2018. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10400.26/25340> . Acesso em: 18 de mar de 2023.

Métodos e técnicas de pesquisa social. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GONÇALVES, CT; GONÇALVES, MJA; CAMPANTE, MI **Desenvolvendo visualizações integradas de painéis de desempenho usando Power BI como plataforma**. *Informações 2023* , 14 , 614. <https://doi.org/10.3390/info14110614>

GONZALES, Rolando; WAREHAM, Jonathan. **Analisando o impacto de um sistema de business intelligence e novas conceituações de uso do sistema.** Revista de Economia, Finanças e Ciências Administrativas, Lima, v. 48, pág. 245-368, jul. 2019. Disponível em <http://www.scielo.org.pe/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2077-18862019000200011&lng=es&nrm=iso>. acessado em 01 de março de 2024. <http://dx.doi.org/https://doi.org/10.1108/JEFAS-05-2018-0052>.

GUPTA, Ketan. JIWANI, Nasmin. **A systematic Overview of Fundamentals and Methods of Business Intelligence.** University of The Cumberland, EUA. 2021. Disponível em: <https://www.ijsdcs.com/index.php/ijsdcs/article/view/118/97>. Acesso em: 12 de maio de 2023.

JAIN, R.; KUMAR, S. **Um Estudo Abrangente da Arquitetura de Data Warehouse.** In: 2022 11ª Conferência Internacional sobre Confiabilidade, Tecnologias Infocom e Otimização (Tendências e Direções Futuras) (ICRITO), 2022. p. 180-186.

KARNIKOWSKI, Isabella G. O. **BUSINESS INTELLIGENCE EM PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS: uma revisão bibliográfica sistemática de literatura.** Brasília. p. 1-61. 2020.

LEITE, Nuno Rafael Almeida. **Business Intelligence no Suporte à Decisão: Soluções Open Source.** 2018. disponível em: <https://comum.rcaap.pt/handle/10400.26/27845>. Acesso em: 18 de mar de 2023.

LOPES, Vitor Augusto; SANTOS, Gustavo Henrique Silva. **Benefícios e dificuldades na implantação de um sistema ERP (Enterprise Resource Planning).** 2023.28f. Trabalho de Conclusão de Curso (Técnico em Administração). Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza. Escola Técnica Estadual-ETEC Trajano Camargo. Limeira. Disponível em: <https://ric.cps.sp.gov.br/handle/123456789/13341>. Acesso em 19 de mar de 2023.

LUÍS, Afonso Jesus. **Business Intelligence no contexto da Administração Pública Estudo caso da Marinha Portuguesa.** 2020. Disponível em: <https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/33678/1/538> Acesso em: 19 de mar de 2023.

MICROSOFT. **O que é Power BI?** 2023a Disponível em: <https://learn.microsoft.com/pt-br/power-bi/fundamentals/power-bi-overview>. Acesso em: 20 de mar 2023.

MICROSOFT. **Relações de modelos no Power BI Desktop.** 2023b. Disponível em: <https://learn.microsoft.com/pt-pt/power-bi/transform-model/desktop-relationships-understand>. Acesso em: 21 de mar de 2023.

MICROSOFT. **Compreender o que é um esquema de estrela e qual a importância para o Power BI.** 2023 c. Disponível em: <https://learn.microsoft.com/pt-pt/power-bi/guidance/star-schema>.

Acesso em: 20 de mar de 2023.

MORAES, Matheus Gomes Ferreira. **A ferramenta Power bi utilizada na gestão financeira como auxílio na tomada de decisão.** Taubaté – SP. 2020. Disponível em: <http://repositorio.unitau.br/jspui/bitstream/20.500.11874/6546/1/Matheus%20Gomes%20Ferreira%20de%20Moraes.pdf>. Acesso em: 20 jul de 2023.

Moritz, Gilberto O. Pereira, Maurício F. **Processo decisório.** 3. ed. – Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração /UFSC, 2015. 158p.

NOGUEIRA, Jorge B. Alves. **Importância do Business Intelligence no apoio à gestão dos recursos financeiros superintendência do material.** 2021. Disponível em: <https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/36159> . Acesso em: 19 de mar de 2023.

OLIVEIRA, Daniela P. **Conceitos do Business Intelligence, as contribuições para tomada de decisão e sua aplicabilidade no contexto organizacional: Uma revisão bibliográfica.** 2022. Disponível em: <https://repositorio.ifgoiano.edu.br/handle/prefix/3284> Acesso em: 18 de abr de 2024

PAULO, Sérgio M. S. **Relatório de Estágio na empresa Cleanwatts, Lda. Desenvolvimento de Dashboards Operacionais.** ISCAC. Coimbra. 2021. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10400.26/38948> Acesso em 20 de mar de 2023.

RAUTENBERG, Sandro; CARMO, Paulo Ricardo Viviurka do. **Big Data e Ciência de Dados: complementariedade conceitual no processo de tomada de decisão.** Brazilian Journal of Information Studies: Research Trends. 13:1 (2019) p.56-p.67. ISSN 1981-1640.

RODRIGUES, Ricardo. **Relatório de Estágio - Solução de BI Roaming Data Science (RoaDS) em ambiente Vodafone.** Repositório Comum. 2022. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10400.26/42973> . Acesso em 18 de mar de 2023.

SANTOS, Mariana C; SANTOS, Aguinaldo F; MOREIRA, Arnaldo; SANTOS, Daniel. **Análise do processo da tomada de decisão em empresas familiares.** ConBRepro. 2020.

SANTOS

https://www.monografias.ufop.br/bitstream/35400000/2183/6/MONOGRAFIA_BusinessIntelligenceAplicado.pdf

SILVA, Diana M. Correia. **Dashboards para Planejamento Logístico de Transportes: o caso da Transportadora Pelichos.** ISCAC. 2020. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10400.26/34672>. Acesso em: 20 de mar de 2023.

SIMON, H. A. **A Capacidade de Decisão e de Liderança**. Rio de Janeiro: Editora, Fundo de Cultura. 1972.

Simon, H. A. (1975). "Administrative Behavior: A Study of Decision-Making Processes in Administrative Organizations."

SNIS - ÁGUA E ESGOTO. **SNIS - Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento**, 2023. Disponível em: <http://www.snis.gov.br> Acesso em: 08 de set de 2023.

SIRIN, E., & KARACAN, H. **A Review on Business Intelligence and Big Data**. International Journal of Intelligent Systems and Applications in Engineering. 2017. ISSN: 2147-6799.

SOARES, Ednéia; LACERDA, Gabriel; FARIA, Gilberto; TEIXEIRA, Gleisson; OLIVEIRA, Laura; INÁCIO, Rúbia; OLIVEIRA, Suelen. **A utilização do bi como ferramenta de gestão para administradores**. Revista Projetos. 2022. Acesso em: 28 de mar de 2023.

SOARES S. Simaria de Jesus. Pesquisa científica: uma abordagem sobre o método qualitativo. Revista Ciranda. 2017. Disponível em: <https://www.periodicos.unimontes.br/index.php/ciranda/article/download/314/348> . Acesso em: 16 de maio de 2023.

YIN, Robert. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 6. ed. Porto Alegre: Bookman, 2015. Disponível em: <https://www.grupogen.com.br/estudo-de-caso-planejamento-e-metodos-6-ed-2016>. Acesso em: 12 de maio de 2023.

YULIANTO, Ardhin Agung. **Extract transform load (ETL) process in distributed database academic data Warehouse**. Revista APTIKOM de Ciência da Computação e Tecnologias da Informação. Vol. 4, nº. 2, 2019, p. 61-68. ISSN: 2528-2417. DOI: <https://doi.org/10.11591/APTIKOM.J.CSIT.36> . Acesso em: 18 de mar de 2023.

ZANELLA, Liane Carly Hermes. **Metodologia de estudo e de pesquisa em administração**. CAPES UAB. Brasília. 2009. 164p. ISBN: 978-85-61608-75-0.

ZHANG, Longjun; LIU, Kun; ILHAM, Ilyar; FAN, Jiaxin. Aplicação da Tecnologia de Mineração de Dados Baseada em Data Center. **Journal of Physics: Conference Series**, v. 2146, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1088/1742-6596/2146/1/012017>. Acesso em: 25 jun 2024.

ETARISMO NO BRASIL E SEUS IMPACTOS PARA O PROFISSIONAL 50+.

Leandro Santos Correia- leandroscorreia05@hotmail.com

Graduando em Administração na Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Departamento de Ciências Humanas I (DCH-I)

Egnaldo Barbosa Pellegrino- egnardop@yahoo.com.br

Professor orientador - Graduação em Administração de Empresas pela Universidade Católica do Salvador (UCSAL), Especialista em Planejamento (UFBA/Cetead), Mestre em Administração pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), Doutor em Comunicação e Cultura Contemporâneas pela FCOM/UFBA, Professor Titular da Universidade do Estado da Bahia (UNEB)

Resumo: O presente artigo trata sobre etarismo no Brasil e seus impactos para o profissional 50+, onde se evidencia que no mercado nacional, 38% dos CEOs de Startups são pessoas cuja faixa de idade está acima dos 45 anos, demonstrando assim que produtividade e experiência podem seguir lado a lado, onde o objetivo da pesquisa se contextualiza com a questão do trabalho e envelhecimento populacional, os mais diversos impactos causados pela sua prática e as possíveis medidas antietaristas a serem adotadas, visando minimizar cada vez mais sua incidência. Constituído a partir de revisões bibliográficas, este artigo tem uma abordagem qualitativa, onde se conclui que se faz necessário ter como estratégia de combate ao etarismo profissional, entender e admitir que envelhecer é parte de um processo de vida que é natural, e portanto, esse processo fisiológico de maneira alguma deve servir de fator excludente. Além disso, soluções políticas, econômicas, culturais e sociais serão de vital importância para que o público referido não passe por um processo de descontinuidade, e sim tenham direitos garantidos para continuarem contribuindo de maneira útil e assertiva com a sociedade.

Palavras Chave: Etarismo. Mercado de trabalho. Profissional 50+. Preconceito à idade.

Abstract: This article deals with ageism in Brazil and its impacts on professionals 50+, where it is evident that in the national market, 38% of Startup CEOs are people whose age range is above 45 years old, thus demonstrating that productivity and experience can follow side by side, where the objective of the research is contextualized with the issue of work and population aging, the most diverse impacts caused by its practice and the possible anti-ageism measures to be adopted, aiming to increasingly minimize its incidence. Constituted from bibliographical reviews, this article has a qualitative approach, which concludes that it is necessary to have as a strategy to combat professional ageism, understanding and admitting that aging is part of a life process that is natural, and therefore, this physiological process should in no way serve as an exclusionary factor. Furthermore, political, economic, cultural and social solutions will be of vital importance so that the target public does not go through a process of discontinuity, but rather has guaranteed rights to continue contributing in a useful and assertive way to society.

Keywords: Ageism. Job market. Professional 50+. Age prejudice.

INTRODUÇÃO

Segundo Butler (1969), o etarismo, também conhecido como ageísmo ou idadeísmo, caracteriza-se como toda e qualquer ação estereotipada e cercada de preconceitos para com determinados indivíduos apenas por conta de sua idade, trazendo restrições ou impedimentos aos mesmos, simplesmente pelo fato de serem considerados jovens ou velhos demais para determinadas realizações.

Nesse contexto, o presente artigo refere-se em específico ao mercado de trabalho no Brasil, onde passa-se a ocorrer o fenômeno da prática do etarismo com profissionais de idade mais avançada, contrariando o sancionado na Lei brasileira nº 9029, de 13 de abril de 1995, que trata da proibição da prática discriminatória de acesso às relações de trabalho, como também da Lei brasileira nº 10.741/2003, que aborda o fator idade. Essa lei, em específico, veda toda e qualquer discriminação e limitação, respeitando as condições físicas, intelectuais e psíquicas do indivíduo, tomando como base de que na esfera penal, o tema etarismo tem se tornado alvo de constantes discussões. Neste aspecto, atenta-se ao trazido por Leite (2023), ao dizer que todo ato de discriminação praticado pelo empregador implica, via de regra, lesão de direitos da personalidade do empregado que pode empolgar ação de indenização por danos morais.

Em virtude disso, chamam atenção os dados do último censo realizado em 2022, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, (IBGE), onde em comparação com o levantamento anterior realizado em 2010, houve uma alta de 57,4% do total de pessoas com 65 anos ou mais de idade, percentual este que vem aumentando com o passar dos anos. Também de acordo com o referido censo, pode-se perceber uma queda da fecundidade, onde o sudeste e sul do Brasil são as regiões mais envelhecidas e com menor proporção de jovens, seguidas das regiões centro-oeste e nordeste, e tendo

na região norte o contraponto, onde a mesma se mantém com região proporcionalmente mais jovem.

Dados de 2020, também do IBGE, revelaram que em 2019, a expectativa de vida no Brasil passou a ser de 76,6 anos, onde a expectativa de vida do homem passou de 72,8 para 73,1 anos, e a das mulheres foi de 79,9 para 80,1, aumentando, assim, o tempo de permanência de pessoas ativas e dispostas ao mercado de trabalho. De acordo com o mesmo levantamento, em comparação com o ano de 1940, um indivíduo ao completar 50 anos tinha uma expectativa de vida de 19,1 anos, vivendo em média 69,1 anos. Já em 2019, a pessoa de 50 anos teria uma expectativa de vida de 30,8 anos, esperando viver em média até 80,8 anos (11,8 anos a mais). Portanto, entende-se que essa parcela da população classificada como 50+, precisa receber uma atenção especial por parte das organizações, em específico as instituições privadas, pois, como o ingresso ao serviço público, em grande parte, se dá por meio de concurso público, os servidores nessa faixa de idade por desfrutarem do privilégio da estabilidade profissional, seguem a carreira pública até a chegada da aposentadoria compulsória, que no caso do serviço público ocorre quando o servidor completa 70 anos. Logo, é de suma importância saber quais os impactos causados aos profissionais 50+, assim como também o que pode ser feito para evitar algumas práticas etaristas em alguns ambientes laborais, praticadas contra esse público, para que estes mesmos profissionais possam continuar contribuindo de forma ativa e assertiva com o desenvolvimento do mercado e da sociedade brasileira como um todo, onde, a presente pesquisa levanta a seguinte questão: Quais os impactos do etarismo no Brasil para o profissional 50+?

Para justificar a pesquisa, entende-se que o conhecimento é algo que o indivíduo leva aonde for, e com os profissionais 50+ não é diferente, tendo em vista que os mesmos podem contribuir com os avanços e melhorias nos processos dentro das organizações, uma vez que contam com a experiência, a “Bagagem”, adquirida ao longo dos anos de vivência profissional.

Portanto, entende-se que a real importância de tratar desse assunto está na empatia que se deve ter diante do mesmo por parte das empresas e da sociedade como um todo, para que todos saibam lidar com a diversidade geracional de maneira justa, visando, pois, continuar abrindo espaços e oportunizando contribuições para um avanço social, pessoal e científico. Logo, entender e relatar as possíveis consequências advindas da prática do etarismo no âmbito laboral brasileiro para com o profissional 50+ assim como também saber o que pode ser feito para lidar, atenuar ou até mesmo erradicar essa prática consiste numa preocupação com o futuro profissional daqueles tidos como mais experientes, dentro de um espectro cada vez mais envolvido pela exigência de modernização constante.

Analisando do ponto de vista científico, vale ressaltar também a relevância do tema, pois se desmistifica a máxima, o equívoco de que quanto mais velho, mais se tende a ficar obsoleto, pois as contribuições podem ser altamente expressivas por parte dos profissionais 50+. Portanto, falar sobre

os impactos do Etarismo para o profissional 50+ permitirá entender mais sobre a situação atual do mercado de trabalho brasileiro, promovendo uma visão estratégica referente às organizações, no que tange às políticas de inserção e inclusão dessas pessoas, onde o objetivo geral da pesquisa é analisar os impactos do etarismo no Brasil para o profissional 50+, suas consequências e possíveis medidas de combate à prática desse etarismo, e os objetivos específicos são identificar os fatores que levam à prática do etarismo profissional; relatar as causas e barreiras que contribuem para a discriminação com o profissional 50+, dentro do ambiente da sua respectiva atividade; e sugerir possíveis medidas anti-etaristas que possam atenuar sua prática, seguindo adiante com a apresentação da metodologia, do estudo de referencial teórico, tendo nesse tópico os subtópicos etarismo, trabalho e envelhecimento populacional, etarismo profissional e seus impactos, e possíveis medidas de combate ao etarismo, seguindo com as considerações finais e sendo finalizado com as respectivas referências.

METODOLOGIA

A realização da pesquisa se deu de por levantamento bibliométrico, através de consultas a matérias jornalísticas em sites de veículos de comunicação de grande circulação nacional, artigos, livros e trabalhos acadêmicos que tratam dos assuntos acerca da prática do etarismo no âmbito profissional brasileiro, dando ênfase aos seus impactos no público 50+, descrevendo e explicando com uma abordagem qualitativa, a partir dos seguintes descritores: etarismo, mercado de trabalho, profissional 50+ e preconceito à idade. Tomou-se como base de dados para coleta de materiais, consultas aos periódicos da Capes, plataforma Scielo Brasil, Revista Kairós Gerontologia, periódicos UFBA, periódicos Univel, dentre outros, num período compreendido entre abril e dezembro de 2024. Também foram utilizadas informações relevantes e atualizadas, referentes ao tema, através de consultas a sites do IBGE, Estadão, Instituto Ethos e o Tendências Especiais, (Guia de tendências - SEBRAE), buscando obter um melhor entendimento do que vem a ser o etarismo, como se dá sua prática e de que forma o mesmo pode vir a ser combatido, visando incluir cada vez mais profissionais 50+ nos mais diversos segmentos laborais, onde a estratégia de pesquisa qualitativa adotada neste estudo mostra-se apropriada para um entendimento consistente do fenômeno investigado.

Segue abaixo quadro elaborado com os trabalhos acadêmicos que fundamentaram o presente artigo.

Quadro 1 - Síntese dos trabalhos sobre etarismo pesquisados

Autor	Ano	Título do Trabalho	Objetivo do Trabalho	Conclusão	Plataforma Pesquisada
PAMPLONA FILHO, Rodolfo; SALDANHA NETO, Edson Ribeiro; SALDANHA, Juliana Maria Ribeiro;	2023	EMPREGABILIDADE E ETARISMO: DESAFIOS DE UM AMBIENTE DE TRABALHO SEM PRECONCEITO DE IDADE	Abordar o tema da Empregabilidade e o preconceito, com ênfase no etarismo, sobretudo no que concerne à relação de força de trabalho de pessoas com idade avançada e mercado de trabalho.	Uma compreensão maior da sociedade como um todo, estabelecendo a quebra do paradigma do etarismo, através de órgãos estatais e políticas públicas de intervenção.	Periódicos Univel
CERVERA, D. M. DE B. SCHMIDT, M. L. G.	2022	Impactos psicológicos do ageísmo em idosos e estratégias para prevenção: estudo de revisão	Identificar, reunir e sistematizar múltiplas publicações sobre o tema de maneira sistemática e ordenada, contribuindo para o aprofundamento do conhecimento sobre o impacto psicológico do ageísmo em idosos.	Os impactos psicológicos podem desencadear aspectos positivos e negativos na esfera cognitiva e afetiva, e evidenciaram-se estratégias tanto individuais como sociais para prevenção do ageísmo em idosos.	Revista Psicologia, Diversidade e Saúde
MELO, R. H. V. DE; AMORIM, K. P. C.	2022	O idadismo no contexto do trabalho da Estratégia Saúde da Família: projeção de saberes ao tetragrama dialógico de Morin.	Aproximar aportes sobre o idadismo ao tetragrama dialógico de interações, proposto por Morin, no contexto do trabalho na Estratégia Saúde da Família e na Atenção Primária à Saúde.	Conclui-se que esse exercício teórico pode ser transmutado para o cotidiano de trabalho na Saúde, no qual a compreensão da existência do tetragrama dialógico, atuando simultaneamente e na vida de forma antagônica, concorrente e complementar, pode incitar um pensar crítico, criativo e complexo em prol de saberes e de práticas frente à complexidade do idadismo.	SciELO Brasil

HANASHIRO, D. M. M. WINANDY MARTINS PEREIRA, M. F. M.	2020	O etarismo no local de trabalho: evidências de práticas de “Saneamento” de trabalhadores mais velhos	Compreender como o etarismo (ageism) se manifesta antes e depois do desligamento do último emprego, na ótica de gerentes desempregados.	Os resultados revelaram o corte de trabalhadores mais velhos como uma estratégia de “saneamento etário” na organização, um prenúncio da demissão baseado em evidências sobre normas de idade.	Capes Periódicos (Revista Gestão Organizacional)
MARQUES, S. et al.	2020	Determinantes do idadismo contra idosos: Uma revisão sistemática.	Identificar os fatores que contribuem para o idadismo, e em seguida informar políticas que minimizem seu impacto social.	O preconceito contra a idade é uma das principais ameaças ao envelhecimento ativo e se manifesta em uma série de domínios, desde os níveis individuais até os institucionais e culturais	Revista internacional de pesquisa ambiental e saúde pública
OFFICER, A. et al.	2020	Idadismo, expectativa de vida saudável e envelhecimento populacional: como eles estão relacionados?	Estimar a prevalência global do preconceito contra a idade em relação a adultos mais velhos e explorar possíveis fatores explicativos.	O idadismo, apesar de sua magnitude e impacto negativo na saúde e no funcionamento de pessoas mais velhas, ainda não é considerado uma prioridade de saúde pública	Revista internacional de pesquisa ambiental e saúde pública
CEPELLOS, Vanessa Martinez; SILVA, Gabriela Toledo; TONELLI, Maria José.	2019	Envelhecimento: múltiplas idades na construção da idade profissional.	Identificar como os profissionais que atuam em organizações públicas e privadas constroem a concepção de envelhecimento.	A pesquisa permitiu constatar que os profissionais não se reconhecem em sua idade cronológica, mas a partir de atributos e comportamentos desempenhados no trabalho.	Periódicos UFBA (Revista Organizações e Sociedade)

TEIXEIRA, S. M. O.; SOUZA, L. E. C.; MAIA, L. M.	2018	Ageismo institucionalizado: uma revisão teórica.	Investigar por meio de revisão teórica, os aspectos que colaboram para a institucionalização o do preconceito dirigido aos idosos, assim como os estereótipos que sustentam esse processo.	O ageismo é manifestado de forma encoberta e sutil ou, em outro extremo, expressado claramente sem nenhuma censura pessoal, principalmente por tratarem de percepções sociais consolidadas por estereótipos positivos e negativos acerca da velhice.	Revista Kairós Gerontologia
CASTRO, G. G. S.	2016	O idadismo como viés cultural: refletindo sobre a produção de sentidos para a velhice em nossos dias	Refletir sobre o tema da velhice no enquadramento das mídias audiovisuais, enfatizando a capacidade de resistir aos padrões vigentes, inventando outros modos de ser, viver e valorizar a vida na maturidade.	Destaque para a construção sociocultural da velhice como desprezível e o ostracismo dos mais velhos no contemporâneo. Coerente com a inesgotável capacidade do humano em se reinventar, torna-se imperativo, desejar e trabalhar em favor da renovação dos sentidos que hoje embotam a dimensão sensível da comunicação e comprometem seu papel na partilha do que nos é comum e na constituição dos vínculos sociais que forjam a nossa comun-idade.	Scielo Brasil

MANTOVANI, E. P.; LUCCA, S. R. DE; NERI, A. L.	2016	Associações entre significados de velhice e bem-estar subjetivo indicado por satisfação em idosos.	Investigar os significados atribuídos por idosos aos conceitos de velhice saudável e de ser feliz na velhice, bem como as associações entre os significados e suas avaliações sobre satisfação global e referenciada a domínios.	Os dois conceitos suscitaram significados comuns associados a aspectos positivos da velhice e refletiram sobre as avaliações de satisfação, evidenciando que, envelhecer de forma saudável e feliz é mais do que ter saúde, pois envolve também bem-estar psicológico e relações interpessoais.	Scielo Brasil
NELSON, T. D.	2016	A era do idadismo.	Discutir como a pesquisa sobre o preconceito de idade ganhou mais atenção, especialmente porque os <u>baby boomers</u> começaram a se aposentar, pastoreando uma era que alguns chamam de "envelhecimento da América".	Percepção urgente e crescente da importância de entender a influência perniciosa que o preconceito de idade tem na vida e no bem-estar de pessoas mais velhas.	Revista de Questões Sociais, Volume 72, Edição 1
SIQUEIRA-BRITO, A. R.; FRANÇA, L.; VALENTINI, F.	2016	Análise fatorial confirmatória da Escala de <u>Ageismo</u> no Contexto Organizacional.	Analisar a estrutura da Escala de <u>Ageismo</u> no Contexto Organizacional (EACO), através de análise fatorial confirmatória (AFC).	Se faz necessário discutir a temática do <u>ageismo</u> por meio de métodos matemáticos, com maior frequência na academia e nas organizações.	Scielo Brasil (DePsic - Periódicos de Psicologia)

LEVY, BR et al.	2009	Esteretipos de idade mantidos no início da vida predizem eventos cardiovasculares na vida adulta.	O estudo sugere que esteretipos de idade internalizados mais cedo na vida podem ter um efeito de longo alcance na saúde.	Comprovação dos efeitos de longo alcance na saúde, causados por esteretipos de idade internalizados ao longo da vida.	Revista Ciência Psicológica Volume 20, edição 3
LAWRENCE, Barbara S.	1996	Interesse e indiferença: o papel da idade nas ciências organizacionais.	Examinar e abordar como a idade pode contribuir mais proeminentemente e para a ciência organizacional.	Proposição de direções para o desenvolvimento de uma teoria organizacional da idade mais ampla, mais integrada e mais "interessante".	Revista Pesquisa em gestão de pessoas e recursos humanos. Volume 14, p. 1-59
BUTLER, Robert N.	1969	Ageismo outra forma de intolerância.	Cunhar o termo e alertar sobre o preconceito manifestado contra pessoas por conta da idade.	Pessoas idosas são frequentemente esteretotipadas e discriminadas, vistas como inúteis, incapazes e dependentes.	O Gerontologista. Volume 9, edição 4

Fonte: Elaboração própria (2024).

De acordo com o quadro, dos quinze artigos pesquisados, evidenciam-se as abordagens referentes ao etarismo em suas mais diversas formas, tendo em sua grande maioria, a prática do mesmo em âmbito profissional, (40%), comprovando assim onde essa prática costuma ocorrer de maneira mais corriqueira, (27%) abordam o etarismo impactando mais nas questões voltadas a saúde e bem estar, outros (20%), tratam sobre a conceituação do etarismo, suas causas e fatores que levam a prática do mesmo, e por fim, (13%), são relacionados a dados referentes ao aumento do envelhecimento populacional e expectativa de vida.

REFERENCIAL TEÓRICO

3.1 ETARISMO, TRABALHO E ENVELHECIMENTO POPULACIONAL

Partindo de uma visão mais ampla a ser vista sobre o trabalho, Pamplona Filho, Saldanha Neto e Saldanha (2023), dizem que no princípio, o conceito de trabalho, esteve ligado a elementos de demérito para os indivíduos, permanecendo deste modo, durante um longo período da história da humanidade, e que com o passar do tempo, o trabalho humano passou a adquirir uma posição de elemento determinante para a classificação dos indivíduos dentro das relações sociais, e, sobretudo, das econômicas.

Logo, neste aspecto, a economia passa a encontrar um meio de evoluir as relações de trabalho humano, mudando a posição e a importância do indivíduo na sociedade e em seguida transformando as relações sociais e de poder a cada ciclo de mudança socioeconômico.

Melo e Amorim (2022), trazem a concepção acerca do desempenho no ambiente de trabalho, dando ênfase às funções sociais que, mesmo sendo rotineiras, produzem e mantêm a sensação de reconhecimento social no (e pelo) trabalho. Influenciando assim, o status desse trabalhador mais velho, que pode representar um papel social de prestígio ou de estigma em uma sociedade ou organização empresarial, nas quais seja privilegiado o novo ou a novidade.

Valendo-se ressaltar também que essas mesmas relações de trabalho vêm sofrendo modificações para que cada vez mais consigam se adaptar às novas realidades de um mundo que vem sendo construído a base de acontecimentos, ocorrências cada vez mais complexas, e com um tempo de duração cada vez menor, onde novas construções teóricas a respeito do papel do trabalho humano ganham relevância, visando uma sociedade mais justa e igualitária naquilo que tange a promoção de oportunidades.

Dentro daquilo que tange ao envelhecimento populacional, Lawrence (1996), pesquisou sobre o assunto, relatando tratar-se de um fenômeno mundial que deve ser analisado não somente pela sociedade, mas também pelas empresas. Diz também, que a idade é um fator de identidade do indivíduo e que isso impacta no seu comportamento dentro da empresa, não por conta da idade, mas sim pelas crenças que esse profissional tem a respeito dele mesmo e das pessoas as quais convive no ambiente laboral, onde os efeitos surtidos nesse mesmo ambiente norteiam normas internas que impactam na distribuição etária dentro das organizações.

Ainda segundo Lawrence (1996, p. 1-59), “A idade é um aspecto crucial a ser avaliado, porém ainda altamente negligenciado pelas organizações, sendo esse fato comprovado por pesquisas recentes, mesmo com toda a importância voltada para o tema “.

Na temática idade - empresa, Cepellos, Silva e Tonelli (2019), trazem a ideia das múltiplas idades dentro das organizações, frisando a grande importância disso na vida dos indivíduos, pois, de alguma forma, estar ativo profissionalmente traz a sensação de jovialidade, contrastando com a realidade cronológica. Importante também frisar sobre a sensação de utilidade trazida ao realizar uma atividade laboral, pois, o contrário, acaba por impactar psicologicamente nos indivíduos com mais idade, justamente por fazer com que esses indivíduos pensem que perderam suas funções dentro da sociedade.

3.2 ETARISMO PROFISSIONAL E SEUS IMPACTOS

Ratificando ainda acerca dos impactos do etarismo nos profissionais mais velhos, Nelson (2016), diz que nos locais de trabalho, os estereótipos etaristas influenciam a percepção dos empregadores de trabalhadores mais velhos, que os consideram incompetentes, em razão do declínio das capacidades físicas e mentais dos mesmos, considerando-os difíceis de serem treinados, o que acaba por contribuir com a demissão destes. Hanashiro e Pereira (2020, p. 189), relatam que “como as pessoas têm tido uma maior longevidade, e, de forma mais saudável, tendem a permanecerem no mercado de trabalho por mais tempo, porém, com uma maior probabilidade de sofrerem constantes discriminações por conta da idade”.

Neste contexto, Teixeira, Souza e Maia (2018, p. 139), através de estudo de revisão acerca da concepção e prática do ageismo, relatam que “no cenário brasileiro, o preconceito contra os idosos ou ageismo, apresenta-se com frequência de forma implícita, sutil e institucionalizada”.

Em seguimento ao trazido acima, Cervera e Schmidt (2022, p. 4), informam que “Dentre os impactos psicológicos sofridos pelos indivíduos com mais idade, a perda de laços sociais surge como um problema central que afeta o bem-estar”.

Castro (2016, p. 86), também dá ênfase sobre a questão dos impactos do etarismo dizendo que: “Embora a velhice possa receber simbolicamente a conotação positiva da sabedoria e do legado da tradição e da memória, com maior frequência, essa mesma velhice está associada ao declínio, a várias formas de dependência e ao ostracismo social”.

Diante de tais conclusões, Mantovani, Lucca e Neri (2016, p. 220), reiteram os estudos confirmando que:

O bem-estar subjetivo em pessoas consideradas com idade avançada, está relacionado ao envelhecimento saudável associado ao equilíbrio da capacidade funcional, da função cognitiva, da memória, da felicidade, da autonomia, do estilo de vida, da construção individual e da dinâmica afetiva e social.

Tem-se como fato que chegar à terceira idade de forma saudável e sóbria é um grande trunfo para quem consegue, porém, junto a esse feito acompanham-se também os vestígios da discriminação etária em falas como “Você está velho (a) demais para isso” ou “Está ficando gagá”, que dentro do ambiente profissional soa de maneira altamente ofensiva para quem recebe tal adjetivação, fazendo com que se tome atitudes que intensificam a dificuldade de aceitação da condição de velhice.

Em adendo ao dito no parágrafo anterior, onde se tem no Brasil, uma autovalorização da juventude, percebe-se que tal fator, em conjunto com grau de instrução, sexo, expectativa de vida,

condição de saúde da população, dentre outros, acabam sendo determinantes para a ocorrência do etarismo, onde de acordo com Officer et al. (2020), em estudo com o objetivo de estimar a prevalência global de etarismo nas pessoas idosas e explorar possíveis fatores explicativos, concluiu que, quanto mais o indivíduo for mais jovem, do sexo masculino, e com baixo nível de escolaridade, maior será a probabilidade de ser etarista.

Em consonância, vale ressaltar que, de acordo com o divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, IBGE (2020), através de sua agência de notícias, a expectativa de vida no Brasil em 2019 era de 76,6 anos, portanto, é cada vez mais iminente a realidade de que a população 50+ precisará ser inserida de maneira ativa nos mais diversos âmbitos e segmentos da sociedade. Sendo assim, tudo que essas pessoas já vivenciaram e têm de experiência para acrescentar, precisa ser levado em consideração, principalmente pelos mais jovens, que em se tratando de mercado de trabalho, precisam de uma porta de entrada e de auxílio para desenvolverem suas potencialidades.

Por isso, nada mais coerente que esse auxílio venha justamente dos mais experientes, pelo simples fato de já terem passado por diversas situações nos seus mais variados graus de dificuldade e que também dispõem de uma visão mais sistêmica de todo o processo gerado em torno do respectivo ambiente, tendo, por outro lado, a parceria do mais jovem em já ter nascido numa era mais tecnológica, dar esse suporte que será de grande valia para a produtividade tanto individual quanto coletiva.

Doravante, sabe-se também que toda essa parceria precisa, e muito, da atenção especial das organizações, onde as mesmas precisam parar de olhar de maneira estereotipada, apenas visando o custo ou olhando o profissional apenas como um número. As corporações precisam visar novas formas de contratação, frisando o conhecimento, tudo aquilo que o profissional tem a contribuir, valorizando todos os aspectos legais que tragam satisfação e qualidade de vida a todos os envolvidos, pois, será de fato necessário a quebra de paradigmas de todos os lados para que haja uma maior absorção da população que caminha para ser a mais numerosa no Brasil.

Diante do exposto até aqui, fica evidente que está havendo uma falta de empatia social e profissional, em entender o momento no qual vivem os indivíduos 50+, para que haja a utilização de seus conhecimentos de maneira efetiva no exercício de suas respectivas funções. Como exemplo dessa falta de empatia, tem-se o caso ocorrido aqui no Brasil, em uma universidade particular de Bauru, no interior do estado de São Paulo, onde três jovens debocharam de uma outra aluna do curso de Biomedicina somente pelo fato de a mesma ter 40 anos de idade, proferindo falas ofensivas como “Mano, ela tem 40 anos já! Era para estar aposentada! ”. Diante de tal fato, lançam-se os seguintes questionamentos: Qual o impacto causado a essa aluna? Quais as consequências psicológicas e fisiológicas sofridas nessa situação?

Dando continuidade ao que foi entendido até aqui, tem-se como dados para exemplificar o trazido pelo Tendências Especiais (2022), do guia de tendências do SEBRAE, na qual a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP), afirma que 38% dos CEOs de Startups no mercado nacional são pessoas acima dos 45 anos de idade, o que demonstra que produtividade e experiência podem seguir lado a lado no desenvolvimento, continuidade e aproveitamento do potencial do profissional 50+, mesmo frente às limitações impostas num mercado de trabalho estereotipado.

Dentro do que tange a dificuldade das empresas em lidar com a questão etária, segundo Irving (2019), apesar de muitas organizações terem em seu escopo profissional programas de inclusão geracional, as mesmas ainda não estão preparadas para iminentes mudanças no ambiente de trabalho, trazidas pelo envelhecimento da população. Uma série de desafios, uma série de oportunidades que só poderão ser vencidas e aproveitadas caso haja um combate ao preconceito e a discriminação existente para com os profissionais de mais idade. O autor acredita que as empresas com suas equipes multigeracionais precisam transformar a inclusão de profissionais cronologicamente mais vividos em grandes oportunidades para gerar mais crescimento organizacional e consequentemente a melhoria em seus resultados.

Tendo em vista o olhar a respeito da discriminação com o fator idade, que dentro da esfera social e econômica traz como consequência a limitação de oportunidades e promoções negadas com base nessa mesma idade, como também a criação de divisões inter geracionais, o que prejudica a coesão social e causa uma perda de aprendizado e troca que são essenciais para um ambiente mais enriquecedor e inclusivo.

Siqueira *et al* (2016), ao tratar sobre etarismo profissional e suas incidências nos ambientes de trabalho, traz o conceito de etarismo institucional, dizendo que:

Etarismo Institucional, pode ser definido por um conjunto de atitudes negativas ou positivas frente ao envelhecimento, valorizando ou desvalorizando a força de trabalho dos mais velhos, favorecendo ou desfavorecendo a sua inclusão/exclusão e permanência no mercado de trabalho.

Logo, é de suma importância que haja um combate ao etarismo institucional, para não mais se ter exemplos existentes como casos em que um colaborador não é promovido porque presumem que por conta de sua idade, sua capacidade de aprendizado ou sua produtividade diminuiu, anúncios de empregos aos quais especificam uma preferência por candidatos jovens, ou ainda da torpe ideia de que no campo da tecnologia os profissionais mais velhos são menos aptos a atuarem de maneira satisfatória.

Tendo em vista que o Brasil outrora se mostrou ser um país jovial e futurista, com a juventude em grande parte tida como um bem de alto valor, acaba que as organizações incorrem de maneira

completamente errônea por conta de uma cultura social defasada, a acharem que produtividade e efetividade estão atreladas a determinada idade cronológica, pois se assim continuar, ficará claro de que as empresas não estão sabendo lidar com o processo de envelhecimento de seus profissionais.

Um outro tipo de etarismo a se ter relevância aqui nesta pesquisa é o etarismo autodirigido, que é justamente a internalização do preconceito etário partindo do indivíduo para com ele mesmo, onde tal aspecto discriminatório é baseado na cultura que o sujeito está inserido, gerando no mesmo a descrença na possibilidade de aprender novas habilidades, se matricular em cursos ou universidades, e até mesmo se envolver em novos hobbies (Levy, 2009). Como consequência desse etarismo autodirigido, tem-se a limitação do indivíduo no referente a sua inserção ou reinserção no mercado de trabalho, e justamente partindo desse pressuposto surge a seguinte questão a ser analisada: O mercado de trabalho brasileiro está preparado para abarcar essa demanda que é cada vez maior, frente ao envelhecimento populacional e sua expectativa de vida que vem cada vez mais aumentando?

Diante do que foi questionado até aqui, se faz essencial saber se por parte dos empregadores já há medidas que visem a manutenção no mercado de trabalho, e um maior percentual de contratação de profissionais 50+, os chamados “programas de inclusão”. Programas que servirão para o aumento e desenvolvimento de habilidades e competências dos mesmos profissionais, pois em momentos de inversão da pirâmide etária brasileira, dar a atenção devida a esse público nada mais é do que a comprovação da preocupação com o desenvolvimento e a qualidade de vida de todos os envolvidos no que tange a evolução do quadro social brasileiro.

Dando continuidade ao trazido no parágrafo anterior, e relatando o despreparo aparente das organizações em saber lidar com envelhecimento populacional, a matéria veiculada em 30/11/2022, pelo Estadão em sua página nas redes sociais disse o seguinte:

A maioria dos RHs, 81%, disseram que a companhia onde trabalham não promoveu nenhum programa para contratação de pessoas com mais de 50 anos no último ano. Porém, 58% afirmaram que as empresas procuraram contratar pessoas com mais de 50 anos nos últimos seis meses, enquanto 42% não tomaram essa medida.

Ainda sobre a matéria veiculada pelo Estadão, os núcleos de RH mostraram que é necessário convencer altos gestores ou outras pessoas da equipe a contratarem pessoas mais experientes, situação que já aconteceu com 55% dos respondentes.

Continuando, outro entrave para a contratação de profissionais mais seniores é a falta de conscientização dentro das empresas, onde 90% informaram não ter conhecimento de ações ou palestras sobre etarismo. Além disso, a maioria dos respondentes (58%), diz não ter domínio suficiente do assunto para recrutar esses profissionais.

3.3 POSSÍVEIS MEDIDAS DE COMBATE AO ETARISMO

Sabe-se que, como regra, deveria ser praxe a prática da proteção contra a discriminação e o preconceito voltados ao fator idade dentro das relações sociais e as relações envolvendo organizações e seus colaboradores, justamente visando evitar possíveis práticas de etarismo, que segundo Butler (1969, p.1), dentro de um contexto geral e diversificado etarismo é a “Ação que envolve estereótipos dentro de uma visão preconceituosa em relação ao indivíduo por conta de sua idade, trazendo restrições ou impedimentos ao mesmo, simplesmente pelo fato de ser considerado jovem ou velho demais para determinadas realizações”.

De acordo com Marques et al. (2020), quanto maior a idade do indivíduo, maior a probabilidade de a pessoa ser alvo do etarismo, sendo assim, o fator idade é um dos, e provavelmente o principal determinante para este tipo de preconceito.

Em contrapartida, o mesmo Marques et al. (2020), diz que uma maior exposição do indivíduo a pessoas idosas pode ajudar a reduzir o preconceito contra elas. Isto é evidenciado em revisão sistemática, onde constatou-se que o contato próximo com pessoas mais velhas, como os avós, ter uma interação de qualidade com este público, cuidar ou trabalhar com pessoas idosas, reduz o preconceito de idade contra o público supracitado.

Melo e Amorim (2022), informam que o processo de envelhecimento do indivíduo no trabalho consiste na sua ocorrência em duas vias não excludentes entre si, sendo uma em relação ao trabalho, tendo nas suas transformações as realizações das atividades laborais do dia a dia, e a outra sendo fruto do seu próprio trabalho, no que tange às condições desse trabalho, sua organização, produtividade, relações interpessoais, as quais atuam no processo de envelhecimento.

Ainda de acordo com Melo e Amorim (2022), a longevidade vem ocupando um espaço cada vez maior nos mais diversos extratos sociais, o que acaba por trazer uma alta necessidade de adaptação dessa realidade, onde o envelhecimento passa a ser uma experiência positiva, mas para isso, precisa haver oportunidades de melhoria contínua na qualidade de vida, proporcional à medida que as pessoas vão envelhecendo.

Doravante, proporcionar ao indivíduo alcançar seus objetivos de vida através de sua atividade laboral, se faz altamente necessário para o reconhecimento sócio profissional de habilidades e capacidades, tendo no trabalho, parte da essência desse indivíduo dentro de uma relação de coexistência com o mesmo.

Para Amaral *et al.* (2021), a promoção de discussões, entendimentos e reflexões acerca da prática do idadismo, assim como a potencialização de espaços democráticos de escuta, se

caracterizam como medidas de desenvolvimento de posturas éticas para o enfrentamento das possíveis manifestações sutis ou explícitas de idadismo.

Para ratificar o que foi dito até aqui, tem-se como referência também o tópico composição por faixa etária e suas ações afirmativas, do Perfil Social, Racial e de Gênero das 1.100 maiores empresas do Brasil e suas Ações Afirmativas (2023 - 2024), elaborado pelo Instituto Ethos, onde 59,6% das lideranças que participaram da edição entendem ser altamente necessário o empreendimento de políticas e ações afirmativas visando a igualdade de oportunidades como combate ao etarismo em todas as suas forma de manifestação.

Ainda dentro do trazido na pesquisa elaborada pelo Instituto Ethos, a mesma informa que a promoção de ações que gerem diversidade geracional possibilitará o desenvolvimento de talentos e as trocas de vivências e experiências, o que acabará fortalecendo as relações de maneira mais representativa nos diferentes níveis hierárquicos, uma vez que ainda se conta com um número considerado baixo de empresas, 27,4% que contratam profissionais acima dos 45 anos para cargos no nível operacional ou até mesmo estagiário, quando estes profissionais buscam uma nova colocação no mercado de trabalho numa possível mudança de ramo de atuação.

Vale ressaltar que apesar de o referente artigo tratar dos impactos do etarismo para o profissional 50+, é importante deixar claro que ainda de acordo com a pesquisa elaborada pelo instituto Ethos, o etarismo também afeta as juventudes, principalmente quando se leva em consideração a relação entre idade e interseccionalidade, trazendo para a juventude os desafios de abrir as portas para os níveis iniciais e logo em seguida, avançar, progredir e compor mais os espaços táticos e estratégicos das organizações.

Nota-se, então, que se faz mister que hajam políticas anti-etaristas que integrem uma cultura inclusiva, respeitosa e diversificada em prol de continuar oportunizando realizações significativas aos profissionais 50+, que se dedicaram por muitos anos e ainda continuam dispostos a dedicar suas forças laborais em benefício das organizações brasileiras.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Visto que a princípio o trabalho desqualificava o indivíduo, e com o passar do tempo, muito mais por uma questão econômica, passou a colocar este mesmo indivíduo em outro patamar social, dando-lhe uma importância significativa e singular e ao mesmo tempo lhe conferindo um status que impactava no seu comportamento dentro do ambiente laboral, e em específico o trabalhador mais

velho, que de acordo com suas crenças, passou a adquirir um papel social de prestígio ou de estigma em uma sociedade ou organização empresarial, nas quais seja privilegiado o novo ou a novidade.

Acerca dos impactos do etarismo nos profissionais 50+, foi trazida a percepção dos empregadores de trabalhadores mais velhos, que os consideram incompetentes, em razão do declínio das capacidades físicas e mentais dos mesmos, considerando-os difíceis de serem treinados, o que acaba por fazer com que esse trabalhador se sinta incapaz, gerando contra si um etarismo autodirigido, agravando mais ainda os impactos psicológicos, trazendo a perda de laços sociais, o que surge como um problema central que afeta o bem-estar.

Portanto, diante do exposto até aqui neste presente artigo, conclui-se que se faz necessário ter como estratégia de combate ao etarismo profissional, entender e admitir que envelhecer é parte de um processo de vida que é natural, e, portanto, esse processo fisiológico de maneira alguma deve servir de fator excludente, pois o envelhecimento traz consigo muito conhecimento, experiência e maturidade, que são pontos chaves para o desenvolvimento e melhoria da produtividade laboral como um todo.

Além disso, soluções políticas, econômicas, culturais e sociais serão de vital importância para que o público referido em questão não passe por um processo de descontinuidade, e sim tenham direitos garantidos para continuarem contribuindo de maneira assertiva com a sociedade.

Vale ressaltar também sobre o fato de ainda não haver quantidade significativa de trabalhos voltados a essa temática aqui no Brasil, o que acaba por gerar certa dificuldade em se debruçar de forma mais detalhada sobre o tema em aspectos mais específicos voltados a sua incidência, a exemplo de estudar os impactos por região, estado ao até mesmo um município específico. Como sugestão fica o fomento à pesquisa futura visando particularizar e restringir mais o campo de pesquisa, como também da realização de pesquisas a nível global, podendo ser feita em outro idioma.

Doravante, tratar sobre o etarismo no Brasil e seus impactos para o profissional 50+, é de fato um singelo desafio ao qual promoverá as ações que irão nortear o desenvolvimento de todas as esferas envolvidas no processo, como também no desenvolvimento pessoal e profissional de todos aqueles que de alguma forma estão envolvidos e comprometidos com a melhoria da sociedade, visando minimizar os impactos negativos e integrar ainda mais os agentes pacientes do processo, em especial o público 50+.

REFERÊNCIAS

- AMARAL, V. DE S. et al. **Os nós críticos do processo de trabalho na Atenção Primária à Saúde:** uma pesquisa-ação. *Physis* (Rio de Janeiro, Brazil), v. 31, n. 1, 2021. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0103-73312021310106>> (2021). Acesso em: 23 set. 2024.
- BUTLER, Robert N. **Age-Ism:** Another Form of Bigotry. *The Gerontologist*, [S.l.], v. 9, n. 4, 1969. p. 243-246. Disponível em: <https://doi.org/10.1093/geront/9.4_Part_1.243> (1969). Acesso em: 08 jul. 2024.
- CASTRO, G. G. S. **O idadismo como viés cultural:** refletindo sobre a produção de sentidos para a velhice em nossos dias. *Galáxia* (São Paulo), n. 31, p. 79–91, 2016. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1982-25542016120675>> (2016). Acesso em: 19 set. 2024.
- CEPELLOS, Vanessa Martines; SILVA, Gabriela Toledo; TONELLI, Maria José. **Envelhecimento:** múltiplas idades na construção da idade profissional. *Revista Organizações & Sociedade*, [S.l.], v. 26, n. 89, p. 269-290, abr./jun. 2019. Disponível em: <<https://periodicos.ufba.br/index.php/revistaoes/article/view/18227/18010>> (2019). Acesso em: 07 jul. 2024.
- CERVERA, D. M. de B.; SCHMIDT, M. L. G. **Impactos psicológicos do ageismo em idosos e estratégias para prevenção:** estudo de revisão. *Revista Psicologia Diversidade e Saúde*, v. 11, p. e4349, 2022. Disponível em: <<https://doi.org/10.17267/2317-3394rpd.2022.e4349>> (2022). Acesso em: 19 set. 2024.
- ESTADÃO. **Idade é motivo de demissão de um em cada quatro profissionais, diz pesquisa.** Disponível em: <<https://www.estadao.com.br/economia/sua-carreira/idade-e-motivo-de-demissao-pesquisa-npre/>> (2022). Acesso em: 14 set. 2024.
- HANASHIRO, D. M. M.; PEREIRA, M. F. M. Winandy Martins. **O Etarismo no local de trabalho:** Evidências de práticas de “saneamento” de trabalhadores mais velhos. *RGO. Revista Gestão Organizacional*, v. 13, n. 2, p. 188–206, 2020. Disponível em: <<https://doi.org/10.22277/rgo.v13i2.5032>> (2020). Acesso em: 20 set. 2024.
- IBGE, Agência de Notícias. **Censo 2022:** número de pessoas com 65 anos ou mais de idade cresceu 57,4% em 12 anos. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/38186-censo-2022-numero-de-pessoas-com-65-anos-ou-mais-de-idade>>

[cresceu-57-4-em-12-anos](#)> (2023). Acesso em: 20 jun. 2024.

IBGE, Agência de Notícias. **Em 2019, expectativa de vida era de 76,6 anos.** Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/29502-em-2019-expectativa-de-vida-era-de-76-6-anos>> (2020). Acesso em: 20 jun. 2024.

IRVING, Paul. **O envelhecimento da força de trabalho.** Harvard Business Review Brasil. [S.l.], 07 jun. 2019. Disponível em: <<https://hbrbr.com.br/o-envelhecimento-da-forca-de-trabalho/>> (2019). Acesso em: 07 jul. 2024.

LAWRENCE, Barbara S. **Interesse e indiferença:** o papel da idade nas ciências organizacionais. Research in Personnel and Human Resources Management. v. 14, p. 1-59, 1996. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/280940777_Interest_and_Indifference_The_role_of_age_in_the_organizational_sciences> (1996). Acesso em: 07 jul. 2024.

LEITE, C. H. **Curso de Direito do Trabalho** - Carlos Henrique Bezerra Leite. - 15. ed. São Paulo: SaraivaJur, 2023.

LEVY, BR et al. **Estereótipos de idade mantidos no início da vida predizem eventos cardiovasculares na vida adulta.** Psychological science, v. 20, n. 3, p. 296–298, 2009. Disponível em: <<https://doi.org/10.1111/j.1467-9280.2009.02298.x>> (2009). Acesso em: 07 set. 2024.

L9029. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19029.htm> (1995). Acesso em: 15 out. 2024.

L10741. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.741.htm> (2003). Acesso em: 15 out. 2024.

MANTOVANI, E. P.; LUCCA, S. R. DE; NERI, A. L. **Associações entre significados de velhice e bem-estar subjetivo indicado por satisfação em idosos.** Revista brasileira de geriatria e gerontologia, v. 19, n. 2, p. 203–222, 2016. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1809-98232016019.150041>> (2016). Acesso em: 19 set. 2024.

MARQUES, S. et al. **Determinantes do idadismo contra idosos:** Uma revisão sistemática. **Revista internacional de pesquisa ambiental e saúde pública**, v. 17, n. 7, p. 2560, 2020. Disponível em: <<https://doi.org/10.3390/ijerph17072560>> (2020). Acesso em: 19 set. 2024.

MELO, R. H. V. DE; AMORIM, K. P. C. **O idadismo no contexto do trabalho da Estratégia Saúde**

da Família: projeção de saberes ao tetragrama dialógico de Morin. *Interface*, v. 26, n. suppl 1, 2022. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/interface.220209>>. Acesso em: 21 set. 2024.

NELSON, T. D. **A era do idadismo.** *The Journal of Social Issues*, v. 72, n. 1, p. 191–198, 2016. Disponível em: <<https://doi.org/10.1111/josi.12162>> (2016). Acesso em: 20 set. 2024.

OFFICER, A. et al. **Idadismo, expectativa de vida saudável e envelhecimento populacional:** como eles estão relacionados? *Revista internacional de pesquisa ambiental e saúde pública*, v. 17, n. 9, p. 3159, 2020. Disponível em: <<https://doi.org/10.3390/ijerph17093159>> (2020). Acesso em: 07 set. 2024.

PAMPLONA FILHO, Rodolfo; SALDANHA NETO, Edson Ribeiro; SALDANHA, Juliana Maria Ribeiro. **Empregabilidade e etarismo:** desafios de um ambiente de trabalho sem preconceito de idade. Disponível em: <<https://periodicos.univel.br/ojs/index.php/redir/article/view/394/205>> (2023). Acesso em: 07 set. 2024.

PERFIL SOCIAL, RACIAL E DE GÊNERO DAS 1.100 MAIORES EMPRESAS DO BRASIL E SUAS AÇÕES AFIRMATIVAS 2023-2024 - **Instituto Ethos.** Disponível em: <<https://www.ethos.org.br/publicacao/perfil-social-racial-e-de-genero-das-1-100-maiores-empresas-do-brasil-e-suas-acoes-afirmativas-2023-2024/>>. Acesso em: 28 dez. 2024.

SIQUEIRA-BRITO, A. R.; FRANÇA, L.; VALENTINI, F. **Análise fatorial confirmatória da Escala de Ageismo no Contexto Organizacional.** *Aval Psicol.* v. 15, n. 3, p. 337–345, 2016. Disponível em: <<https://doi.org/10.15689/ap.2016.1503.06>> (2016). Acesso em: 07 set. 2024.

TEIXEIRA, S. M. O.; SOUZA, L. E. C.; MAIA, L. M. **Ageismo institucionalizado:** uma revisão teórica. *Revista Kairós Gerontologia*, v. 21, n. 3, p. 129–149, 2018. Disponível em: <<https://doi.org/10.23925/2176-901X.2018v21i3p129-149>> (2018). Acesso em: 19 set. 2024.

TENDÊNCIAS ESPECIAIS – **Guia de Tendências.** Disponível em: <<https://www.sebraepr.com.br/tendencias/tendencias-especiais/>> (2022). Acesso em: 27 abr. 2024.

GOVERNANÇA CORPORATIVA TEORIA NEOINSTITUCIONAL E PRESSÕES ISOMÓRFICAS: PRÁTICAS DE GOVERNANÇA CORPORATIVA DE UMA INSTITUIÇÃO CONFSSIONAL À LUZ DAS RECOMENDAÇÕES DO INGC.

Josiane Silva Fraga- Jozyane01@gmail.com ORCID: <https://orcid.org/0009-0007-6205-0336>

Especialista em Gestão Financeira, Auditoria e Controladoria pelo Centro Universitário Adventista de Ensino do Nordeste (2025), bacharela em Ciências Contábeis (2024) e graduanda em Administração, também pelo UNIAENE. Representante discente no Colegiado de Pós-Graduação do UNIAENE. Possui experiência nas áreas Administrativa, Contábil e de Atendimento ao Cliente, com interesse para áreas em Gestão Financeira, Controladoria, Tesouraria.

William Gomes Linhares- william17bahia@gmail.com ORCID: <https://orcid.org/0009-0005-4386-8453>

William Linhares Gomes é formado em Ciências Contábeis e atualmente cursa Administração. Atua como Operador de Caixa Pagador no Centro Universitário Adventista de Ensino do Nordeste (UNIAENE). Possui experiência nas áreas Administrativa, Logística e Financeira, tendo também atuado como Caixa Recebedor. Seus principais interesses de estudo concentram-se nas áreas de Contabilidade, Controladoria e Tesouraria.

Enoque Barbosa dos Santos- enoqb.eb@gmail.com ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4361-9383>

Mestre em Ciências Contábeis pela Universidade Federal da Bahia (UFBA, 2015). Especialista em Contabilidade Gerencial e Controladoria (UFBA, 2005). Especialista em Gestão Estratégica de Negócios (UNIAENE, 2007). Graduado em Ciências Contábeis (FIB, 2004).

Resumo: Este estudo examinou as práticas de governança corporativa no Centro Universitário Adventista de Ensino do Nordeste (UNIAENE) em seus documentos oficiais, destacando a influência das pressões institucionais na adoção e adaptação dessas práticas em uma instituição confessional. O estudo utilizou o arcabouço teórico da Teoria Neoinstitucional, buscou compreender como as pressões coercitivas, miméticas e normativas têm influenciado as práticas de governança do UNIAENE. O estudo utilizou como referência o código de melhores práticas de governança do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC). A análise utilizou uma abordagem qualitativa, explorando documentos institucionais para identificar o impacto dessas práticas e da legitimidade no relacionamento com a comunidade. Os resultados apontam para uma governança que sofre pressões isomórficas e busca sistematicamente manter-se alinhada a um código institucional próprio, baseado em um conjunto de crenças e valores que refletem a cosmovisão da instituição.

Palavras Chave: Governança corporativa; Teoria Neoinstitucional; Isomorfismo; IBGC.

Abstract: This study examined corporate governance practices at the Centro Universitário Adventista de Ensino do Nordeste (UNIAENE) through its official documents, highlighting the influence of institutional pressures on the adoption and adaptation of these practices within a confessional institution. Employing the theoretical framework of Neo-Institutional Theory, the study aimed to understand how coercive, mimetic, and normative pressures have shaped UNIAENE's governance practices. The research was guided by the Brazilian Institute of Corporate Governance (IBGC) code of best governance practices. A qualitative approach was used, analyzing institutional documents to assess the impact of these practices and the role of legitimacy in the institution's relationship with the community. Findings indicate that governance is subject to isomorphic pressures and consistently strives to align itself with an institutional code grounded in a set of beliefs and values that reflect the institution's worldview.

Keywords: Corporate governance; Neoinstitutional Theory; Isomorphism; IBGC.

INTRODUÇÃO

A governança corporativa constitui um conjunto de práticas normativas e procedimentais, institucionalmente estruturadas, que visam garantir a transparência, a equidade e a responsabilização nas dinâmicas organizacionais (IBGC, 2015; CADBURY, 1992). No âmbito das instituições de ensino confessionais, como o Centro Universitário Adventista de Ensino do Nordeste (UNIAENE), a adoção de mecanismos de governança corporativa adquire relevância particular, em virtude da complexidade inerente à conciliação de interesses heterogêneos de stakeholders, tais como discentes, docentes e a comunidade local (Silva, JM, e Santos, AL, 2020).

Vale destacar que, em 27 de junho de 2024, uma instituição anteriormente conhecida como FADBA foi renomeada para UNIAENE, em processo de crescimento institucional, quando foi reconhecido seu status de Centro Universitário pela autoridade brasileira de educação (Ministério da Educação – MEC). Contudo, os documentos atualmente disponibilizados no site ainda não foram atualizados para refletir essa mudança. Por essa razão, ao longo deste artigo, utilizaremos o termo “Centro Universitário Adventista de Ensino do Nordeste” para nos referirmos à instituição.

Este estudo propõe uma análise crítica das práticas de governança corporativa inovadoras no UNIAENE de acordo com documentos institucionais disponibilizados publicamente no site da instituição, comparando-as com os preceitos normativos recomendados pelo Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC). Fundamentado na Teoria Neoinstitucional, com ênfase no conceito de isomorfismo, o estudo explora como as organizações tendem a convergir para práticas homogeneizadas em resposta a pressões coercitivas, miméticas e normativas oriundas do ambiente externo (DiMaggio e Powell, 1983). Sob essa lente, a pesquisa tem como objetivo geral investigar pressões isomórficas e sua influência na adoção e adaptação de práticas de governança corporativa

no Centro Universitário Adventista de Ensino do Nordeste (UNIAENE).

Para alcançar este fim, os objetivos específicos são: (a) confrontar as práticas de governança corporativa do UNIAENE com o código de melhores práticas de governança do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC), (b) identificar pressões institucionais (coercitivas, miméticas e normativas) que influenciam a adoção de práticas de governança na UNIAENE, (c) analisar como o UNIAENE ajusta suas práticas de governança em sua busca por legitimidade institucional.

De acordo com a Teoria Neoinstitucional, a adoção de estruturas e práticas organizacionais não é motivada apenas por critérios de eficiência, mas predominantemente pela busca de legitimidade e conformidade institucional (Scott, 2008). Neste contexto, o isomorfismo será empregado como uma lente teórica para discutir as práticas de governança corporativa observadas na UNIAENE.

A implementação de práticas de governança é crucial para garantir que as decisões reflitam um equilíbrio justo entre os interesses diversos, mantendo a conformidade com as melhores práticas impostas pelo IBGC. A análise crítica dessas práticas permitirá entender como a instituição se adapta às pressões externas e internas, influenciando sua legitimidade e acessibilidade no contexto educacional e comunitário.

Ao empregar a Teoria Neoinstitucional, este estudo busca explorar as dinâmicas que impulsionam a homogeneização das práticas de governança, evidenciando como a UNIAENE responde às pressões institucionais e ajusta suas práticas para se alinhar aos padrões isomórficos vigentes (DiMaggio e Powell, 1983; Scott, 2008)

Assim, este estudo buscou resposta à seguinte questão proposta: Como as pressões institucionais influenciam a adoção e a adaptação das práticas de governança corporativa no Centro Universitário Adventista de Ensino do Nordeste (UNIAENE) em comparação com as melhores práticas propostas pelo Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC)?

Este problema de pesquisa visa investigar como diferentes pressões institucionais — coercitivas, miméticas e normativas — impactam a implementação e a adaptação das práticas de governança corporativa no UNIAENE. O foco é entender como o UNIAENE ajusta suas práticas de governança e em que medida tais práticas se aproximam ou se afastam daquelas práticas recomendadas pelo IBGC.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

A construção de uma base teórica sólida é fundamental para garantir a compreensão profunda do tema de estudo e o desenvolvimento de uma pesquisa relevante. Para entender as práticas de governança corporativa em instituições confessionais, como o UNIAENE, é essencial recorrer à

Teoria Neoinstitucional. que se destaca por examinar como as organizações são moldadas por pressões externas, como normas, exigências e expectativas sociais (DiMaggio & Powell, 1983). Nesse sentido, este referencial teórico tem como objetivo embasar a pesquisa para explorar as pressões isomórficas e como estas influenciam as práticas de governança corporativa do UNIAENE, comparativamente às melhores práticas de governança recomendadas pelo Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC, 2015).

Uma revisão da literatura fornece uma análise crítica dos estudos anteriores, permitindo identificar lacunas no conhecimento e estabelecer bases para novas contribuições acadêmicas. No contexto desta pesquisa, a revisão da literatura oferece um entendimento mais claro sobre as dinâmicas que influenciam a adoção de práticas de governança em instituições confessionais. Ao revisar trabalhos acadêmicos e publicações de organizações como o IBGC, busca-se analisar as práticas de governança adotadas pelo UNIAENE, dentro de um quadro mais amplo de governança e isomorfismo institucional (IBGC, 2015).

2.1 TEORIA NEOINSTITUCIONAL

A Teoria Institucional, desenvolvida por autores como Selznick (1949), DiMaggio e Powell (1983), destaca que as organizações não se estruturam apenas por aspectos formais, mas também por valores, normas e pressões externas. Selznick evidenciou que instituições possuem valores intrínsecos que as diferenciam de simples organizações, enquanto DiMaggio e Powell introduziram o conceito de isomorfismo institucional, que explica a tendência das organizações em adotar práticas semelhantes em busca de legitimidade. Meyer e Rowan (1977), por sua vez, ressaltaram o papel dos mitos e rituais nesse processo.

O conceito de campo organizacional é central nessa teoria, pois considera o ambiente em que organizações interagem e compartilham normas. Nesse contexto, o isomorfismo institucional se manifesta de três formas: coercitiva, quando decorre de exigências legais ou regulatórias; mimética, em situações de incerteza que levam à imitação de organizações bem-sucedidas; e normativa, resultante da profissionalização e da influência de associações profissionais (DiMaggio e Powell, 1983).

A transição para a Teoria Neoinstitucional ampliou essa análise, ao considerar como as organizações buscam legitimidade mesmo que isso não implique maior eficiência. O foco no isomorfismo institucional – coercitivo, mimético e normativo – permite compreender a padronização de práticas em diversos contextos, como nas instituições de ensino superior confessionais, que enfrentam pressões externas e internas para equilibrar valores tradicionais e demandas contemporâneas de governança (Barbato, 2014; Costa, 2017; Lugoboni et al., 2019; Santos & Lemes,

2022)

Essas instituições sofrem pressões coercitivas de regulamentações governamentais, miméticas ao buscar alinhamento às melhores práticas de governança, como as do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC, 2022), e normativas, influenciadas por órgãos de acreditação e associações profissionais. Assim, a Teoria Neoinstitucional fornece um arcabouço relevante para compreender como as IES confessionais adotam práticas de governança que conciliam demandas regulatórias, de mercado e religiosas, assegurando legitimidade em ambientes complexos e em constante transformação (Tavares, 2009).

2.2 GOVERNANÇA CORPORATIVA

A governança corporativa está diretamente ligada à gestão e organização de uma empresa, que este, será um guia para a resolução de todas as decisões e divergências que possam vir a surgir. A essência de sua estrutura é um conselho administrativo que analisa, influencia e orienta todas as demandas organizacionais da instituição, sendo, portanto, um instrumento de apoio à gestão, *compliance*, obtenção e/ou manutenção de certificações de competências e de conformidade, fornecidas por entidades externas.

A ação da governança corporativa é preventiva, e eventualmente, prescritiva delegando de forma técnica, porém harmoniosa, focando em *compliance*, e de forma que a gestão executiva não incorra em sobrecarregar ou favorecimento parte dos stakeholders em detrimento de outros *stakeholders*. (FAMÁ; JENSEN, 1983).

Quando se analisa os vínculos de agência, a ênfase recai sobre a distinção entre proprietários e gestores, enfatizando o conflito natural que surge dessa relação, onde cada uma dessas partes buscam o melhor resultado.

Nesse contexto – objeto de estudo da Teoria da Agência (Jansen e Mecling, 1970) surge a necessidade e importância da Governança Corporativa, que buscará atender às demandas dos *stakeholders* sejam sócios – majoritários ou não, colaboradores, sociedade – que influencia e é influenciada pela organização (Bertalanffy, 1977) e demais interessados como bancos, fornecedores e investidores (Shleifer e Vishny, 1997).

2.3 GOVERNANÇA CORPORATIVA EM INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

A governança corporativa em Instituições de Ensino Superior (IES) apresenta especificidades em relação ao modelo tradicional das empresas privadas, pois envolve tanto a eficiência administrativa quanto o compromisso com a missão educacional e a responsabilidade social (Costa, 2017). No caso das IES

confessionais, a governança requer transparência, prestação de contas e participação democrática de gestores, docentes, alunos e comunidade externa, tornando-se um processo mais inclusivo e complexo (Tavares, 2009). Nesse contexto, destacam-se os isomorfismos coercitivos e normativos, que decorrem das exigências do Ministério da Educação (MEC), da legislação educacional e das demandas de compliance impostas pelas mantenedoras. Os principais desafios estão na conciliação da autonomia acadêmica com a responsabilidade administrativa, diante da necessidade de garantir qualidade no ensino, pesquisa e extensão, sem perder de vista as pressões burocráticas, financeiras e sociais (Kerr, 2001; Trindade, 2012; Sousa Junior, 2015).

Essas dificuldades também abrem oportunidades para fortalecer a eficácia administrativa e a competitividade por meio de práticas de governança mais transparentes e equitativas (Nogueira et al., 2012). Muitas IES vêm ajustando matrizes curriculares e estruturas de custos para reduzir despesas e melhorar seus resultados, configurando um caso de isomorfismo mimético, em que instituições adotam práticas já consolidadas em busca de eficiência. Contudo, nas confessionais, que não têm o lucro como objetivo central, tais práticas podem ser direcionadas à valorização da qualidade formativa. Além disso, o isomorfismo normativo e coercitivo é reforçado por marcos legais, como a LDB e decretos que regulamentam universidades públicas e privadas, que asseguram autonomia, mas impõem accountability perante a sociedade e o governo (Tavares, 2009). Experiências como a da Universidade Federal de Pelotas ilustram como a participação de conselhos acadêmicos e administrativos, aliada à transparência e à responsabilidade social, pode consolidar modelos de governança bem-sucedidos.

2.4 O INSTITUTO BRASILEIRO DE GOVERNANÇA CORPORATIVA (IBGC)

A governança corporativa fundamenta-se na ética e na adoção de princípios que asseguram transparência, equidade, responsabilização, sustentabilidade e integridade (Carroll, 1991; IBGC, 2015). Funciona como um mecanismo de regulação das relações interpessoais e organizacionais, orientando a tomada de decisões e prevenindo conflitos por meio do alinhamento entre gestores e stakeholders (Cadbury, 1992; Lima, 2015). A definição clara de propósito institucional fortalece a interconexão entre áreas internas e externas, promove engajamento e contribui para a criação de um ambiente coeso, produtivo e socialmente responsável (Almeida, 2014; Martins, 2018).

A consolidação das melhores práticas de governança tornou-se urgente diante das transformações econômicas e sociais, já que permite equilibrar os interesses de acionistas, gestores, colaboradores e sociedade (Gomes, 2017; Souza, 2019). Nesse contexto, conflitos advindos de assimetrias de agência (Jensen; Meckling, 1976) ou de divergências políticas e técnicas devem ser tratados com base nos princípios de equidade e transparência. A gestão eficaz desses desafios fortalece a confiança organizacional e garante decisões mais acertadas, voltadas tanto à sustentabilidade financeira quanto ao compromisso social e ambiental.

No Brasil, a BM&FBovespa (atual B3) introduziu, em 2001, diferentes níveis de governança

corporativa — Nível 1, Nível 2 e Novo Mercado —, incentivando empresas a adotarem práticas mais transparentes e alinhadas às diretrizes do IBGC (2016). Esses níveis ampliam direitos de acionistas, fortalecem a comunicação com investidores e reduzem riscos de mercado, garantindo maior segurança jurídica e valorização empresarial (Pitzer, 2011; Geocze, 2010). Ao se desdobrar em graus progressivos de exigência, a governança corporativa reforça a confiança no mercado de capitais, promove maior estabilidade e potencializa a resiliência das empresas frente às oscilações econômicas.

2.5 A INSTITUIÇÃO CONFESSIONAL

As instituições confessionais são organizações educacionais orientadas por valores e princípios religiosos que influenciam diretamente sua missão, estrutura e práticas de governança. No Brasil, surgiram com a colonização e tiveram papel relevante no desenvolvimento educacional e social (Tavares, 2009). Sua governança precisa equilibrar exigências do mercado educacional, como competitividade e sustentabilidade financeira, com a preservação de sua identidade religiosa, o que muitas vezes gera tensões entre valores espirituais e pressões de resultados (Passos, 2008). Exemplos como a PUC-SP demonstram que, apesar das dificuldades financeiras, é possível adotar práticas modernas de gestão sem abandonar a missão confessional, conciliando eficiência administrativa e compromisso comunitário.

2.6 O CENTRO UNIVERSITÁRIO ADVENTISTA DE ENSINO DO NORDESTE (UNIAENE)

O Centro Universitário Adventista de Ensino do Nordeste (UNIAENE), antigo Faculdade Adventista da Bahia (FADBA), é uma instituição privada e confessional vinculada à Rede Educacional Adventista, presente em 165 países. Localizado em Cachoeira-BA, iniciou suas atividades em 1998 com os cursos de Fisioterapia e Administração e hoje oferece treze graduações, entre elas Administração, Ciências Contábeis, Enfermagem e Teologia (PDI 2020-2024). Alicerçada na cosmovisão bíblico-cristã da Igreja Adventista do Sétimo Dia, tem como missão a formação integral dos estudantes, unindo desenvolvimento acadêmico, espiritual, social e ético. Sua estrutura administrativa conta com órgãos colegiados e executivos, além da controladoria responsável por garantir transparência e sustentabilidade financeira. Com internato e externato, infraestrutura moderna e atividades extracurriculares, a UNIAENE promove não apenas ensino de qualidade, mas também impacto social e econômico na região do Recôncavo Baiano, fortalecendo o comércio local e consolidando-se como agente de desenvolvimento comunitário.

METODOLOGIA

Este trabalho caracteriza-se como uma pesquisa de natureza qualitativa, baseada na revisão bibliográfica. A metodologia adotada visa a análise de teorias e práticas relacionadas à governança corporativa e ao isomorfismo institucional no contexto das instituições confessionais. A revisão bibliográfica é definida como um estudo que examina e sintetiza obras e estudos anteriores, possibilitando uma compreensão mais profunda do tema em questão (Lakatos e Marconi, 2003). Inicialmente, será realizada uma revisão da literatura sobre governança corporativa e a Teoria Neoinstitucional, com foco no isomorfismo, conforme descrito por DiMaggio e Powell (1983).

A escolha da revisão bibliográfica justifica-se pelo objetivo de compreender e aplicar a Teoria Neoinstitucional e suas pressões coercitivas, miméticas e normativas, que influenciam a adoção de práticas de governança corporativa em instituições de ensino confessionais, tomando como exemplo o Centro Universitário Adventista de Ensino do Nordeste (UNIAENE). Para isso, a pesquisa revisita publicações acadêmicas, relatórios de organizações como o Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC, 2015) e outros estudos que tratam da governança corporativa no contexto educacional (Silva e Santos, 2020).

Além da revisão bibliográfica, o estudo realizará uma análise documental das práticas de governança corporativa do UNIAENE, conforme descritas em seus documentos institucionais, e fará uma comparação com as práticas recomendadas pelo IBGC. A análise será guiada pelos princípios da governança corporativa — transparência, equidade, accountability e responsabilidade corporativa — propostos pelo IBGC (2015).

Para medir o nível de isomorfismo entre as práticas de governança corporativa do UNIAENE e os preceitos de governança corporativa recomendados pelo IBGC, serão analisados os seguintes indicadores (IBGC, 2024):

- a. Existência e formalização de mecanismos de governança;
- b. Composição dos órgãos de governança;
- c. Transparência e divulgação de informações;
- d. Equidade no tratamento dos stakeholders;
- e. Accountability;
- f. Alinhamento com os princípios do IBGC.

A análise comparativa será realizada por meio da tabulação de dados coletados, utilizando o PDI do UNIAENE como base, com foco nos princípios de transparência, equidade, prestação de contas e responsabilidade corporativa.

RESULTADOS

A análise dos resultados evidencia que o UNIAENE adota práticas de governança corporativa em consonância com os princípios do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC), respondendo de forma estruturada às pressões coercitivas, miméticas e normativas descritas pela Teoria Neoinstitucional (DiMaggio; Powell, 1983). Essa conformidade não apenas fortalece a legitimidade da instituição perante seus stakeholders, mas também contribui para a sustentabilidade, para o desenvolvimento da comunidade e para a consolidação de sua identidade confessional, confirmando os pressupostos teóricos de DiMaggio e Powell (1983) e Meyer e Rowan (1977). Nesse sentido, a governança corporativa emerge como instrumento que equilibra as exigências do mercado educacional com a manutenção de valores religiosos, constituindo-se em diferencial estratégico.

A partir dos documentos institucionais analisados, observa-se que missão, visão e valores do UNIAENE são alicerçados na cosmovisão bíblico-cristã, orientando a instituição a formar profissionais competentes e cidadãos comprometidos com princípios éticos e espirituais. Essa orientação fundamenta práticas de gestão que transcendem os interesses exclusivamente mercadológicos, promovendo uma governança que integra responsabilidade social, ética cristã e compromisso com o bem comum. Ao articular seus objetivos com os parâmetros do IBGC, a instituição reafirma a importância de princípios como transparência, equidade e prestação de contas, demonstrando que sua identidade confessional pode ser preservada mesmo diante das pressões de adaptação institucional.

Os resultados também revelam alinhamento do UNIAENE aos parâmetros de integridade, transparência e equidade preconizados pelo IBGC. O compromisso com a integridade aparece em políticas institucionais e na ênfase em valores éticos-cristãos, enquanto a transparência é assegurada por instrumentos como o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), a atuação da Comissão Própria de Avaliação (CPA) e o serviço de ouvidoria, que reforçam a comunicação clara e acessível com a comunidade. A equidade, por sua vez, é promovida por políticas de inclusão, acessibilidade e tratamento justo das partes interessadas, garantindo que alunos, colaboradores e demais stakeholders sejam considerados em suas necessidades específicas. Esses aspectos evidenciam não apenas a adoção de boas práticas de governança, mas também a internalização de princípios que fortalecem a cultura organizacional da instituição.

Por fim, destaca-se o compromisso do UNIAENE com a prestação de contas e a sustentabilidade, que se expressa tanto na responsabilidade social quanto na viabilidade econômico-financeira da instituição. A atuação da CPA no monitoramento institucional, associada às políticas de extensão e programas comunitários, demonstra uma preocupação com a accountability e com a

geração de valor sustentável. No campo ambiental e social, a instituição investe em projetos que beneficiam a comunidade local, como a Clínica Escola, iniciativas de extensão voltadas à agricultura, programas de apoio fiscal e a implementação de energia solar em suas instalações. Essas práticas demonstram que a governança corporativa no UNIAENE é orientada não apenas ao cumprimento formal de diretrizes, mas à construção de uma cultura de responsabilidade e impacto positivo para a sociedade e para seus stakeholders.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo analisou as práticas de governança corporativa do Centro Universitário Adventista de Ensino do Nordeste (UNIAENE) à luz da Teoria Neoinstitucional e das recomendações do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC). A pesquisa revelou que o UNIAENE, ao adotar mecanismos de governança, não apenas busca a eficácia administrativa e financeira, mas também se compromete com seu conjunto de crenças e valores, tais como, transparência, equidade e responsabilidade social.

A análise das pressões isomórficas — coercitivas, miméticas e normativas — evidenciou como a instituição se adapta às exigências do ambiente educacional e às expectativas de seus stakeholders. A busca pela legitimidade institucional, fundamentada em princípios éticos e na cosmovisão bíblico-cristã, destaca a importância da governança como um fator estratégico para o desenvolvimento sustentável do UNIAENE e da comunidade do seu entorno.

Os resultados da pesquisa sugerem que o UNIAENE está atento às demandas da comunidade local, promovendo iniciativas que visam atender tais demandas, executando projetos como a Clínica Escola e outros programas de extensão (Aquaponia, IRPF, Feira de Saúde, Um Sorriso para Você). São ações que fortalecem o vínculo entre a instituição e a comunidade e contribuem para a formação integral de seus alunos, preparando-os para serem profissionais éticos e comprometidos com o desenvolvimento local.

Este estudo se propôs a (a) confrontar as práticas de governança corporativa do UNIAENE com o código de melhores práticas de governança do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC), (b) identificar pressões institucionais (coercitivas, miméticas e normativas) que influenciam a adoção de práticas de governança na UNIAENE, (c) analisar como o UNIAENE ajusta suas práticas de governança em sua busca por legitimidade institucional.

Estes objetivos propostos (a) puderam ser explorados no exame dos documentos institucionais e como eles definem as práticas de governança da instituição. Comparativamente, foram dispostos os parâmetros de governança propostos pelo IBGC. Da análise realizada, conclui-se que há um alinhamento entre as práticas de governança do UNIAENE e aquelas práticas propostas pelo

IBGC.

Em seguida, (b) analisou-se como a instituição ajusta suas práticas, como a criação de comitês e a divulgação de informações; essas práticas se alinham às recomendações do IBGC, que sugere a criação de Comitês, Conselhos Representativos, de forma a tornar isonômico o tratamento dispensado aos stakeholders. As motivações para a adoção dessas práticas podem ser diversas, contudo, em muito, elas se assemelham ao que se encontra no ambiente corporativo não confessional e não educacional.

Elas podem visar melhorias do processo de gestão, mas além disso, essas práticas parecem se alinhar com aquilo que preconiza a teoria; embora seja substancial o ganho para a gestão, tais práticas podem buscar fortalecimento da legitimidade institucional, ao adotar, por exemplo, o Conselho Superior (órgão decisor dentro do UNIAENE), que tem entre seus membros, um representante da comunidade (sociedade civil), representante discente, além dos diretores.

A CPA, em seus relatórios, nos documentos analisados apresentou evidências de comunicação intensiva com a comunidade, adotando práticas não usuais para tornar o trabalho desta comissão mais conhecido, como o “papo CPA”, por exemplo. Essa proposta sugere que o UNIAENE investe esforços para envolver e/ou engajar a comunidade no processo de autoavaliação. Até a autoavaliação realizada em novembro de 2024, não há evidências de que o “papo CPA” tenha trazido maior engajamento da comunidade, fato que parece corroborar os escritos de Meyer e Rowan (1977)

No PDI é possível identificar que o baixo nível de adesão dos stakeholders no processo de autoavaliação é um desafio para a instituição, com o estabelecimento de meta para esse item. Essa demanda é institucional, mas também legitima a prática, dado que, o MEC, órgão que demanda essa rotina, observa o nível de engajamento e inclui isso em suas avaliações.

Engajar a comunidade nas avaliações institucionais é um desafio e corrobora a teoria, dois pontos chamam a atenção, os quais sejam, (i) a estrutura e teor dos questionários (DiMaggio e Powel, 1983) e (ii) os incentivos a participação da comunidade (Meyer e Rowan, 1977).

A estrutura dos questionários (i) traz perguntas que podem induzir a respostas ambíguas, como no caso da pergunta sobre participação em eventos – que existem, conforme os documentos oficiais, mas com pouco ou restrito incentivo financeiro. O fato de existir nos documentos oficiais que o UNIAENE incentiva a participação da comunidade em eventos, não traz evidências suficientes do quão amplo é esse acesso, especialmente considerando sua comunidade discente, de mais de dois mil estudantes.

Os (ii) incentivos à participação da comunidade nos processos de avaliação institucional confirmam a baixa adesão da comunidade; em 2024, por exemplo, observou-se diversas chamadas para participação da comunidade no processo de avaliação institucional, através dos canais de comunicação, oferecendo um brinde – através de sorteio, como incentivo à participação. As repetidas

chamadas sugerem que há uma baixa adesão.

Essa baixa adesão dos stakeholders às pesquisas institucionais, como as de clima organizacional e as avaliações da CPA, corrobora a teoria proposta por DiMaggio e Powel (1983), mostrando como pressões institucionais (neste caso demandada pelo Ministério da Educação – MEC), evidenciando pressões normativas e/ou coercitivas.

A proposta teórica de Meyer e Rowan (1977) de igual forma, pode ser percebida, visto que a baixa adesão percebida pode indicar a percepção da comunidade sobre o processo, como uma mera formalidade, para aderir às práticas esperadas e/ou vistas como mera formalidade, sem ações efetivas de retorno perceptíveis.

Outra explicação possível é a teoria da espiral do silêncio (Noelle-Neumann, 1993, apud Sousa, 2004). Em contextos em que os participantes percebem que suas opiniões poderiam ser diferentes daquelas opiniões da maioria, ou não estariam alinhadas com a visão dominante da instituição, pode haver uma autocensura. Em pesquisas que envolvem avaliação em ambientes religiosos ou confessionais, os stakeholders podem hesitar em expressar opiniões contrárias ao “consenso percebido,” reduzindo a adesão.

Ao participar de projetos que incentivam o desenvolvimento sustentável, seja em parceria com a prefeitura e comunidade externa, seja com a comunidade discente, o UNIAENE fortalece sua presença junto à comunidade. As ações que a instituição promove ou participa parecem sugerir intenso relacionamento com seus stakeholders – o que é positivo.

A presença do UNIAENE poderá ser mais amplamente percebida em ações pontuais, e/ou em parceria com o ente público, como incentivo à coleta seletiva de lixo, implantação de uma praça ou academia ao “ar livre”, em área acessível à comunidade externa, melhorias na infraestrutura e jardinagem no acesso à Capoeiruçu – vila onde está implantado o UNIAENE.

Essa sinergia entre instituição e comunidade reforça a interdependência dos ecossistemas sociais, econômicos e ambientais, alinhando-se aos princípios de sustentabilidade do IBGC e promovendo um futuro mais sustentável e equitativo, fortalecendo a imagem institucional.

Assim, o UNIAENE deve aprimorar suas práticas para garantir que a responsabilidade e a transparência sejam efetivamente refletidas em suas avaliações e comunicações, alinhando-se ainda mais aos parâmetros do IBGC e fortalecendo a confiança com suas partes interessadas. Essa sintonia não apenas reforça a governança institucional, mas também contribui para um ambiente mais ético e responsável.

Uma limitação desse trabalho foi a não investigação da influência do isomorfismo na homogeneização das práticas entre instituições educacionais confessionais. O resultado permitirá uma compreensão mais profunda de como a governança corporativa pode ser um fator estratégico para a sustentabilidade de instituições educacionais e confessionais.

Uma sugestão de pesquisa para ampliar esse estudo seria investigar padrões subjacentes nas respostas às avaliações institucionais, incluindo análise de conteúdo e questões abertas, através de uma análise fatorial. Um recorte teórico que pode ser útil seria a teoria do silêncio organizacional.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, R. A Importância do Propósito nas Instituições. *Revista Brasileira de Gestão de Negócios*, 2014.
- ANDRADE, A.; ROSSETTI, JP Governança Corporativa. São Paulo: Atlas, 2004.
- ANDRADE, GAR de. Estudo econométrico dos efeitos da migração para OIGC: índice de ações com governança corporativa diferenciada da Bovespa. *Internext - Revista Eletrônica de Negócios Internacionais*, São Paulo, v. 1, pág. 39-53, jan./jun. 2008.
- BARBATO, JC Instituições e Teoria Neoinstitucional: uma introdução. *Cadernos EBAPE.br*, 12., 2014.
- BERTALANFFY, L. von. *Teoria Geral dos Sistemas: Fundamentos, Desenvolvimento e Aplicações*. Petrópolis: Vozes, 1977.
- CADBURY, A. Relatório do Comitê sobre os Aspectos Financeiros da Governança Corporativa. Londres: Gee, 1992.
- CARDOSO, A. Governança e Transparência: Uma Análise Necessária. *Cadernos de Administração*, 2020.
- CARROLL, AB A pirâmide da responsabilidade social corporativa: Rumo à gestão moral dos stakeholders organizacionais. *Business Horizons*, 1991.
- COSTA, MPR Teoria Neoinstitucional e Educação: uma análise da adaptação das instituições educacionais às exigências externas. *Cadernos de Educação*, 2017.
- DIMAGGIO, PJ; POWELL, WW. A gaiola de ferro revisitada: isomorfismo institucional e racionalidade coletiva em campos organizacionais. *American Sociological Review*, 1983.
- DO NASCIMENTO, SP; DOS SANTOS, RG; DA CÂMARA, MRG Governança corporativa: uma análise entre o IGC e o Ibovespa. *Revista Brasileira de Economia de Empresas*, v. 2, 2017.
- GEOCZE, ZB Níveis diferenciados de Governança Corporativa e o efeito sobre o risco de suas ações. *Revista de Finanças Aplicadas*, v. 1-23, 2010.
- GOMES, L. Sustentabilidade e Governança Corporativa: Desafios e Oportunidades. *Revista de*

Administração Contemporânea, 2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GOVERNANÇA CORPORATIVA (IBGC). Código das Melhores Práticas de Governança Corporativa (5ª ed.). São Paulo: IBGC, 2015.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GOVERNANÇA CORPORATIVA (IBGC). Código de Melhores Práticas de Governança Corporativa. Disponível em: www.ibgc.org.br. Acesso em: 23 out. 2024.

JENSEN, MC; MECKLING, WH Teoria da firma: comportamento gerencial, custos de agência e estrutura de propriedade. *Journal of Financial Economics*, v. 3, n. 4, p. 305-360, 1976.

KERR, C. Os usos da universidade. 5ª ed. Harvard University Press, 2001.

LIMA, T. Integridade e Ética nas Relações Corporativas. *Revista de Ética e Responsabilidade Social*, 2015.

LUGOBONI, LF; SOUSA, FLS de; SILVA, LM da; NAKAMURA, WT Governança corporativa em instituições de ensino fundações e não-fundações. *Revista Universo Contábil*. Blumenau, v. 3, 2019.

MACKINNON, J. Supervisão Acadêmica: Buscando Metáforas e Modelos para Qualidade. *Journal of Further and Higher Education*, 2003.

MARTINS, P. Governança Corporativa: Práticas e Desafios em Tempos de Mudança. *Revista de Gestão*, 2018.

MEYER, JW; ROWAN, B. Organizações institucionalizadas: estrutura formal como mito e segurança. *American Journal of Sociology*, v. 2, 1977.

NOGUEIRA, MGS; GARCIA, TEM; RAMOS, MGG Governança corporativa, responsabilidade social corporativa: a visão dos diretores de uma instituição de ensino superior – IES Federal. *Revista GUAL*, Florianópolis, v. 3, pág. 222-244, dez. 2012. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5007/1983-4535.2012v5n3p222> . Acesso em: 30 conjuntos. 2024.

PEREIRA, F.; CARRIJO, C. A Necessidade da Governança Corporativa no Século XXI. *Revista de Contabilidade e Finanças*, 2021.

PITZER, M. A influência do nível de governança corporativa no valor de mercado das ações das empresas brasileiras negociadas na BOVESPA. 2011. Dissertação (Mestrado em Administração e Desenvolvimento Empresarial) - Universidade Estácio de Sá, Rio de Janeiro, 2011.

PORTER, ME Vantagem competitiva: criando e sustentando um desempenho superior. Rio de Janeiro: Campus, 1989.

ROSSETTO, CR; ROSSETTO, AM Teoria institucional e dependência de recursos na adaptação organizacional: uma visão complementar. *RAE-eletrônica*, v. 4, n. 1º, art. 7, jan./jul. 2005. Disponível

em: <http://www.rae.com.br/eletronica/index.cfm?FuseAction=Artigo&ID=1869&Secao=FOR.TE.INS&Volume=4&Numero=1&Ano=2005> . Acesso em: 30 conjuntos. 2024.

SANTOS, SM dos; LEMES, S. Corrupção e religiosidade: uma análise cross-country mediada pela qualidade da contabilidade. R.Cont. Fin. – USP, São Paulo, v. 90, 2022.

SCOTT, WR Instituições e Organizações: Ideias, Interesses e Identidades. SAGE Publications Ltd., 2008.

SILVA, JM; SANTOS, AL Governança Corporativa em Instituições de Ensino Superior: Um Estudo de Caso no Contexto Brasileiro. Revista Brasileira de Administração, 2020.

SOUSA JÚNIOR, JG de. Universidade e Sociedade: Crise de paradigmas e movimentos sociais. Editora da UnB, 2015.

SOUSA, MW Teorias da Comunicação: Conceitos, escolas e tendências. São Paulo: Ática, 2004.

SOUZA, M. Estratégias para Implantação da Governança Corporativa. Revista Brasileira de Administração Pública, 2019.

TAVARES, SMN. Governança em universidades confessionais no Brasil: modelo em construção. Educação & Linguagem, v. 19, 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br> . Acesso em: 30 conjuntos. 2024.

TRINDADE, H. Universidade em Ruínas: Na linha de frente da educação superior e da pesquisa. Editora UNESP, 2012

DIVERSIDADE CULTURAL NAS ORGANIZAÇÕES: UM BREVE ESTUDO SOBRE AS RELAÇÕES INTERPESSOAIS NO CENTRO UNIVERSITÁRIO ADVENTISTA DE ENSINO DO NORDESTE

Victória Barbosa Moreira Nunes- barbosavictoria053@gmail.com ORCID: <https://orcid.org/0009-0009-2307-0048>
Graduada em Administração. Técnico em Recursos Humanos. Técnico em Gestão Empresarial. Graduanda em Ciências Contábeis.

Lisa Victória Moreira Barreto Santo- victoriabarreto03@gmail.com ORCID: <https://orcid.org/0009-0000-3859-4383>
Graduada em Administração. Graduanda em Ciências Contábeis

Resumo: Diversidade cultural nas organizações é um tema de crescente importância no cenário contemporâneo, especialmente em instituições educacionais que congregam indivíduos de múltiplas origens culturais. Este estudo visa analisar como a gestão da diversidade cultural é conduzida no Centro Universitário Adventista de Ensino do Nordeste, com foco nas relações interpessoais na universidade. A pesquisa busca responder à pergunta central: de que forma se dá a gestão da diversidade no Centro Universitário Adventista do Nordeste? A abordagem adotada considera a prática de inclusão e a gestão dos possíveis conflitos que emergem em um ambiente multicultural, propondo-se a descrever as estratégias e políticas implementadas para promover um ambiente harmonioso e produtivo entre estudantes e corpo docente. Este aprofundamento é essencial para compreender as dinâmicas e desafios intrínsecos à coexistência multicultural, oferecendo subsídios valiosos para a elaboração de políticas organizacionais mais eficazes.

Palavras Chave: Produtividade. Inclusão. Relações Interpessoais. Organizações.

Abstract: Cultural diversity in organizations is a topic of increasing importance in the contemporary scenario, especially in educational institutions that bring together individuals from multiple cultural backgrounds. This study aims to analyze how the management of cultural diversity is conducted at the Centro Universitário Adventista de Ensino do Nordeste, focusing on interpersonal relationships at the university. The research seeks to answer the central question: how is diversity managed at the Northeast Adventist University Center? The approach adopted considers the practice of inclusion and the management of possible conflicts that emerge in a multicultural environment, proposing to describe the strategies and policies implemented to promote a harmonious and productive environment between students and teaching staff. This in-depth analysis is essential to understanding the dynamics and challenges intrinsic to multicultural coexistence, offering valuable input for the development of more effective organizational policies.

Keywords: Productivity. Inclusion. Interpersonal Relations. Organizations.

INTRODUÇÃO

A gestão da diversidade cultural nas organizações é um tema cada vez mais abordado no campo da Administração, dada a crescente globalização e multiculturalidade dos ambientes de trabalho. No contexto do Centro Universitário Adventista de Ensino do Nordeste, essa questão assume contornos relevantes, visto a necessidade de um ambiente inclusivo que abrace a riqueza das diferentes culturas presentes. Este trabalho de conclusão de curso propõe-se a investigar como se dá a gestão da diversidade na referida instituição, a fim de compreender as relações interpessoais e como estas são impactadas pelas diferenças culturais.

A diversidade cultural tem ganhado cada vez mais importância no contexto organizacional atual. Com o avanço da globalização e a expansão da mobilidade global, as organizações têm se transformado em ambientes que convivem pessoas de diversas culturas, crenças, valores e formas de comunicação. Esta diversidade cultural pode criar tanto obstáculos quanto possibilidades no local de trabalho, particularmente no que diz respeito à convivência e relações interpessoais.

A diversidade cultural também se faz presente no ambiente educacional, afetando as dinâmicas de interação entre estudantes, docentes e funcionários. Ao reunir indivíduos de várias regiões e nações, as instituições de ensino superior se transformam em microcosmos da complexidade cultural existente no mundo contemporâneo. Nesse contexto, o Centro Universitário Adventista de Ensino do Nordeste se sobressai como um local de convivência multicultural, onde a diversidade de vivências e perspectivas do mundo favorece a criação de um ambiente repleto de interações interpessoais.

Sabemos que, ao convivendo com pessoas de culturas diferentes, podem surgir diversos conflitos, e a forma como estes são tratados interfere diretamente nas relações profissionais e interpessoais. Diante disso, surge a questão: de que forma se dá a gestão da diversidade no Centro Universitário Adventista do Nordeste (Uniaene)?

O objetivo geral deste estudo é analisar como ocorre a gestão da diversidade no Uniaene. Para isso, foram estabelecidos os seguintes objetivos específicos: identificar a percepção dos estudantes sobre a representatividade étnico-racial nos materiais didáticos e na estrutura curricular do seu curso; conhecer como os programas de capacitação e desenvolvimento são adaptados para promover a inclusão de pessoas com deficiência; e analisar como a diversidade cultural influencia a dinâmica organizacional e o desempenho dos alunos de diferentes culturas.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 DIVERSIDADE CULTURAL

A diversidade cultural nas organizações é um aspecto crucial no cenário empresarial contemporâneo, especialmente em instituições de ensino superior. Nesse ambiente, a convivência entre pessoas de diferentes origens culturais é uma realidade que influencia as relações interpessoais e pode oferecer benefícios significativos, tais como inovação e criatividade, mas também desafios substanciais relacionados à integração e comunicação eficaz.

Com o aumento da globalização, as organizações estão cada vez mais confrontadas com a necessidade de gerir a diversidade cultural. Estudos têm mostrado que quando bem implementadas, as práticas de diversidade cultural podem levar a um melhor desempenho organizacional alguns exemplos são: “Inovação e criatividade” e “Retenção de talentos”. Rocha (2022) observa que a demonstração de práticas de diversidade bem-sucedidas está associada a resultados positivos nas organizações, o que reforça a importância de políticas de inclusão efetivas.

Martinez (2013) destaca que diversidade e a capacidade de escuta são essenciais em ambientes multiculturais, onde o reconhecimento de múltiplas perspectivas pode enriquecer o processo educativo. Presotti (2020) argumenta que a gerência eficaz da diversidade cultural nas organizações passa pela criação de um ambiente acolhedor e pela oferta de treinamentos que promovam competências interculturais entre os colaboradores.

Além disso, a diversidade cultural nas organizações não deve ser vista apenas como um conjunto de desafios a serem superados, mas como uma vantagem competitiva. Na avaliação de Modolon (2019), a diversidade cultural pode impulsionar a inovação e oferecer diferentes perspectivas para a resolução de problemas complexos, além de expandir as possibilidades de aprendizagem dentro das organizações. Contudo, a presença de diversidade cultural também pode acarretar conflitos interpessoais, se não gerenciada adequadamente.

A diversidade cultural nas empresas é um assunto de grande debate nos círculos acadêmicos e corporativos, por fomentar um ambiente mais inclusivo e eficiente quando bem administrada. Na esfera educacional, especialmente na, a diversidade cultural se apresenta nas diversas manifestações de identidade, que podem aprimorar o ambiente acadêmico.

Estudos mostram que a diversidade cultural nas organizações favorece a troca de ideias e o desenvolvimento de soluções inovadoras, visto que pessoas de diferentes origens podem trazer perspectivas únicas para os desafios enfrentados. Presotti (2011) argumenta que a eficácia na gestão

da diversidade cultural refletida em políticas inclusivas leva a um aumento na satisfação e produtividade dos funcionários.

Além disso, a literatura destaca a importância de um ambiente educativo que promove a inclusão cultural como uma ferramenta para enriquecer a experiência de aprendizado dos alunos. De acordo com Colosso (2013), iniciativas que buscam conscientizar sobre a diversidade cultural não apenas ajudam na adaptação dos alunos, mas também no preparo para um mundo profissional cada vez mais globalizado.

Um aspecto crucial é o papel da liderança na promoção e sustentação de um ambiente culturalmente diverso. Rocha (2022) enfatiza que líderes que reconhecem e valorizam a diversidade cultural tendem a criar ambientes mais receptivos e inovadores.

Entretanto, a diversidade cultural também apresenta desafios que exigem uma abordagem cuidadosa para sua gestão. Martinez (2013), aponta que a diversidade pode gerar conflitos interpessoais se não for adequadamente reconhecida e respeitada. É crucial, portanto, que as instituições promovam um ambiente onde a voz de todos os alunos seja ouvida e valorizada.

Como aponta Daniello (2007), a promoção de uma cultura inclusiva é essencial para o desenvolvimento pessoal e acadêmico dos estudantes.

Estudos como o de Martinez (2013) e Presotti (2011), indicam que a gestão da diversidade em ambientes educacionais pode trazer desafios específicos, como a inclusão de grupos sub-representados e a necessidade de criar espaços de diálogo intercultural.

A diversidade cultural nas organizações afeta diretamente as relações interpessoais. Segundo Cox (1993), quando a diversidade é bem gerida, as interações interculturais podem ser enriquecedoras, gerando novas perspectivas e soluções para problemas organizacionais. No entanto, se mal gerida, pode causar mal-entendidos, exclusão de grupos minoritários e impacto negativo na coesão do grupo. De acordo com Thomas (1996), a integração de diferentes culturas dentro de uma organização exige políticas e práticas inclusivas, que promovam o respeito e a valorização das diferenças culturais. Relações interpessoais saudáveis são essenciais para o sucesso de uma equipe diversa, uma vez que a comunicação clara e o respeito mútuo podem minimizar conflitos.

A criação de uma cultura de inclusão nas organizações leva a um ambiente de trabalho mais variado e inovador. De acordo com Siperstein et al. (2010), ao incentivar a inclusão de indivíduos com deficiência, as empresas não só assumem um compromisso social, como também elevam a satisfação e o envolvimento dos colaboradores, além de fomentarem a inovação. A inclusão de indivíduos com deficiência em programas de treinamento e desenvolvimento é percebida como uma estratégia eficiente para fomentar o progresso organizacional.

A diversidade cultural em uma instituição educacional demanda uma adaptação das práticas organizacionais para assegurar que todos os estudantes, sem distinção de sua origem, possuam chances iguais de êxito (Stevens et al., 2008). De acordo com Hofstede (1980), as diferenças culturais afetam aspectos como a forma de se expressar, entender a autoridade e interpretar as interações interpessoais, exigindo uma estratégia de gestão atenta às especificidades culturais dos alunos.

Ademais, Gay (2010) indica que a dinâmica em uma instituição de ensino multicultural pode ser potencializada pelo respeito recíproco e pela apreciação das variadas visões de mundo. As instituições que valorizam e incorporam a diversidade cultural em suas práticas organizacionais promovem um ambiente mais inclusivo e equilibrado, incentivando o crescimento pessoal e acadêmico dos estudantes (Gay, 2010).

A pesquisa de Sleeter e Grant (2007) destaca que práticas de ensino multicultural, que valorizam a diversidade e incentivam a participação de todos os alunos, estão associadas a um melhor desempenho acadêmico e a uma maior motivação entre estudantes de culturas diversas. Tais práticas ajudam a reduzir o sentimento de alienação e promovem um ambiente de aprendizado mais inclusivo e colaborativo.

2.2 DIVERSIDADE ÉTNICO-RACIAL

É essencial a representação étnico-racial nos recursos pedagógicos para fomentar uma educação inclusiva e diversificada. De acordo com Gomes (2018), a incorporação de diversas culturas e pontos de vista no currículo auxilia na construção de identidades positivas entre os alunos. A ausência de representação pode resultar na exclusão de grupos étnicos e raciais. Conforme Santos (2019) destaca, recursos pedagógicos que espelham a diversidade cultural são fundamentais para que todos os estudantes se sintam apreciados e reconhecidos no seu ambiente de estudo. Embora a BNCC (Base Nacional Comum Curricular) proponha a inclusão de temas étnico-raciais, a implementação efetiva ainda enfrenta desafios. A formação docente e a revisão dos materiais didáticos são cruciais para garantir essa representatividade (Loureiro, 2020).

2.3 DIVERSIDADE FÍSICA

A inclusão de pessoas com deficiência tem sido um tema amplamente discutido em diversas áreas, como educação e mercado de trabalho, visando promover a equidade e a acessibilidade (Sasaki, 1997). No contexto das organizações, a inclusão representa uma adaptação dos processos internos para receber e integrar todos os indivíduos de forma igualitária (Glat & Fernandes, 2005).

Segundo a Lei Brasileira de Inclusão (LBI) - Lei nº 13.146/2015, é dever das organizações e instituições de ensino adotar medidas inclusivas que garantam a participação e o desenvolvimento de

peças com deficiência. Isso inclui não apenas o acesso aos programas, mas também a adaptação dos mesmos conforme as necessidades de cada indivíduo, possibilitando igualdade de oportunidades (Brasil, 2015).

Para ser inclusivo, um programa de formação e desenvolvimento deve incluir adaptações que atendam às particularidades das pessoas com deficiência. Conforme Sasaki (1997), a inclusão exige modificações no ambiente e nos recursos, além da aplicação de tecnologia assistiva. Isso inclui a personalização do conteúdo dos cursos, a utilização de recursos pedagógicos acessíveis e a aplicação de metodologias que levem em conta as restrições e habilidades dos participantes com deficiência.

Especialistas, como Hehir (2005), destacam a relevância de personalizar a educação para honrar as diferenças individuais e tornar os treinamentos mais acessíveis. Segundo Hehir (2005), um ambiente inclusivo favorece o aprimoramento das competências dos indivíduos com deficiência, incentivando tanto o aprendizado quanto o sentimento de pertença.

3. METODOLOGIA

A abordagem de pesquisa adotada foi de natureza quantitativa, permitindo uma análise detalhada e contextualizada das experiências e práticas dentro do ambiente universitário. A amostragem foi composta de forma intencional, selecionando participantes que possuíam diferentes perfis culturais, acadêmicos e funcionais dentro da instituição. Foram incluídos estudantes dos cursos de Administração e Ciências Contábeis para que reflitam a diversidade presente no campus. Para a coleta de dados, foi construído um questionário, que permitiu explorar questões específicas, como as interações sociais que ocorrem no cotidiano do centro universitário.

A análise de dados foi conduzida por meio do método estatístico. Após a análise, surgiram insights sobre como a diversidade é percebida e gerida, bem como os desafios e oportunidades que ela apresenta dentro do contexto universitário.

O questionário foi composto por 12 questões de alternativas: Concordo totalmente, Concordo, Nem concordo e nem discordo, Discordo, Discordo totalmente. A pesquisa foi enviada para os grupos de Whatsapp de cada turma, a mesma ficou disponível durante 5 dias para que os alunos pudessem responder, obtivemos um total de 39 respostas, apresentaremos os gráficos das perguntas que foram mais relevantes para nossa pesquisa.

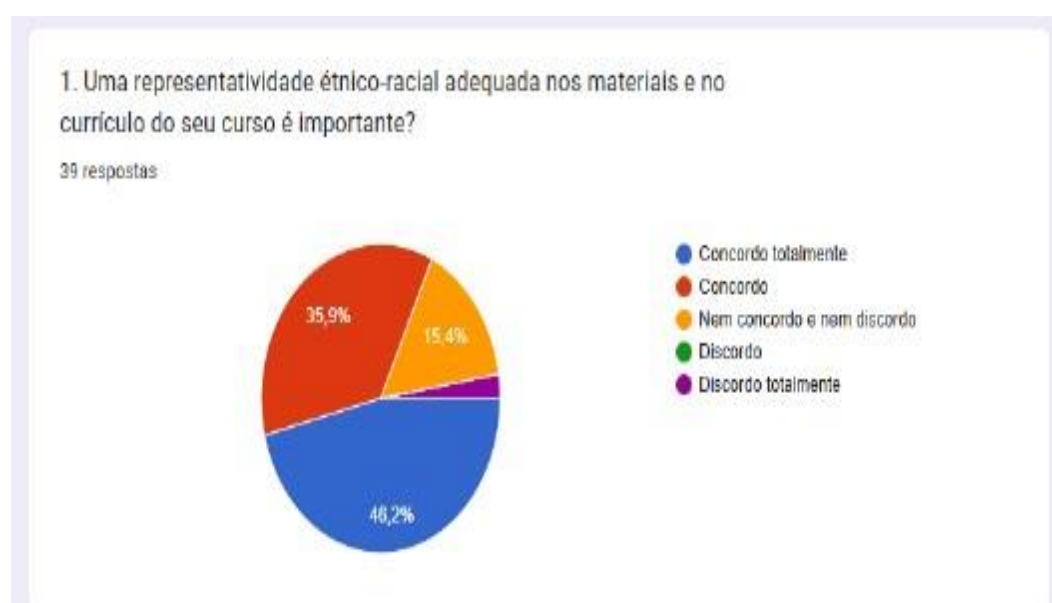
Finalmente, é importante ressaltar que este estudo se alinha com uma perspectiva ética de pesquisa, respeitando a confidencialidade e o anonimado dos participantes e garantindo que todas as

etapas da pesquisa sejam conduzidas de acordo com os princípios éticos estabelecidos.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

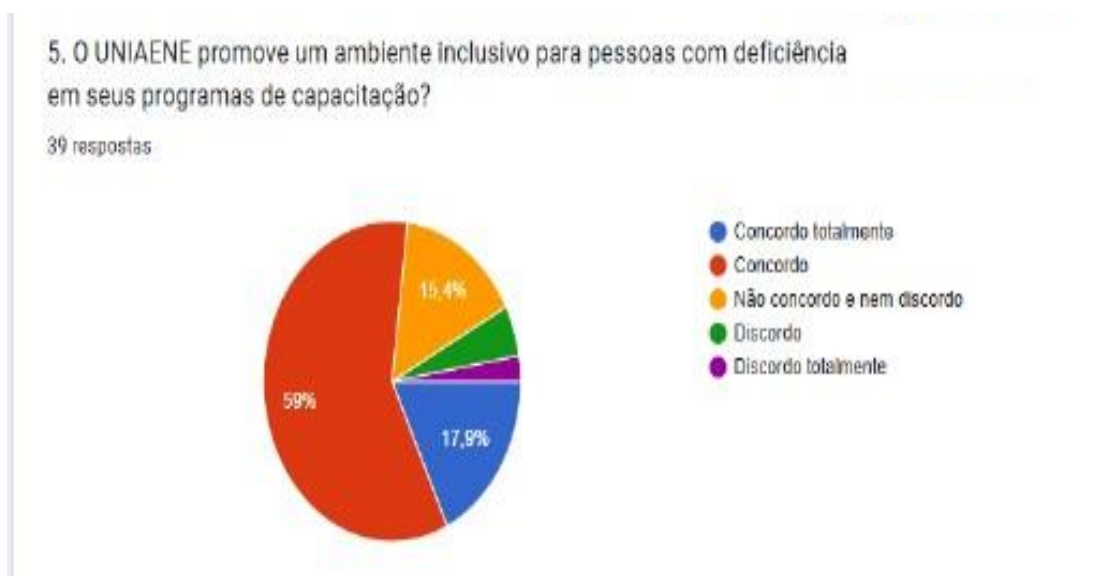
A avaliação dos resultados permite um entendimento de como se dá a gestão da diversidade no Uniaene.

Gráfico 1: representatividade étnico-racial nos materiais e currículo do curso



Fonte: Elaboração Própria, 2024.

Diante do resultado da pesquisa, a falta de representatividade nos currículos pode resultar em um sentimento de exclusão, dificultando o engajamento dos alunos de minorias e reforçando as desigualdades sociais e raciais. Por outro lado, a promoção de uma educação com diversidade e representatividade pode contribuir para a formação de cidadãos mais conscientes, respeitosos e comprometidos com a justiça social. Em suma, uma representatividade étnico-racial adequada no currículo e nos materiais do curso é fundamental não apenas para garantir a equidade e o respeito aos direitos dos alunos, mas também para promover uma sociedade mais plural e inclusiva.

Gráfico 2: Ambiente inclusivo para pessoas com deficiência

Fonte: Elaboração Própria, 2024.

Os resultados indicam que a coordenação dos dois cursos pesquisado no Uniaene adota uma série de medidas para promover a inclusão, como a adaptação de materiais didáticos em formatos acessíveis, a utilização de tecnologias assistivas, e a disponibilização de apoio pedagógico e psicológico. Além disso, a instituição oferece treinamentos específicos para seus docentes, visando a sensibilização e capacitação para atender às necessidades dos alunos com diferentes tipos de deficiência, seja física, sensorial, cognitiva ou múltipla. O Uniane demonstra um compromisso com a inclusão de pessoas com deficiência, mas continua em processo de aperfeiçoamento das suas práticas e infraestrutura para garantir uma participação pela e igualitária em seus programas de capacitação.

Gráfico 3: Programas de capacitação e desenvolvimento

Fonte: Elaboração Própria, 2024.

A pesquisa evidencia que, embora a instituição esteja avançando na adaptação dos materiais de capacitação e desenvolvimento para pessoas com deficiência, ainda há uma necessidade de aprimorar a consistência e a qualidade das adaptações, além de investir em treinamentos para docentes e recursos especializados. A inclusão efetiva depende não apenas da adaptação dos materiais, mas também de uma abordagem pedagógica integrada que considere as necessidades de todos os alunos, promovendo um ambiente de aprendizado verdadeiramente acessível e equitativo.

Gráfico 4: Atividades e dinâmica organizacional da instituição



Fonte: Elaboração Própria, 2024.

Os dados mostram que, embora existam esforços por parte da instituição para promover representatividade e inclusão, há ainda desafios a serem enfrentados, especialmente em relação à implementação efetiva de práticas inclusivas no dia a dia. Para que todos se sintam verdadeiramente representados e incluídos, é necessário não apenas criar políticas e ações pontuais, mas também integrar a diversidade à cultura institucional de forma contínua e profunda, garantindo que todos os membros da comunidade acadêmica possam se ver refletidos nas dinâmicas e decisões organizacionais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A conclusão deste trabalho sobre diversidade cultural nas organizações, focado nas relações da diversidade cultural no Centro Universitário Adventista de Ensino do Nordeste, reforça a grande importância de reconhecer e valorizar a diversidade como um componente essencial para o desenvolvimento organizacional e social. A análise dos dados permitiu identificar que a diversidade cultural não apenas enriquece o ambiente educacional e corporativo, mas também promove uma atmosfera de inovação e de maior compreensão mútua entre indivíduos de diferentes origens. Tal atmosfera é fundamental para a construção de equipes coesas e produtivas, além de ajudar a faculdade a atender melhor às necessidades variadas de seus estudantes e colaboradores.

Os resultados mostraram que a presença de uma diversidade cultural bem gerida e integrada nas relações interpessoais contribui significativamente para a redução de preconceitos e para a promoção de valores inclusivos. Entre as práticas eficazes observadas está a promoção de eventos multiculturais e programas de treinamento para alunos e funcionários, que se tornaram catalisadores importantes para fomentar um ambiente inclusivo e respeitoso. Essas iniciativas não apenas elevaram o nível de conscientização cultural, mas também aumentaram a motivação e a satisfação entre os envolvidos.

A implicação desses achados é significativa, pois ressoam com o crescente corpo de pesquisa que sugere que organizações culturalmente diversas são mais capazes de inovar e adaptar-se às mudanças do mercado global. Estudos prévios como o de Presotti (2011) sobre inclusão cultural em organizações e de Colosso (2013) sobre gestão de diversidade, corroboram essa perspectiva, indicando que a diversidade, quando bem gerida, resulta em maior criatividade e melhor desempenho organizacional.

Conclui-se que a gestão dos dois cursos do Uniaene, aqui analisados, está no rumo certo ao adotar uma postura proativa frente à diversidade cultural. No entanto, os achados indicam a necessidade contínua de esforços estratégicos para institucionalizar políticas de diversidade que integrem cada vez mais atividades curriculares e extracurriculares. O sucesso dessas iniciativas serve como um modelo não apenas para outras instituições de ensino superior, mas também para organizações corporativas e públicas que buscam aumentar sua eficácia através da inclusão.

Portanto, a pesquisa reafirma a importância da diversidade cultural como um pilar nas relações interpessoais dentro das organizações. Isso gera benefícios mútuos para indivíduos e instituições, promovendo um ambiente mais harmônico e impulsionando o desenvolvimento socioeconômico coletivo. Por fim, é essencial que a IES continue a investir e aprimorar suas práticas de diversidade

para seguir colhendo os frutos do respeito e da inclusão cultural. A recomendação é desenvolver planos de ação que foquem na inclusão e no fortalecimento das relações interpessoais, fundamentais para o desenvolvimento institucional e o bem-estar dos seus membros.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 dez. 1996.

BRASIL. Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a LDB para incluir a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-Brasileira. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 10 jan. 2003.

BRASIL. Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008. Altera a LDB para incluir a obrigatoriedade do ensino da História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 11 mar. 2008.

BRASIL. Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010. Institui o Estatuto da Igualdade Racial. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 21 jul. 2010.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Diário Oficial da União, Brasília, DF, 7 jul. 2015.

BRASIL. Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 23 out. 2024.

COLOSSO, Marina. A atuação de consultores na gestão da diversidade em organizações. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/47/47134/tde-15082013-101131/>. Acesso em: 23 out. 2024.

COX, T. Cultural Diversity in Organizations: Theory, Research, and Practice. San Francisco: Berrett-Koehler Publishers, 1993.

GAY, G. Culturally Responsive Teaching: Theory, Research, and Practice. Teachers College Press, 2010.

GLAT, R.; FERNANDES, E. Educação Inclusiva: Cultura e Diversidade no Contexto Educacional. Revista Brasileira de Educação, 2005.

HEHIR, T. New Directions in Special Education: Eliminating Ableism in Policy and Practice. Harvard Education Press, 2005.

HOFSTEDE, G. Culture's Consequences: International Differences in Work-Related Values. Beverly Hills, CA: Sage, 1980.

LOUREIRO, R. BNCC e a Educação Étnico-Racial: Avanços e Desafios. Cadernos de Educação, 2020.

MARTINEZ, Victor De La Paz Richarte. Diversidade, voz e escuta nas organizações: estudos de casos em empresas brasileiras e espanholas. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/12/12139/tde-22102013-162312/>. Acesso em: 23 out. 2024.

MODOLON, Joice Rodrigues. Diversidade sócioeconômica e educação inclusiva. Disponível em: <https://repositorio.animaeducacao.com.br/handle/ANIMA/3553>. Acesso em: 23 out. 2024.

PRESOTTI, Luara. Gerenciar a diversidade cultural nas organizações: caminhos para a inclusão. Disponível em: <http://repositorio.unb.br/handle/10482/10186>. Acesso em: 23 out. 2024.

ROCHA, Carolina Gehl. A demonstração de práticas de diversidade (cultural, racial e de gênero) quando bem-sucedidas e os resultados das organizações. Disponível em: <https://hdl.handle.net/10438/31868>. Acesso em: 23 out. 2024.

SANTOS, J. A Representatividade Étnico-Racial nos Materiais Didáticos. Revista Brasileira de Educação.

SASSAKI, R. K. Inclusão: Construindo uma Sociedade para Todos. Rio de Janeiro: WVA, 1997.

SIPERSTEIN, G. N.; NORINS, J.; STOKER, R.; WANG, Q. Community Attitudes Toward the Inclusion of People with Intellectual Disabilities. Journal of Intellectual Disability Research, 2010.

SLEETER, C. E.; GRANT, C. A. Making Choices for Multicultural Education: Five Approaches to Race, Class, and Gender. Wiley, 2007.

STEVENS, F. G.; PLAUT, V. C.; SANCHEZ-BURKS, J. Unlocking the Benefits of Diversity: All-Inclusive Multiculturalism and Positive Organizational Change. Journal of Applied Behavioral Science, 2008.

THOMAS, D. A. Diversity as Strategy. Harvard Business Review, 1996.

ESTRATÉGIAS DE PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO E INFLUÊNCIA NA GESTÃO FINANCEIRA DAS FARMÁCIAS DE GOVERNADOR MANGABEIRA-BA.

Josefer Andrade Francisco- joserfeandrade@gmail.com ORCID: <https://orcid.org/0009-0009-4841-> Bacharel em Ciências Contábeis (UNIAENE) e graduando em Administração (UNIAENE). Experiência consolidada nas áreas financeira e fiscal (UNIAENE), com atuação como caixa recebedor (UNIAENE), analista fiscal (UNIAENE), securitário (UNIAENE), caixa pagador (UNIAENE) e, atualmente, assistente financeiro (UNIAENE).

Josenaldo Fiuza dos Santos de Oliveira Júnior- naldosantt@gmail.com

Jucinara Reis Nunes dos Anjos- jucinara.reis@gmail.com ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6919-1074> Mestre em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente (UNIMAM), Pós Graduada Gestão Contábil e Fiscal (UFBA), Pós Graduada em Tecnologias Educacionais Aplicadas ao Ambiente de Aprendizagem (UNIAENE), Bela em Ciências Contábeis no Centro Universitário Maria Milza (UNIMAM). Contadora, consultora, empreendedora e docente do ensino superior.

Resumo: A contabilidade tributária está diretamente vinculada ao cumprimento das obrigações fiscais, assegurando que os tributos sejam devidamente apurados e declarados em conformidade com a legislação vigente no Brasil. Esta pesquisa tem como objetivo analisar a influência das estratégias de planejamento tributário na gestão financeira das farmácias situadas em Governador Mangabeira, Bahia. A pesquisa adotou uma metodologia descritiva com uma abordagem qualitativa, utilizando entrevistas semiestruturadas com contadores atuantes nas farmácias locais como principal método de coleta de dados. Os resultados evidenciam que o uso de incentivos fiscais, como a tributação monofásica do PIS e da COFINS (Lei nº 10.147/2000), aliado à adoção de práticas tributárias eficientes e ao emprego de ferramentas tecnológicas, como planilhas automatizadas em Excel, o software Recupera Simples e plataformas de auditoria como a IOB Online, contribui significativamente para a maximização dos lucros e para a melhoria da gestão financeira. Os contadores entrevistados destacam que tais estratégias impactam positivamente as demonstrações contábeis e a eficiência operacional das farmácias. Por fim, conclui-se, que o planejamento tributário constitui um elemento estratégico fundamental, promovendo segurança jurídica, vantagem competitiva e maior eficiência na gestão financeira das empresas do setor farmacêutico.

Palavras Chave: A Contabilidade tributária. Planejamento tributário. Gestão financeira. Farmácias. Governador Mangabeira.

Abstract: Tax accounting is directly linked to the fulfillment of tax obligations, ensuring that taxes are properly calculated and reported in accordance with current legislation in Brazil. This research aims to analyze the influence of tax planning strategies on the financial management of pharmacies located in Governador Mangabeira, Bahia. The study adopted a descriptive methodology with a qualitative approach, using semi-structured interviews with accountants working in local pharmacies as the main data collection method. The results show that the use of tax incentives, such as the single-phase taxation of PIS and COFINS (Law No. 10.147/2000), combined with the adoption of efficient tax practices and the use of technological tools—such as automated Excel spreadsheets, the Recupera Simples software, and auditing platforms like IOB Online—significantly contributes to profit maximization and improvement in financial management. The interviewed accountants highlight that such strategies positively impact the financial statements and operational efficiency of the pharmacies. Finally, it is concluded that tax planning constitutes a fundamental strategic element, promoting legal certainty, competitive advantage, and greater efficiency in the financial management of companies in the pharmaceutical sector.

Keywords: Tax accounting. Tax planning. Financial management. Pharmacies. Governador Mangabeira.

INTRODUÇÃO

A Contabilidade tributária desempenha um papel relevante nas organizações, pois permite o adequado cumprimento das obrigações fiscais e contribui para a saúde financeira, e a sustentabilidade dos negócios. A sua importância reside na necessidade de garantir a conformidade com as leis e regulamentos fiscais, evitando penalidades e muitas decorrentes de erros ou omissões.

Além disso, a contabilidade tributária proporciona uma visão clara da carga tributária incidente sobre as operações da empresa, possibilitando a identificação de oportunidades para redução da carga fiscal de forma legal e ética. Dessa forma contribui para a maximização dos resultados financeiros e a otimização do planejamento tributário.

Outro ponto que vale a pena ser destacado é que a contabilidade tributária fornece informações precisas para a tomada de decisões estratégicas, uma vez que permite avaliar o impacto fiscal de diferentes cenários e alternativas. Isso é essencial para o desenvolvimento de estratégias que visem à eficiência tributária e a maximização do valor para os acionistas.

Desta maneira a contabilidade voltada aos tributos, pode ser considerada relevante para as empresas, pois não apenas assegura o cumprimento das obrigações fiscais, mas também para a gestão eficiente dos recursos financeiros, a minimização dos riscos fiscais e a maximização do valor agregado ao negócio

Diante do ponto de vista teórico-metodológico, este trabalho teve como problema de pesquisa

responder como as estratégias de planejamento tributário influenciam a gestão financeira das farmácias localizadas em Governador Mangabeira-BA. O objetivo desse estudo constituiu em verificar as estratégias utilizadas para minimizar a carga tributária nas empresas, como também visualizar os impactos dessas estratégias nas demonstrações financeiras e na eficiência operacional.

Dentro do cenário proposto, justifica-se por sua relevância três dimensões em que serão aprofundadas o planejamento tributário: a acadêmica, a profissional e a social. No âmbito acadêmico, busca-se contribuir com uma análise aprofundada sobre os efeitos do planejamento tributário na gestão financeira, oferecendo subsídios teóricos e práticos para profissionais da área contábil. No campo profissional, destaca-se a necessidade de adaptação constante às exigências legais e à complexidade do sistema tributário nacional. Já na perspectiva social, o estudo se torna pertinente ao considerar que a conformidade fiscal é essencial para a continuidade das atividades empresariais e para a proteção dos consumidores, especialmente em setores sensíveis como o farmacêutico.

Ainda no cenário metodológico pode-se dizer que essa pesquisa em sua natureza é considerada um estudo elementar que se optou por abordar o problema de maneira qualitativa, em que foi realizado uma coleta de dados utilizando-se de entrevistas semiestruturadas.

Em suma, esse trabalho foi dividido em uma introdução em que foi apresentada o problema da pesquisa, os objetivos e os métodos para o desenvolvimento do estudo. Em seguida, o leitor encontrará as sessões que serão responsáveis pelo desdobramento do tema escolhido da mediante pesquisa. Por fim, será apresentada as considerações finais com o intuito de consolidar a compreensão da proposta teórico-metodológica desenvolvida ao longo do estudo.

2. CONTABILIDADE TRIBUTÁRIA

A contabilidade tributária tem o intuito de auxiliar as empresas a planejarem e controlar os tributos gerados pelas suas atividades. No Brasil, essa atividade requer o gerenciamento de diversas obrigações fiscais nos âmbitos municipal, estadual e federal, demandando constante atenção às frequentes alterações na legislação.

Acima de tudo precipuamente, é pertinente transcrever a definição de Legislação Tributária conforme estabelecido pelo Código Tributário Nacional, especificamente no artigo 194 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966:

Art. 194 A legislação tributária, observado o disposto nesta Lei, regulará, em caráter geral, ou especificamente em função da natureza do tributo de que se tratar, a competência e os poderes das autoridades administrativas em matéria de fiscalização da sua aplicação.

Relativamente ao entendimento acerca deste tópico Oliveira (2005) aborda que a contabilidade tributária visa o planejamento e o controle dos tributos gerados pelas operações e resultados empresariais, além de analisar e avaliar todas as implicações tributárias de cada transação relevante para a organização. Frente a isso, ele também afirma que a contabilidade tributária brasileira é abrangente, uma vez que se estrutura em três níveis de Governo: Municipal, Estadual e Federal.

Por conseguinte, essa definição é fundamental para compreender os princípios e normas que regem o sistema tributário brasileiro. Outrossim, a cada ano, o panorama legislativo tributário do país sofre alterações substanciais, paralelamente, é imprescindível enfatizar a importância da contabilidade tributária na busca por alternativas que objetivem a diminuição da carga tributária, ao mesmo tempo em que assegura o cumprimento das obrigações acessórias impostas pela administração fiscal específica para cada tipo de empresa estabelecida no Brasil.

A contabilidade tributária surge como uma ferramenta fundamental para capacitar os profissionais a lidarem com as normas tributárias, bem como os desafios e a complexidade do departamento fiscal. (Pohlmann, 2010, p. 14). Suplementarmente, Pohlmann (2010), define a contabilidade tributária como um ramo de estudo abrangente relacionando os princípios, conceitos, técnicas e métodos, como resultado dos tributos pagos pelas Instituições e Entidades.

Sob a ótica dessa perspectiva, Oliveira et al (2007), discorre que a contabilidade tributária deve agregar ao profissional contábil, a) conhecimento para o uso adequado e interpretação da legislação tributária e quais são seus reflexos na contabilidade; b) proporcionar conhecimento na aplicação prática dos tributos para as empresas em situações reais; c) elaborar gráficos, planilhas e relatórios sobre os dados tributários contribuindo para um melhor desempenho empresarial; d) analisar e implantar sistemas informatizados de controle de tributos; e) Desenvolver a resolução de problemas contábeis relacionados com tributos, exercendo as atribuições da área tributária com ética e exatidão.

Dentro do setor farmacêutico, diante ao potencial impacto na saúde da população, o poder público tem implementado uma legislação robusta e multifacetada, conforme apontado pelo SEBRAE (2019), a legislação que rege o varejo farmacêutico abrange diversas dimensões, incluindo: a) os produtos permitidos para comercialização em tais estabelecimentos; b) quais estabelecimentos estão autorizados a comercializar medicamentos; c) fixação de uma precificação máxima; entre outras regulamentações (*apud* Chaves, Lupoli, 2021, p. 04).

A carga tributária nas farmácias exige cuidado e conhecimento especializado. É fundamental assegurar a conformidade fiscal e aproveitar as vantagens oferecidas pela legislação, além de garantir o cumprimento de todas as obrigações. Essa abordagem, não apenas protege o negócio, mas também, favorece sua sustentabilidade a longo prazo.

No que se refere à compreensão desse conceito a contabilidade tributária possibilita ao profissional uma análise crítica das informações financeiras, contribuindo para o desenvolvimento de estratégias que visem a redução da carga tributária e a maximização dos lucros. Ademais, a precisão nas demonstrações contábeis é fundamental para a tomada de decisões informadas, tanto em relação ao planejamento tributário, quanto a saúde financeira da empresa. (GOMES JUNIOR; OLIVEIRA; SILVA, 2017).

Nos últimos anos, as empresas brasileiras têm demonstrado uma crescente preocupação com a carga tributária que precisam enfrentar, reconhecendo que os tributos impactam diretamente seus resultados financeiros. Nesse contexto, elas têm buscado ferramentas que ofereçam suporte em questões tributárias.

A Contabilidade Tributária se revela como um auxílio, pois possibilita um controle mais eficaz dos encargos fiscais e a busca por estratégias que visem à sua redução. Um dos principais instrumentos disponíveis nesse âmbito é o planejamento tributário, que auxilia as empresas a gerenciar e otimizar sua carga tributária, sempre em conformidade com a legislação vigente.

3. PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO

No contexto de contabilidade tributária a alternativa de análise para que seja aproveitado de forma assertiva as instruções e decretos, vai variar de acordo com o planejamento tributário da entidade. Ferramenta esta que não advém de um padrão, pois cada empresa necessita de um planejamento específico. No que tange o conceito sobre tal questão Latorraca (2000, p.37) contribui afirmando que consiste

É a atividade empresarial que, desenvolvendo-se de forma estritamente preventiva, projeta os atos e fatos administrativos com o objetivo de informar quais os ônus tributários em cada uma das opções legais disponíveis. (LATORRACA, 2000, p. 37).

O planejamento tributário é, portanto, a atividade pela qual os contribuintes procuram, sem infringir o ordenamento jurídico, organizar suas atividades econômicas e negociais de forma a provocar a incidência da menor carga tributária possível. (MIGLIORANZA, 2017).

Assim, posteriormente Rovina (2018) completa relatando que todas as empresas precisam ter um bom planejamento que consiste em planejamento estratégico, tático e operacional independente do seu porte pequeno, médio ou grande para assim ter um bom direcionamento de como seguir em frente abrindo sua empresa. Visto que, o ramo que esta pesquisa busca analisar é o farmacêutico, com o conhecimento supracitado o planejamento tributário pode desempenhar um papel relevante na gestão financeira das farmácias. Demonstrando, que o planejamento tributário é um processo que garante a entidade a melhor forma de utilização das questões fiscais, sem deixar a legalidade, analisando a necessidade e as possibilidades da empresa de acordo com suas atividades praticadas.

Nesta era digital, onde a competitividade é alta com propagandas que chegam a

praticamente todo mundo, a concorrência se torna muito voraz e competitiva, sendo assim uma gestão tributária eficaz faz com que o gestor possa oferecer produtos mais acessíveis ao público aumentando a sua margem de lucro, um planejamento tributário eficaz pode proporcionar vantagens competitivas importantes e garantir a lucratividade do negócio.

Para a contabilidade sobre essa perspectiva Oliveira (2013) atenua que na atualidade o contador deve observar e atender tanto às normas de contabilidade como também as normas da legislação tributária, com a função de que seja realizada uma correta apuração da situação econômica da empresa. Neste mesmo sentido Alves (2017), reforça que o planejamento dos tributos não deve se confundir com manobras ilegais ou sonegação fiscal, visto que, o planejamento referido baseia-se na escolha entre opções lícitas, que estejam na legislação do país para reduzir ônus tributário.

Segundo Ricardo Mariz de Oliveira (2011), o planejamento tributário busca, dentro dos limites legais, reduzir ou adiar o pagamento de tributos de forma lícita, visando melhorar os resultados financeiros das empresas. Através da investigação das estratégias tributárias mais eficazes e da avaliação de seus efeitos, espera-se que esse trabalho possa auxiliar na tomada de decisões e estratégicas, promovendo a eficiência e a sustentabilidade financeira das farmácias.

Busca analisar como um planejamento tributário eficiente pode influenciar positivamente a gestão financeira das farmácias, ajudando-as a identificar oportunidades de economia fiscal, melhorar a destinação de recursos e aumentar a capacidade de reinvestimento que é o ideal esperado de qualquer empresa, toda empresa saudável deve ser manter e render lucros. Segundo (Horngren et al., 2019). "O lucro é a força motriz de qualquer empresa, pois não apenas mede a eficiência operacional, mas também garante a sustentabilidade a longo prazo".

Em suma, o planejamento tributário mostra-se essencial para a gestão financeira das farmácias, pois não apenas permite a minimização da carga tributária, mas também contribui para a sustentabilidade e o crescimento a longo prazo, serve para adotar estratégias eficazes de planejamento tributário, as organizações podem otimizar seus recursos financeiros, melhorar a competitividade no mercado e garantir o cumprimento das obrigações fiscais dentro da legalidade.

Assim, o investimento em um planejamento tributário bem estruturado se traduz em benefícios significativos, possibilitando um ambiente empresarial mais saudável e propício à inovação e ao desenvolvimento. Portanto, é de extrema importância que os gestores se empenhem em compreender as complexidades da legislação tributária e busquem orientação profissional para implementar práticas que assegurem a conformidade e a eficiência tributária de suas operações.

4. GESTÃO FINANCEIRA

A gestão financeira pode ser caracterizada como a atividade responsável pela administração dos fluxos monetários originados pela operação da empresa, considerando suas respectivas ocorrências ao longo do tempo. Essa atividade visa equilibrar dois aspectos fundamentais: o rentismo, que se refere à maximização dos retornos dos proprietários da empresa, e a liquidez, que é a capacidade da empresa de honrar suas obrigações nos prazos estabelecidos nos contratos.

Segundo Brigham e Houston (2001), a gestão financeira é um dos três campos primários da disciplina, juntamente com mercados de capitais e investimentos. Sua função principal é otimizar as decisões de financiamento, investimento e dividendos para maximizar o valor da empresa. Eles definem que: "A administração financeira é o processo de planejar, obter, e utilizar os recursos financeiros de uma empresa para alcançar seus objetivos, otimizando o valor da firma para seus proprietários." (BRIGHAM; HOUSTON, 2001, p. 5).

A partir desse ponto inicial, essa visão é fundamental para entender que a gestão financeira não se limita ao controle de contas, mas é uma função estratégica. Gitman (2012), reforçando a visão de Brigham e Houston, aprofunda a discussão sobre o planejamento estratégico, que se estende para além das operações diárias. Para ele, o planejamento financeiro estratégico é crucial para garantir que a empresa atinja suas metas de longo prazo, mantendo a flexibilidade necessária para responder a desafios e oportunidades segundo Gitman (2012),

O planejamento financeiro estratégico envolve o desenvolvimento de planos financeiros a longo prazo que vão além das preocupações operacionais imediatas. Ele deve ser projetado para garantir que a empresa possa alcançar suas metas financeiras de longo prazo, ao mesmo tempo que mantém a flexibilidade para lidar com oportunidades e ameaças imprevistas. O processo de planejamento financeiro permite à empresa otimizar sua estrutura de capital, alinhar suas decisões de investimento com seus objetivos estratégicos e garantir que as operações financeiras estejam estruturadas de modo a maximizar a riqueza dos proprietários." (GITMAN, 2012, p. 75).

A gestão financeira é essencial para garantir a saúde econômica de uma empresa, pois envolve o planejamento, controle e monitoramento dos recursos financeiros com o objetivo de elevar o valor da organização e assegurar sua sustentabilidade a longo prazo. Ainda por cima, a necessidade de uma gestão financeira eficaz está relacionada ao equilíbrio entre a geração de lucro e a manutenção de um saldo positivo em conta.

Indubitavelmente, Gitman (2012) acresce que os principais conceitos de administração financeira têm um enfoque prático. Ele discorre que a gestão é um processo de planejamento, obtenção e utilização de fundos, envolvendo a projeção de receitas, despesas e a definição de metas para aumentar a saúde financeira da empresa. Dessa forma acerca do que foi trazido, a gestão

financeira diz respeito ao controle dos pagamentos e recebimentos de recursos gerados pela operação da empresa, sendo responsável pela administração do fluxo de caixa e pela manutenção da saúde financeira da organização.

Ainda sob essa perspectiva, Assaf Neto (2017) destaca a relevância da gestão financeira para setores específicos, como o varejo, focando na importância do capital de giro. Ele ressalta que em empresas como as farmácias, a gestão eficiente desse capital é vital devido ao ciclo operacional que envolve o financiamento de estoques e a concessão de crédito. No que tange ao conceito de gestão financeira dentro das farmácias, Assaf (2017), diz

O capital de giro é particularmente importante para empresas de varejo, como as farmácias, onde o ciclo operacional envolve o financiamento contínuo de estoques e a concessão de crédito a clientes. A gestão eficaz do capital de giro garante que a empresa tenha recursos suficientes para cobrir suas necessidades operacionais no curto prazo, enquanto minimiza o custo de financiamento. Manter níveis adequados de liquidez e gerir os prazos de recebimento e pagamento de maneira eficiente pode determinar o sucesso ou fracasso de pequenas empresas de varejo, que muitas vezes operam com margens de lucro apertadas e ciclos de caixa sensíveis. (ASSAF NETO, 2017, p. 184).

É essencial saber lidar com o controle de estoques, negociação com fornecedores e precificação de produtos, sendo esses aspectos centrais para garantir que a empresa mantenha margens de lucro saudáveis. Assim, um bom controle de liquidez evita problemas de solvência.

Assaf Neto (2017), ressalta que a gestão eficiente do estoque pode ser uma variável primordial para o capital de giro em empresas de varejo. No entanto, caso se superestime o controle por esses produtos, haverá o acúmulo de mercadorias e o fluxo de caixa será negativamente afetado. Ambos os lados da administração de prazos de pagamento e recebimento são igualmente importantes para manter um ciclo financeiro equilibrado. Essa situação, por sua vez, é o fator essencial da liquidez da empresa.

Não obstante, o gerenciamento inadequado do capital de giro pode comprometer as operações de empresas de varejo, particularmente aquelas com margens de lucro reduzidas e que dependem de um rápido giro de estoques, como é o caso das farmácias. A falta de liquidez pode gerar inadimplência com fornecedores e prejudicar a capacidade da empresa de manter suas operações, levando a perdas financeiras consideráveis. (ASSAF NETO, 2017).

Ainda sob essa perspectiva, as empresas de varejo enfrentam o desafio de equilibrar liquidez e rentabilidade. Enquanto manter uma posição demasiadamente líquida pode resultar em recursos sem retorno satisfatório, a falta de liquidez pode dificultar o cumprimento de obrigações de curto prazo. “A gestão do capital de giro visa encontrar esse equilíbrio, permitindo que a empresa mantenha operações estáveis sem sacrificar sua lucratividade.” (ASSAF NETO, 2017, p. 191)

Mediante o exposto, sob o prisma da gestão financeira, o controle eficiente do capital de giro, incluindo a administração de estoques, prazos de pagamento e liquidez, é fundamental para garantir que as empresas, como as farmácias, possam cumprir suas obrigações financeiras e manter suas operações de forma estável. Sendo assim, uma gestão financeira bem estruturada não só garante a sobrevivência em um setor altamente competitivo, mas também permite que a empresa explore oportunidades de crescimento e inovação, reforçando sua posição no mercado. A correta administração dos recursos financeiros é, assim, essencial para enfrentar os desafios diários e manter a sustentabilidade a longo prazo.

METODOLOGIA

Neste capítulo será apresentado os meios que foram utilizados para obtenção das respostas necessárias para a problemática proposta neste trabalho, O método de pesquisa adotado foi a coleta de dados. O objetivo desta pesquisa foi identificar como as estratégias de planejamento tributário influenciam a gestão financeira das farmácias de Governador Mangabeira-Ba.

Especificamente, buscou-se entender quais estratégias de planejamento tributário foram adotados, como elas influenciaram na gestão financeira e quais foram os desafios enfrentados pelos gestores. Perante o exposto a pesquisa mostra características dos objetivos como sendo descritiva, pois visa fornecer uma visão clara e abrangente sobre como o planejamento tributário é realizado nas farmácias e quais são as principais características e dificuldades associadas.

Segundo Andrade (2007), o objetivo descritivo é fundamental para a pesquisa, pois permite a coleta e apresentação de dados de forma organizada e sistemática, possibilitando uma compreensão profunda do contexto e das características do fenômeno estudado. Esse tipo de objetivo é crucial para construir uma base de conhecimento clara e abrangente.

Na presente pesquisa foi adotado uma abordagem qualitativa, uma vez que não se fez necessária a utilização de dados estatísticos. A análise foi centrada na compreensão da influência do planejamento tributário sob uma perspectiva interpretativa. Essa escolha metodológica justificou-se pela possibilidade de explorar, de forma aprofundada, as percepções e práticas dos profissionais da contabilidade em relação ao planejamento tributário, bem como sua repercussão na gestão financeira das organizações.

Na pesquisa qualitativa, os dados são frequentemente coletados por meio de entrevistas, observações e análise de documentos. A coleta de dados é feita de forma a obter uma visão detalhada e profunda das experiências e percepções dos participantes (Creswell, 2017).

O estudo se enquadrava quanto ao delineamento como uma pesquisa de campo, pois permitiu a obtenção de dados diretamente do ambiente onde o fenômeno ocorre, nesse caso, nas farmácias, o que pôde oferecer percepções mais profundas e relevantes. Demo (2002) afirma que a pesquisa de campo é uma atitude processual de investigação diante do desconhecido, sendo essencial para a emancipação e compreensão da realidade. Reforçando a ideia afirmada por Demo (2002), Gil (2008), acrescenta que a pesquisa de campo permite a observação direta dos fenômenos em seu contexto natural, sendo essencial para a coleta de dados que não poderiam ser obtidos de outra forma.

Nesse sentido, a pesquisa de campo contribuiu para a compreensão do contexto em que o tema estava inserido, permitindo considerar variáveis que influenciaram os resultados. Estar em campo, como o próprio termo sugere, possibilita a obtenção de informações de forma clara e objetiva, além de oferecer subsídios para confirmar ou refutar teorias existentes, o que favorece um entendimento mais aprofundado e consistente ao objeto de pesquisa.

No caso deste trabalho, essa abordagem favoreceu a análise das práticas e estratégias adotadas no cotidiano, especialmente em temas como o planejamento tributário por envolver a coleta de dados diretamente na fonte — por meio de entrevistas, questionários ou observações — optou-se pela entrevista como método principal, por sua flexibilidade em adaptar as perguntas conforme novas informações surgem, enriquecendo o estudo com dados relevantes e contextualizados.

O estudo foi realizado com as farmácias do município de Governador Mangabeira localizado no estado da Bahia à 140,6 km da capital. Dentro de um ambiente formado por quatro farmácias, localizadas no centro da cidade e duas localizadas em bairros distintos. Antes da pesquisa de campo, foi feita uma revisão da literatura sobre planejamento tributário e gestão financeira para contextualizar a pesquisa e aumentar o conhecimento para o desenvolvimento do roteiro de entrevista com mais propriedade sobre o conteúdo.

A amostragem foi probabilística e intencional, focando em profissionais que tinham conhecimento e experiência em planejamento tributário. O método da coleta de dados foi o de entrevistas semiestruturadas, com as questões conforme Apêndice A, onde foi possível levar questionamentos já preestabelecidos, como também realizar perguntas no decorrer da entrevista, desta forma, o roteiro permitiu flexibilidade para explorar temas emergentes durante as entrevistas.

Foi elaborado um roteiro composto por perguntas abertas, com o objetivo de explorar aspectos relacionados às práticas de planejamento tributário, seus impactos na gestão financeira, os desafios enfrentados pelos profissionais da área e as estratégias adotadas para superá-los. As questões foram organizadas em seções temáticas, abordando: práticas de planejamento tributário, efeitos na administração financeira, desafios e oportunidades identificadas, além de recomendações direcionadas a outras farmácias, com base nas experiências relatadas. O roteiro foi aplicado aos

contadores que atuam em farmácias na cidade de Governador Mangabeira-BA, com o propósito de compreender, por um lado, como o planejamento tributário impacta a gestão financeira dessas empresas e, por outro, quais foram os critérios utilizados na elaboração dessas estratégias. Para assegurar a ética na condução da pesquisa, todos os participantes foram convidados a assinar o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

As entrevistas foram conduzidas presencialmente e, quando necessário, por meio de videoconferência, conforme a disponibilidade dos participantes. Cada encontro teve duração aproximada entre 25 e 35 minutos e, mediante autorização prévia, foram gravados com o objetivo de preservar a integridade das informações obtidas e assegurar maior precisão na etapa de análise. Posteriormente, os dados foram transcritos e submetidos à técnica de análise de conteúdo, visando identificar temas recorrentes e padrões relacionados às práticas de planejamento tributário e sua influência na gestão financeira. Esse processo analítico possibilitou a categorização das respostas e a extração de insights relevantes, os quais foram apresentados e discutidos ao longo do desenvolvimento da pesquisa.

ANÁLISE E DISCUSSÃO DE DADOS

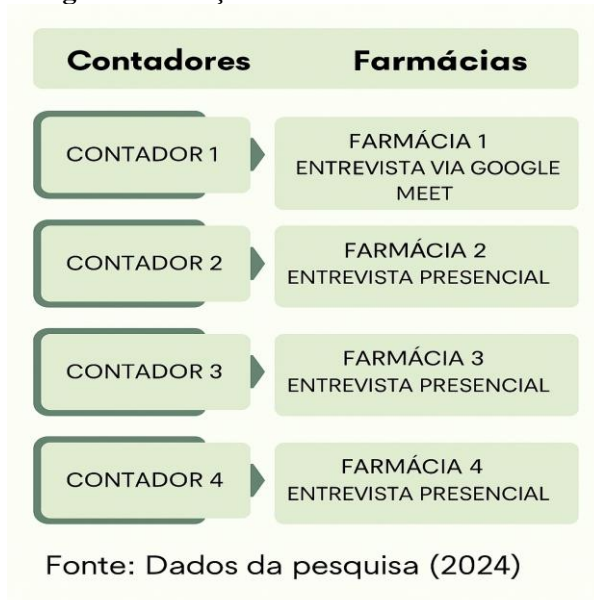
Como proposto na Metodologia foi feito uma pesquisa de campo, na qual houve coleta de dados por meio de uma entrevista com onze perguntas relacionadas ao planejamento tributário das farmácias. Essa coleta de dados foi realizada de forma presencial e por vídeo chamada através do Google Meet para os contadores que não tinha disponibilidade para fazer presencial.

No que se refere a pesquisa de campo, afirma Gil (2008), a pesquisa de campo permite ao pesquisador obter dados diretamente na realidade estudada, o que contribui para a veracidade e a aplicabilidade das informações coletadas ao tema investigado, além de enriquecer o trabalho com dados originais e específicos. Um dos aspectos mais relevantes dessa metodologia é a coleta de informações reais, uma vez que o pesquisador se encontra inserido no ambiente da investigação, o que favorece o acesso a dados de grande valor para o aprofundamento e a consistência do trabalho.

Esse tipo de pesquisa também atua como complemento à fundamentação teórica, permitindo a descrição de perspectivas internas e externas ao problema investigado. Além disso, contribui para o desenvolvimento de habilidades práticas, uma vez que, ao realizar a coleta de dados por meio de questionários, o pesquisador tem a oportunidade de exercitar a análise, a interpretação e o relacionamento interpessoal — competências que podem ser relevantes para sua trajetória profissional.

No intuito de atender os objetivos da pesquisa e sanar a problemática estipulada foi necessário conhecer as farmácias do município de Governador Mangabeira – BA e os seus respectivos contadores. Abaixo segue a Figura 01 com informações sobre as quantidades de contadores entrevistados, quantidade de farmácias e como foi aplicada a entrevista:

Figura 1: Relação das farmácias e contadores



O contador 5 que era responsável pelas farmácias 5 e 6, não retornou o contato e diante do tempo disposto para a realização da pesquisa não foi possível entrevistá-lo para coleta de dados. Tal situação não comprometeu o trabalho, visto que foi possível entrevistar mais de 50% dos contadores informados.

O questionário cobriu questões importantes sobre o planejamento tributário e sua influência na gestão financeira das farmácias, incluindo a administração de estoques e os desafios fiscais enfrentados nesse processo. Observou-se que todas as empresas realizam planejamento tributário regularmente. Cada farmácia passa por uma análise inicial de planejamento tributário ao iniciar suas atividades e são revisadas a cada ano com o objetivo de verificar a necessidade de alteração no regime tributário, visando otimizar os benefícios fiscais disponíveis.

Quanto ao tempo de funcionamento das farmácias participantes, elas operam há aproximadamente 3 a 6 anos. Todas foram unânimes em reconhecer a importância do planejamento tributário como uma estratégia essencial para a gestão empresarial, uma vez que permite a redução legal da carga tributária sem infringir a legislação vigente. Nesse sentido, Fabretti (2005) destaca que:

Sua finalidade é obter a maior economia fiscal possível, reduzindo a carga tributária para o valor realmente exigido por lei [...]. Portanto, deve-se estudar e identificar todas as alternativas legais aplicáveis aos casos ou a existência de lacunas na lei, que possibilitem realizar a operação pretendida da forma menos onerosa possível para o contribuinte, sem contrariar a lei. Fabretti (2005, p. 152)

Quanto a abordagem do planejamento tributário, todas as farmácias realizam revisões anuais para ajustar o planejamento tributário. Em particular, o contador 1 explica que mudanças no faturamento e no quadro de funcionários podem impactar a escolha do regime fiscal, sendo essas variáveis significativas para a adaptação da estratégia tributária.

A maioria das farmácias entrevistadas relatou adotar estratégias voltadas à análise do regime tributário e à busca por incentivos fiscais específicos do setor farmacêutico. O contador 1 destacou, ainda, o uso de planilhas automatizadas em Excel como ferramenta de apoio para aprimorar essas estratégias. Em contrapartida, o contador 2 mencionou apenas a verificação contínua de oportunidades de incentivos fiscais oferecidos pelo governo como principal prática adotada. Quanto ao uso de tecnologias, observou-se variação entre as duas empresas: enquanto uma utiliza de ferramentas pagas, como o recupera simples, associadas a planilhas de Excel, a outra se limita ao uso de planilhas básicas, sem o suporte de softwares especializados.

Essa diferença reflete uma variabilidade possível no investimento em tecnologia para planejamento tributário, impactando a precisão e a agilidade nas decisões. Para além retrata a adequação contábil as tecnologias, pois assim como qualquer profissão a contabilidade também se atualiza e verificar diferenças de atuação sobre tecnologias em um ambiente restrito, visto que, as contabilidades são relativamente próximas, pode interferir no serviço que é ofertado.

Percebe-se também que o planejamento tributário feito de forma legal e ética ajuda de forma significativa para expansão e investimento do estabelecimento, o contador 3 por exemplo, afirmou que a farmácia que ele contabiliza aproveitou a economia de despesas fiscais para reinvestir em ampliação e melhoria na experiência do cliente, gerando aumento de faturamento.

Por sua vez, o contador 4, trouxe uma outra forma de reversão das economias, onde afirmou que a farmácia atendida por ele utiliza desses valores principalmente para promoções e competitividade no mercado para manter seu comércio aquecido, sem focar tanto na expansão física.

Tais afirmações, evidenciam que o planejamento tributário exerce influência significativa na gestão financeira das farmácias, manifestando-se de diferentes formas, mas sempre gerando benefícios. O principal destaque é que tais estratégias são aplicadas dentro dos limites legais, conforme ressalta Young (2006, p. 139), ao afirmar que,

Pode-se entender como ético o planejamento feito nos moldes da lei, aproveitando as opções ofertadas para se beneficiar tributariamente, podendo contrabalançar com a abertura de campos de serviço ou melhores condições de trabalho aos trabalhadores já empregados, como forma de dar um retorno à sociedade por um ato de planejamento efetuado.

No que tange a utilização de Benefícios Específicos, todas as farmácias aproveitam o benefício de alíquota zero para as contribuições de Programa de Integração Social (PIS) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) assim como está disposto na Lei nº 10.147/2000 criou a tributação monofásica do PIS e da COFINS para produtos da indústria farmacêutica, de higiene pessoal e de cosméticos.

As distribuidoras de remédios e as farmácias, quando revendem os medicamentos com tributação monofásica, não pagam PIS e COFINS, tendo em vista que já foi recolhido no início da cadeia tributária. No entanto, devem recolher as duas contribuições calculadas sobre as demais receitas não tributadas no modelo monofásico, aplicando as alíquotas de 0,65% e 3% (se estiver no lucro presumido) ou 1,65% e 7,6% (se estiver no lucro real), para o PIS e COFINS, respectivamente.

Nos produtos de higiene pessoal, o que representa uma estratégia importante para manter a competitividade de preços no mercado, o contador 1 menciona que as oportunidades são indicadas por meio de análises apresentadas dos produtos, esse método auxilia no enquadramento fiscal adequado, principalmente em produtos monofásicos, que são mais vantajosos.

Dessa forma, destaca-se a importância da revisão tributária dos cadastros, pois ao classificar corretamente a tributação de cada produto, a empresa passa a recolher os tributos de forma compatível com as suas operações. Isso evita tanto o pagamento indevido de valores superiores, que podem gerar prejuízos financeiros, quanto o recolhimento abaixo do exigido, que pode resultar em penalidades fiscais.

Em suma, o planejamento tributário feito de forma legal e ética teve impactos positivos nas farmácias de Governador Mangabeira-BA. Cada uma com sua especificidade, aproveita os incentivos fiscais do governo sem infringir a lei. Ao acessar esses benefícios, as empresas conseguem potencializar seus lucros, direcionando os recursos obtidos para a expansão dos negócios e/ou para o fortalecimento das atividades comerciais, oferecendo melhores condições de compra aos clientes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa evidenciou que o planejamento tributário é uma ferramenta estratégica indispensável para a gestão financeira das farmácias, especialmente em contextos de elevada carga tributária e constante evolução da legislação fiscal brasileira. A análise realizada, por meio de entrevistas com contadores atuantes em farmácias de Governador Mangabeira–BA, demonstrou que a adoção de estratégias tributárias lícitas, como o aproveitamento da tributação monofásica do PIS e da COFINS (Lei nº 10.147/2000), contribui significativamente para a redução de custos, aumento da lucratividade e melhoria da eficiência operacional, além de indicarem que as farmácias que adotam tal prática estão bem mais preparadas para lidar com alterações na legislação tributária, demonstrando capacidade de adaptação e resiliência no longo prazo.

Além disso, observou-se que o uso de ferramentas tecnológicas — como planilhas automatizadas, softwares especializados e plataformas de auditoria — potencializa os resultados do planejamento tributário, promovendo maior precisão nas decisões e agilidade nos processos contábeis. A pesquisa também revelou que a capacitação contínua dos profissionais da contabilidade é um fator determinante para o sucesso dessas estratégias, sendo essencial que estejam atualizados quanto às mudanças legais e às melhores práticas do setor.

Outro ponto relevante é que o planejamento tributário, quando bem estruturado, não apenas garante conformidade legal e evita sanções, mas também permite que as farmácias direcionem os recursos economizados para reinvestimentos, expansão física, promoções e melhorias na experiência do cliente. Essa flexibilidade estratégica reforça a importância do planejamento tributário como um pilar da sustentabilidade financeira e da competitividade empresarial.

O planejamento tributário não apenas promove eficiência na gestão financeira, mas também, oferece uma vantagem competitiva e segurança jurídica às farmácias. Adicionalmente, destaca-se a importância da capacitação contínua dos profissionais de contabilidade, que atuam como agentes fundamentais na implementação de estratégias tributárias eficazes. A busca constante por atualização e conhecimento técnico, conforme relatado pelos entrevistados, revela que o sucesso do planejamento está diretamente relacionado à qualificação desses profissionais e à sua capacidade de interpretar e aplicar corretamente a legislação vigente.

Dessa forma, conclui-se, que o estudo oferece uma análise prática e contextualizada sobre os efeitos do planejamento tributário em empresas de pequeno porte do setor farmacêutico, evidenciando a relevância da contabilidade tributária como ferramenta de apoio à gestão. No âmbito

profissional, reforça-se a importância da atuação ética e técnica dos contadores; já no campo social, destaca-se o papel da conformidade fiscal na sustentação de serviços essenciais à população.

Por fim, esta pesquisa reforça a necessidade de maior conscientização por parte dos gestores empresariais quanto ao papel estratégico da contabilidade na tomada de decisões. O planejamento tributário, quando bem estruturado e alinhado aos objetivos organizacionais, contribui significativamente para a perenidade dos negócios, especialmente em setores como o farmacêutico, que enfrentam desafios regulatórios e concorrenciais constantes. Ademais, recomenda-se que futuras pesquisas ampliem o escopo da investigação para outros municípios e setores econômicos, a fim de validar os achados e explorar novas variáveis que possam influenciar a eficácia do planejamento tributário. A realização deste estudo em diferentes contextos tem potencial para ampliar a produção científica na área contábil, além de fornecer subsídios relevantes para a formulação de políticas públicas voltadas à simplificação tributária e ao fortalecimento das micro e pequenas empresas.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, J. Incentivos fiscais no setor farmacêutico. *Revista Brasileira de Tributação*, v. 15, n. 2, p. 45–58, 2018.
- ALVES, L. Planejamento tributário: conceitos de práticas. In: CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO RIO DE JANEIRO (Org.). *Apostilas*. Rio de Janeiro: CRC-RJ, 2017. p. 4–6. Disponível em: <<http://webserver.crcrj.org.br/apostilas/a0912p0236.pdf>>. Acesso em: 17 nov. 2025.
- ASSAF NETO, Alexandre. *Finanças corporativas e valor*. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2017.
- BARALDI, R. [Título da obra não informado]. São Paulo: Editora Z, 2010.
- BORGES, M. A. [Título da obra não informado]. Rio de Janeiro: Editora Y, 2002.
- BRIGHAM, Eugene F.; HOUSTON, Joel F. *Fundamentos da moderna administração financeira*. São Paulo: Makron Books, 2001.
- CARVALHO, Eduardo de Jesus. *Análise financeira das demonstrações contábeis do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE)*. 2019.
- COSTA, L. Previsibilidade financeira e planejamento tributário. *Jornal de Administração e Finanças*, v. 27, n. 3, p. 78–92, 2020.
- CRESWELL, John W.; CRESWELL, J. David. *Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto*. Porto Alegre: Penso Editora, 2021.

DEMO, Pedro. Educação e qualidade. Campinas: Autores Associados, 2002.

DIAS, M. Desafios do planejamento tributário em pequenas empresas. *Gestão Fiscal e Tributária*, v. 19, n. 1, p. 34–47, 2022.

DUARTE, A. Contabilidade digital: utiliza a tecnologia para desburocratizar a rotina dos processos contábeis e aumentar a produtividade e a eficiência das tarefas. São Paulo: Editora W, 2020.

EXCHANGE INDONESIA. In: *Proceeding Medan International Conference on Economic and Business*. Medan, 2023. p. 3119–3134.

FERREIRA, P. Regimes tributários no Brasil: uma análise comparativa. *Revista de Economia e Finanças*, v. 22, n. 4, p. 56–70, 2017.

GITMAN, Lawrence J. *Princípios de administração financeira*. 12. ed. São Paulo: Pearson, 2012.

GONÇALVES, R. Gestão fiscal e competitividade empresarial. *Administração Contemporânea*, v. 18, n. 3, p. 89–104, 2013.

A IMPORTÂNCIA DA DISCIPLINA DE EDUCAÇÃO FINANCEIRA NA GRADE CURRICULAR DE ESTUDANTES DO ENSINO MÉDIO

Fabio Danemann- fabio8184@gmail.com - <https://orcid.org/0009-0005-9229-1283>

Contador, Graduando em Ciências Contábeis

Iury Pereira Rangel- iurypr1999@gmail.com - <https://orcid.org/0009-0008-5413-0405>

Graduado em Ciências Contábeis (2024) pela Faculdade Adventista da Bahia (Fadba). Atualmente atua como auxiliar contábil na União Leste Brasileira da Igreja Adventista do Sétimo Dia (ULB).

Fabio Pereira Batista- fabio.batista@adventista.edu.br - <https://orcid.org/0009-0003-7943-3289>

Mestre. Docente UNIAENE

Lucas Silva Oliveira Cavalcante- lo7732208@gmail.com - <https://orcid.org/0009-0001-8615-7652>

Graduado em Ciências Contábeis

Resumo: O presente trabalho analisa a importância da disciplina de educação financeira na realidade curricular dos estudantes do ensino médio, com foco em uma escola situada no Recôncavo da Bahia. Em um contexto de globalização e crescente facilitação de consumo, observou-se um aumento do endividamento entre os jovens, evidenciando a necessidade urgente de um maior conhecimento sobre gestão financeira. Uma pesquisa, de natureza quantitativa e qualitativa foi realizada com alunos do Colégio Adventista da Bahia, envolvendo cerca de cem (100) participantes. Os dados foram coletados por meio de entrevistas semiestruturadas e aplicação de questionários, abordando as percepções dos alunos sobre suas práticas financeiras e a relevância da educação financeira em suas vidas.

Palavras Chave: Educação financeira; importância da educação financeira; ensino médio; Recôncavo Baiano.

Abstract: The present study analyzes the importance of financial education as part of the high school curriculum, focusing on a school located in the Recôncavo region of Bahia. In the context of globalization and increasing ease of consumption, a rise in indebtedness among young people has been observed, highlighting the urgent need for greater knowledge of financial management. A quantitative and qualitative study was conducted with students from Colégio Adventista da Bahia, involving around one hundred (100) participants. Data was collected through semi-structured interviews, addressing students' perceptions of their financial practices and the relevance of financial education in their lives.

Keywords: Financial education; importance of financial education; high school; Recôncavo of Bahia.

INTRODUÇÃO

Hoje vivemos em um mundo em que a globalização atinge a maior parte do planeta, a facilidade com que as pessoas conseguem comprar produtos e adquirir créditos se tornou assustadora, com isso podemos perceber um aumento do consumo por parte da população induzidas também por diversos tipos de propaganda que as bombardeiam fomentando o consumo exacerbado e tornando as palavras poupar e investir quase que extintas do vocabulário do brasileiro. Esse tipo de propaganda vem alcançando um número imenso de pessoas que desconhecem se quer do mínimo de planejamento financeiro para que se possa diferenciar quais gastos são realmente necessários naquele momento, dos gastos supérfluos, fazendo com que muitos contraiam dívidas, tornando a população cada vez mais inadimplente.

Ao olhar para esses cenários percebe-se o quão fundamental é a educação financeira na vida desses jovens e como ela pode garantir a sustentabilidade das gerações futuras, fazendo com que pessoas estejam mais aptas a tomada de decisões assertivas, daí a necessidade de que se discuta mais a respeito desse tema nas escolas de educação básica, tanto em escolas públicas como também no ensino privado, já que um dos principais fatores que contribuem para esse cenário de dívidas é o descontrole financeiro (JORNAL HOJE, 2023).

Por meio da pesquisa feita nessas escolas percebe-se o pouco conhecimento dos alunos quando se fala em gerir sua finança de uma forma adequada, e a necessidade de se implantar uma disciplina de educação financeira em sua grade curricular, para que esses juvenis e jovens a partir dessas aulas,

saíam do ensino médio sabendo não somente como devem organizar suas finanças e controlar seus gastos, mas como também poupar e investir seu dinheiro. Isso fará com que eles saibam o real valor do seu dinheiro e usem com responsabilidade cada centavo.

Uma pesquisa feita pelo SPC (Serviço de Proteção ao Crédito) e divulgada pelo site, Agência Brasil, mostra que 47% dos jovens com idade entre 18 e 25 anos não tem controle sobre seus gastos e muito menos um planejamento financeiro. Isso acaba por sua vez contribuindo para que o número de adultos inadimplentes cresça cada vez mais.

Tendo como base bibliografias, pesquisas documentais e pesquisa de campo esse trabalho se propõem a responder o seguinte questionamento: Como o conhecimento financeiro pode contribuir para que tenhamos uma sociedade mais consciente na hora de usar seu dinheiro?

O presente artigo tem como objetivo explicar a importância de se ter uma disciplina de educação financeira dentro da grade curricular de estudantes do ensino básico. Como objetivos específicos destacam: Averiguar como os estudantes da escola investigada usam seus recursos; Entender as implicações de um controle financeiro na vida desses jovens; Compreender como a disciplina de educação financeira pode contribuir para que esses jovens tenham uma boa saúde financeira.

A educação financeira é um elemento essencial para o desenvolvimento pessoal e para uma vida financeira saudável. Entender como gerir o dinheiro, fazer investimentos conscientes e planejar o futuro são habilidades que permitem alcançar a estabilidade financeira e realizar projetos importantes.

Ao ser educado financeiramente, uma pessoa consegue evitar dívidas desnecessárias, ter controle sobre os seus gastos e poupar dinheiro de forma inteligente. Isso proporciona uma maior segurança e tranquilidade em relação ao futuro, além de possibilitar a realização de sonhos e objetivos de longo prazo.

Além disso, a educação financeira também contribui para o desenvolvimento da autonomia e da responsabilidade financeira, promovendo a independência e a capacidade de tomar decisões conscientes em relação ao dinheiro.

Portanto, ter uma educação financeira sólida é fundamental para garantir a estabilidade financeira e o bem-estar ao longo da vida, além de permitir uma maior segurança e sucesso no enfrentamento de imprevistos e desafios financeiros. É por isso que é importante investir tempo e esforço em adquirir conhecimentos nessa área e se manter sempre atualizado sobre as melhores práticas financeiras.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 O QUE É A EDUCAÇÃO FINANCEIRA?

A educação financeira é essencial nesse mundo cada vez mais complexo e globalizado, onde as decisões financeiras têm consequências significativas tanto a nível individual como coletiva. Segundo o site Pravalier, em uma matéria publicada em 2024, a educação financeira é o conhecimento e habilidade que uma pessoa possui em relação ao dinheiro e sua capacidade de empregar diversas estratégias para administrá-lo eficientemente. É importante destacar que vai além de meramente economizar, pois inclui a conscientização sobre as oportunidades e os riscos inerentes ao contexto financeiro, é possuir dotes estratégicos que faz com que o indivíduo alcance o sucesso em qualquer iniciativa tomada no mundo financeiro.

Para Pereira (2019), a educação financeira pode ser definida como um conjunto de ações educacionais que visam instruir e capacitar indivíduos no entendimento de termos e conceitos financeiros, bem como no uso e manipulação de ferramentas de estatística e matemática financeira, práticas financeiras cotidianas, descrição geral do mercado financeiro e dos principais produtos e serviços, riscos e incertezas relacionados as finanças pessoais. (Da Silva e Monteiro et al., 2023).

A ideia se originou da Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF) e da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), que descreveram o termo como: o processo em que as pessoas aprimoram seu entendimento sobre dinheiro e produtos financeiros através de informações, educação e orientação. Isso promove valores e habilidades essenciais para reconhecer oportunidades e riscos, permitindo escolhas mais conscientes e fundamentadas. (Pravalier, 2024).

De acordo com Kaiser e Menkhoff (2020), segundo Kern (2009), a OCDE se preocupa com o aperfeiçoamento de práticas financeiras no setor público e privado, sendo ela quem, em 2004, criou o Financial Education Project para estudar a Educação Financeira nos países membros e não-membros. As estratégias nacionais de Educação Financeira pelo mundo vêm aumentando. Boa parte do G20 (Austrália, Brasil, Japão, Holanda, África do Sul, Espanha, Reino Unido e Estados Unidos) adquiriu formas de difundir o conhecimento financeiro, como na escola, na web, órgãos financeiros com cartilhas, entre outros, (Batista Costa et al., 2017).

A educação financeira pode ser entendida como um conjunto de orientações sobre atitudes e comportamentos considerados apropriados para o planejamento e uso eficaz de recursos financeiros. De acordo com Modernell (2011), a educação financeira pode ser definida como um composto de orientações referentes a atitudes e posturas consideradas adequadas para o planejamento e uso de

recursos financeiros. (De Souza, De Sá Nicoli e Castro., 2023).

A educação financeira tornou-se um campo de estudo proeminente a partir de 2003, quando a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) lançou a iniciativa Financial Education. Esse esforço foi impulsionado pelo interesse dos países membros da OCDE em realizar pesquisas e gerar relatórios que fornecessem informações e orientações aos formuladores de políticas públicas, com o objetivo de aprimorar a educação financeira e aumentar a conscientização de seus cidadãos (conforme Silva e Powell, 2015).

De acordo com a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), a educação financeira pode ser definida como o processo pelo qual consumidores e investidores melhoram sua compreensão sobre produtos, conceitos e riscos financeiros e obtêm informação e instrução. Desenvolvem habilidades e confiança, de modo a ficarem mais cientes sobre os riscos e oportunidades financeiras, para fazerem escolhas mais conscientes e, assim, adotarem ações para melhorar seu bem-estar.

Um dos elementos fundamentais da educação financeira é a capacidade de criar e gerenciar um orçamento. Isso envolve compreender a origem e o destino do dinheiro, distribuir recursos de acordo com as prioridades e identificar oportunidades para poupar ou investir. Um orçamento eficaz é a base para uma situação financeira estável e sustentável.

A educação financeira é um campo que busca a independência financeira das pessoas. É uma ciência fundamentada no comportamento humano, visando construir um modelo mental que promova a sustentabilidade financeira e a adoção de práticas saudáveis. Por meio da educação financeira, as pessoas podem equilibrar suas necessidades, desejos e escolhas, tomando decisões informadas que contribuam para alcançar seus objetivos. De acordo com Domingos (2022), a educação financeira é uma área que visa a independência financeira dos indivíduos. Para o autor, ela é uma ciência que se baseia no comportamento humano, com o objetivo de construir um modelo mental que permita a sustentabilidade financeira e a adoção de hábitos saudáveis. Ele ainda complementa que através da educação financeira as pessoas podem equilibrar suas necessidades, seus desejos e suas escolhas, tomando decisões conscientes que contribuam para a realização dos seus objetivos. (Da Silva e Monteiro et al., 2023).

2.2 EDUCAÇÃO FINANCEIRA DENTRO DAS ESCOLAS

Segundo Lima (2023) A educação financeira apresenta um enorme potencial benéfico para a sociedade brasileira, atuando de forma significativa na resolução de questões tanto individuais quanto coletivas relacionadas ao domínio financeiro. Através da promoção da educação financeira, acredita-

se que seja viável mitigar e até mesmo prevenir desafios sociais decorrentes de situações de endividamento e instabilidade financeira. Ao incluir a educação financeira no currículo escolar, os estudantes têm a oportunidade de aprender sobre diversos assuntos relacionados a finanças como orçamento, poupança, controle de gastos e investimentos. Esses conhecimentos são essenciais para que eles possam tomar decisões financeiras mais acertadas e evitar armadilhas.

De acordo com D'Aquino (2008) A educação financeira transcende o simples ensino de dicas e truques para a gestão do dinheiro, ela vai muito além disso. Não se resume apenas a seguir regras morais, mas sim, tem como objetivo principal desenvolver uma mentalidade saudável em relação às finanças. Para alcançar esse propósito, é necessário dedicar-se, treinar constantemente e persistir a longo prazo. (apud DE SOUZA, DE SÁ NICOLI, CASTRO 2023). A mudança de hábitos e comportamentos em relação ao dinheiro exige esforço e atenção constante, para que assim, seja possível garantir uma saúde financeira sólida e duradoura. Portanto, a educação financeira se mostra como um caminho essencial e necessário para uma vida financeira equilibrada e bem-sucedida. Assim, é essencial que as escolas incluam a educação financeira em seu currículo, proporcionando aos alunos as ferramentas necessárias para terem uma vida financeira saudável e bem-sucedida. Afinal, educar financeiramente é capacitar os indivíduos a tomarem decisões inteligentes e sustentáveis em relação ao seu dinheiro.

2.3 EDUCAÇÃO FINANCEIRA NAS ESCOLAS DE ENSINO MÉDIO.

Na vida adulta, lidar com planejamento financeiro pode ser um desafio, e é ainda mais complicado para os jovens. Nesse período, a independência começa a chegar e os gastos passam a ser de responsabilidade própria, em vez de serem gerenciados pelos pais. Muitas pessoas enfrentam endividamento desde a juventude, por isso, é essencial aprender a lidar com o dinheiro nessa fase, permitindo uma gestão eficiente dos recursos desde cedo, evitando dívidas na vida adulta e possibilitando retornos financeiros mais rápidos. De forma geral, a educação financeira para jovens não é apenas uma questão de buscar riqueza, mas também uma maneira de prevenir o superendividamento precoce, um problema frequente atualmente.

Na teoria do capital humano, quanto mais escolarizado o indivíduo mais ele terá opções para adaptar-se em novas realidades em busca de mais bem ganhos nas atividades laborais e, com isso, atingir uma melhor renda em seu emprego (COSTA; MIRANDA, 2013). Com cada ano de conhecimento financeiro adquirido na escola, a lucratividade da renda tende a aumentar, conforme indicado por estudos empíricos e teorias de capital humano. Essas pesquisas demonstram a forte influência do conhecimento financeiro ao longo da vida, evidenciando que uma educação financeira sólida pode contribuir significativamente para uma maior prosperidade financeira no futuro.

Segundo Kern (2009), os currículos escolares agregam uma imensidão de conteúdos que necessitam ser transmitidos aos alunos, todavia, são poucas as instituições de ensino que abrangem sobre o conhecimento de Educação Financeira em suas aulas, carecendo que as escolas insiram ao conteúdo das disciplinas como Geografia, História, Matemática e todas as demais pertinentes ao ano de ensino, em seus temas transversais, para que façam uma relação dos conhecimentos adquiridos com a vivência do aluno e contribuindo para a construção de um cidadão a par de suas Finanças Pessoais, (Batista Costa et al. 2017).

A educação financeira tem um impacto significativo na vida dos estudantes do ensino médio, uma vez que os prepara cada pessoa para lidar de forma mais consciente e responsável com suas finanças, Vilhalba (2023).

Em resumo, a educação financeira na vida dos estudantes do ensino médio tem um impacto positivo tanto no presente quanto no futuro, contribuindo para o desenvolvimento de uma geração mais financeiramente consciente, responsável e preparada para enfrentar os desafios financeiros da vida adulta.

2.4 PROPOSTA PARA IMPLEMENTAÇÃO DA EDUCAÇÃO FINANCEIRA NAS ESCOLAS

ENEF - Estratégia Nacional de Educação Financeira

A ENEF (Estratégia Nacional de Educação Financeira) instituída pelo decreto n.º 7.397 de 22 de dezembro de 2010, substituído pelo decreto nº 10.393, de 9 de junho de 2020, desempenha um papel fundamental na implementação da educação financeira nas escolas, pois é responsável por promover ações e programas que visam a disseminação do conhecimento financeiro entre os alunos.

Através de parcerias com escolas, professores e instituições de ensino, a ENEF desenvolve materiais educativos, palestras, workshops e outras atividades que ajudam os estudantes a compreenderem conceitos importantes sobre planejamento financeiro, orçamento, poupança, investimentos e consumo consciente.

Além disso, a ENEF também capacita os educadores para que possam abordar de forma eficaz o tema da educação financeira em suas aulas, tornando-os multiplicadores do conhecimento e estimulando a reflexão dos alunos sobre suas escolhas financeiras.

Dessa forma, a atuação da ENEF nas escolas contribui para a formação de cidadãos mais conscientes e preparados para lidar com as questões financeiras ao longo de suas vidas, promovendo assim uma sociedade mais educada e financeiramente saudável.

Existe a presença de vários agentes especializados em finanças na elaboração desse programa, que juntos compõem o FBEF (Federação brasileira de educação financeira).

O artigo 3º do decreto nº10.393 nos traz os agentes econômicos que compõem o FBEF:

Art. 3º O FBEF é composto por representantes dos seguintes órgãos e entidades:

I - Banco Central do Brasil;

II - Comissão de Valores Mobiliários;

III - Superintendência de Seguros Privados;

IV - Secretaria do Tesouro Nacional da Secretaria Especial de Fazenda do Ministério da Economia;

V - Secretaria de Previdência da Secretaria Especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia;

VI - Superintendência Nacional de Previdência Complementar;

VII - Secretaria Nacional do Consumidor do Ministério da Justiça e Segurança Pública; e

VIII - Ministério da Educação.

Esses agentes têm estado envolvidos nessa estratégia para que a educação financeira possa ser mais trabalhada na vida dos estudantes, principalmente em sala de aula. Assim os alunos terão um olhar diferente em relação ao ambiente que os cerca. Uma relação saudável com os seus recursos e consequentemente uma população menos endividada no futuro.

2.5 BNCC - BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é um documento que foi promulgado no ano de 2017, através de resolução CNE/CP nº 2. Ela define as competências e habilidades que os alunos devem desenvolver ao longo de sua jornada educacional. Uma das propostas da BNCC é a inclusão da educação financeira no currículo das escolas. Ela determina que a educação financeira deve ser abordada de forma interdisciplinar em variadas áreas do conhecimento, como matemática, ciências sociais e geografia, entre outras. Evidencia também a importância de se fomentar uma análise crítica sobre questões econômicas e financeiras, como desigualdade social, consumo consciente, crédito responsável, entre outras temáticas, (BRASIL, 2017), preparando os estudantes para lidar com as questões financeiras ao longo de suas trajetórias.

METODOLOGIA

Nesta seção, delineamos o procedimento adotado para realizar a investigação sobre a relevância do ensino de finanças na escola de segundo grau. Esta pesquisa adotou uma abordagem quantitativa e qualitativa, com o intuito de explorar as percepções, vivências e pontos de vista dos envolvidos em relação ao ensino financeiro no ensino médio. A amostra foi composta por estudantes do Colégio Adventista da Bahia, uma escola de segundo grau da área de Cachoeira - BA. Os participantes foram selecionados de forma intencional, levando-se em conta a diversidade de experiências e perspectivas. Foram entrevistados cerca de cem (100) alunos, assegurando uma representação adequada da população-alvo.

Para a coleta dos dados, foram empregadas entrevistas semiestruturadas, conduzidas individualmente, abordando tópicos como experiências pessoais com educação financeira e percepções sobre sua importância. Os dados obtidos foram analisados por meio de análise de conteúdo. O estudo foi conduzido de acordo com os princípios éticos da pesquisa científica. Todos os participantes forneceram consentimento informado e tiveram suas identidades protegidas por meio do anonimato e confidencialidade.

RESULTADOS

A partir da análise dos dados, surgiram descobertas relevantes sobre a percepção dos alunos em relação à importância da educação financeira. Para obter esses resultados, foram utilizadas análises quantitativas e qualitativas, com base em um questionário estruturado com onze (11) perguntas sobre o tema, organizado em dois (2) tópicos principais: o primeiro abordou a visão dos participantes sobre a disciplina de educação financeira, e o segundo focou no comportamento e nas atitudes dos estudantes em relação às finanças. Essa organização permitiu uma análise detalhada e aprofundada das percepções dos alunos envolvidos na investigação.

A escola alvo da pesquisa foi o Colégio Adventista da Bahia, situado na cidade de Cachoeira – Ba, recôncavo baiano. O colégio dispõe de duzentos e quatorze (214) alunos matriculados no ensino médio, sendo que um total de cento e três (103) puderam participar da entrevista, cooperando para o avanço da pesquisa.

A Disciplina trabalhada no Colégio Adventista da Bahia, tem como objeto a Relação Com o Dinheiro, seu uso e significado, dinheiro e as relações sociais e institucionais, Mercado de Financeiro

e a importância da educação financeira, para poder desenvolver as habilidades de Domínio da linguagem, análise, interpretação, relacionamento e restauração, pensamento científico e criativo conhecimento, Autonomia Tomada de decisões, Análise, Criatividade, Planejamento, Relacionamento e restauração.

Pensamento científico, crítico e criativo, conhecimento, responsabilidade, serviço e cidadania, planejamento, solução de problemas, tomada de decisões, autonomia, relacionamento e restauração, conhecimento, juízo estético, cultura digital, responsabilidade, serviço e cidadania, tudo isso faz parte do objetivo da disciplina de educação financeira.

Tem como o objetivo de aprendizagem: reconhecer como a educação financeira é fundamental para capacitar as pessoas a entenderem e aplicar conceitos econômicos básicos, a navegar pelo mercado de capitais, a avaliar e gerenciar diferentes tipos de ativos, compreender como o dinheiro, seu uso e significado, está intrinsecamente ligado a indicadores econômicos, que influenciam o comportamento dos consumidores, investidores e políticas econômicas, estratégias: IPCA e meta para a inflação, Taxa Selic, Taxa de câmbio nominal. Discussão sobre o impacto dos índices financeiros no cumprimento dos prazos para a realização de objetivos pessoais Troca de ideias e perspectivas para compreender como indicadores econômicos são interligados com o dinheiro, moldando e sendo moldados pelas relações sociais e institucionais, refletindo as condições econômicas e a saúde financeira da sociedade, Estratégias: Taxa de desemprego, Taxa de juros e Poupança.

Discussão de como a taxa de desemprego afeta diretamente o bem-estar social e a dinâmica das relações pessoais, pesquisar sobre políticas econômicas e sociais, como programas de assistência e estímulos ao emprego. Aprender a elaborar um plano financeiro, identificar fontes de desperdício, e estabelecer metas de poupança são práticas ensinadas pela educação financeira que ajudam na recuperação financeira, Estratégias: Estabilizando as finanças, analisando, ativos financeiros, aplicando o conceito de renda passiva, desenvolver habilidades necessárias para criar um orçamento, priorizar pagamentos de dívidas, entender os custos reais de comprar a prazo (incluindo juros) e tomar decisões de compra mais inteligentes, Estratégias: Juros simples e Juros compostos, aprender a diferenciar entre compras necessárias e desejadas, saber como a inflação corrói o poder de compra e como as taxas de juros impactam o custo final de um produto comprado a prazo Aplicação prática desses conceitos na gestão diária das finanças pessoais e Entender o que é um orçamento e como ele pode ser utilizado para reorganizar as finanças e lidar com o endividamento. Estratégias: Planilha de orçamento pessoal e familiar disponibilizada no site da B3.

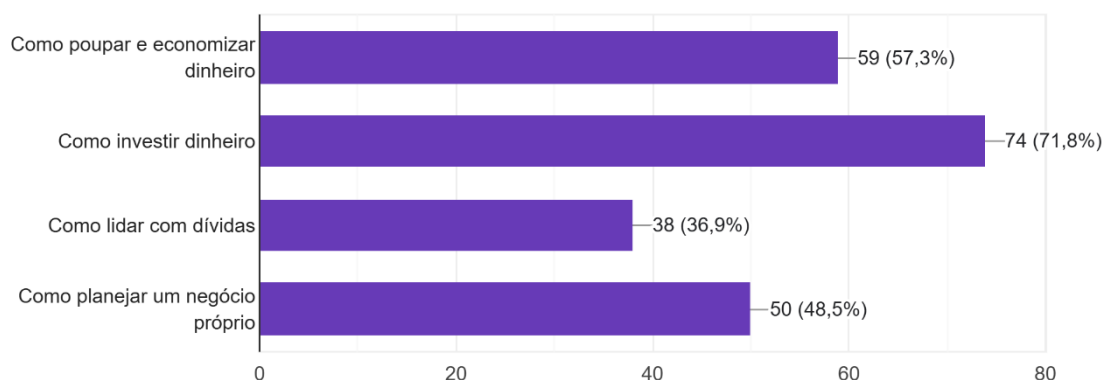
4.1 PERCEPÇÃO SOBRE A DISCIPLINA EDUCAÇÃO FINANCEIRA

Para 62,1% dos respondentes do Ensino Médio do Colégio Adventista da Bahia, é muito importante aprender sobre a Educação Financeira ainda na escola. Entre os temas mais importantes para aprender com a disciplina de Educação Financeira, foi destacado um alto nível, (71,8%) de interesse em aprender a investir dinheiro, em seguida, destaca-se o tema de como poupar e economizar dinheiro com 57,3%. Para 48,5% dos respondentes, a matéria de Educação Financeira deveria ser opcional. No entanto, a maioria relatou sentir-se mais preparada para lidar com questões financeiras básicas e identificou a disciplina como uma ferramenta essencial para evitar problemas financeiros no futuro. Como observado, 'a falta de educação financeira pode resultar em problemas como endividamento e dificuldades para alcançar metas financeiras' (Barbosa, 2020).

Gráfico 1

2. Quais temas você considera mais importantes para aprender em uma disciplina de educação financeira?

103 respostas



4.2 COMPORTAMENTO E CONDUTA DIANTE ÀS FINANÇAS

Para 64,1% dos alunos, a principal fonte de conhecimento sobre educação financeira vem da escola e dos professores, o que reforça o pensamento da OCDE (2015), onde citam que “Desenvolver habilidades financeiras desde cedo promove escolhas mais conscientes e fundamentadas.” Mesmo que não tenham acesso à educação financeira dentro da base familiar, ao ingressarem no ensino fundamental e ensino médio, é possível que os alunos desenvolvam habilidades financeiras que no futuro os ajudarão a controlar os gastos e orçamentos pessoais, pois, 49,5% dos alunos informaram que sabem controlar gastos e orçamentos pessoais, no entanto, não fazem com frequência, e para

88,3% aprender sobre como economizar dinheiro pode impactar positivamente o seu futuro. No entanto, a educação financeira deve começar dentro da educação familiar, e 34% dos respondentes informaram que às vezes conversam com seus pais ou responsáveis sobre como lidar com dinheiro, e conceitos financeiros básicos como juros e inflação, 57,3% informaram que entende um pouco, porém, tem dúvidas. Assim como para 84,5% informaram que tem certeza que ter conhecimento financeiro pode ajudar a evitar problemas com dívidas no futuro. E para muitos dos respondentes, a educação financeira é o estudo aplicado da realidade econômica cotidiana, e o caminho para construir um futuro mais seguro e tranquilo financeiramente. É aprender a gerenciar seu dinheiro de forma inteligente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo demonstrou a importância da educação financeira no contexto escolar, revelando como o ensino sobre finanças pessoais pode transformar a forma como os jovens lidam com o dinheiro, tanto no presente quanto no futuro. Os resultados da pesquisa evidenciam que, embora muitos estudantes reconheçam a relevância de adquirir conhecimentos financeiros, ainda existe uma carência significativa de educação formal sobre o tema nas escolas de ensino médio. A inclusão de uma disciplina específica de educação financeira no currículo escolar é fundamental para garantir que os jovens saibam como administrar seus recursos, controlar seus gastos e tomar decisões financeiras mais conscientes, evitando o superendividamento e os problemas financeiros futuros. Como visto, mais de 60% dos alunos entrevistados expressaram o desejo de aprender sobre investimentos, poupança e controle de finanças pessoais, evidenciando o interesse pelo assunto e a necessidade urgente de abordar esses temas de forma estruturada nas instituições de ensino.

Jornada Edu (2023) destaca que a educação financeira é crucial para capacitar os jovens a tomarem decisões financeiras mais informadas e conscientes. O ensino formal de finanças pessoais pode reduzir o endividamento e ajudar na construção de uma base sólida para o planejamento financeiro e realização de objetivos ao longo da vida.

Além disso, a pesquisa destacou que, os alunos participantes, consideraram importante e necessária a implantação da disciplina de educação financeira, o conhecimento obtido ajuda nos cuidados financeiros na área familiar, causando impacto positivo no ambiente. Portanto, é imperativo que a sociedade e os formuladores de políticas educacionais compreendam que a educação financeira não é apenas uma habilidade técnica, mas uma competência essencial para o desenvolvimento da autonomia e da responsabilidade pessoal. Investir na educação financeira das novas gerações é

investir em uma sociedade mais preparada para enfrentar os desafios econômicos do futuro, promovendo cidadãos mais conscientes, autônomos e financeiramente estáveis. A inclusão dessa disciplina nas escolas não deve ser vista como um gasto, mas sim como um investimento no bem-estar e na prosperidade das futuras gerações.

REFERÊNCIAS

Batista Costa, Yngrid. Educação Financeira: A relevância do conhecimento dos alunos do Ensino Médio em finanças pessoais no Brasil e nos Estados Unidos. / Yngrid Batista Costa. – João Pessoa, 2017.

BRASIL. Congresso. Decreto n.º 7.397, de 22 de dezembro de 2010. Institui a Estratégia Nacional de Educação Financeira - ENEF, dispõe sobre a sua gestão e dá outras providências. Diário Oficial da União. 23 dez. 2010.

BRASIL. Decreto n.º 10.393, de 9 de junho de 2020. Institui a nova Estratégia Nacional de Educação Financeira – ENEF e o Fórum Brasileiro de Educação Financeira - FBEF. Presidência da república Secretaria Geral. Diário Oficial da União, 10 jun. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, 2018.

DA SILVA, Bruno Araujo Bispo; MONTEIRO, Jamir Mendes. Educação financeira: um estudo sobre a sua importância na gestão pessoal. Research, Society and Development, v. 12, n. 6, p. e16212642125-e16212642125, 2023.

DE SOUZA, Charleston Sperandio; DE SÁ NICOLI, Alice Aparecida Teixeira; CASTRO, Leonardo Caus. Um estudo sobre a educação financeira nas escolas. Revista Multidisciplinar do Nordeste Mineiro, v. 2, n. 1, 2023.

DE SOUZA, Charleston Sperandio; DE SÁ NICOLI, Alice Aparecida Teixeira; CASTRO, Leonardo Caus. Um estudo sobre a educação financeira nas escolas. Revista Multidisciplinar do Nordeste Mineiro, v. 2, n. 1, 2023.

JORNAL HOJE, Conheça quais são as principais causas de inadimplência no Brasil. Jornal hoje, 12 de abril de 2023. Disponível em: ><https://g1.globo.com/jornal-hoje/noticia/2023/04/12/conheca-quais-sao-as-principais-causas-de-inadimplencia-no-brasil.ghtml><. Acesso em 21 de fevereiro de 2024.

KAISER, Tim; MENKHOFF, Lukas. Financial education in schools: A meta-analysis of

experimental studies. *Economics of Education Review*, v. 78, p. 101930, 2020.

KERN, Denise Teresinha Brandão. Uma reflexão sobre a importância de inclusão de Educação Financeira na escola pública. 2009. Dissertação (Mestrado) – Curso de Ensino de Ciências Exatas, Universidade do Vale do Taquari - Univates, Lajeado, 23 jun. 2009. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10737/87>.

LIMA, Isaias Pires de et al. EDUCAÇÃO FINANCEIRA NO BRASIL: as propostas para o ensino médio e seu impacto tanto na administração empresarial quanto na gestão financeira pessoal. 2023.

PRAVALER, Educação financeira: Qual a importância de saber sobre finanças? 13 de mar. 2024. Disponível em: <https://www.pravaler.com.br/blog/educacao-financeira/educacao-financeira-qual-a-importancia-de-saber-sobre-financas/>. Acesso em: 25 de abr. de 2024.

SILVA, GLEISSON BARROS DA. A EDUCAÇÃO FINANCEIRA COMO PARTE DA GRADE CURRICULAR DE ALUNOS DO ENSINO BÁSICO / GLEISSON BARROS DA SILVA. - 2022.

SOLDI, Dimas. Pesquisa revela endividamento recorde da chamada geração Z. Agência Brasil, São Paulo, 27 de outubro de 2019. Disponível em: > <https://agenciabrasil.ebc.com.br/tags/spc-brasil-0><. Acesso em 14 de fev. 2024.

SOUZA, Andréa Stambassi. Um curso de formação de professores em educação financeira escolar. Juiz de Fora, MG, 2015.

VILHALBA, Gabriely Marangon et al. Educação financeira no ensino médio: uma análise de impacto do currículo de referência do Mato Grosso do Sul sobre o conhecimento dos estudantes em Itaporã. 2023.

Qual a importância da educação financeira nas escolas? JORNADA EDU, 2023. Disponível em: <https://jornadaedu.com.br/praticas-pedagogicas/educacao-financeira-nas-escolas-o-que-e-e-como-fazer/>. Acesso em: 07 de novembro de 2024.

PROGRAMA DE INTERVENCIÓN INTEGRAL EN ADQUISICIÓN DE ESTRATEGIAS DE INNOVACIÓN Y DE MODELOS DE NEGOCIOS EN EMPRENDIMIENTOS FEMENINOS DE SUBSISTENCIA PERTENECIENTES AL PROGRAMA MUJERES JEFAS DE HOGAR.

Bastián Eduardo Vargas López - bastianvargas@unach.cl ORCID: <https://orcid.org/0009-0007-0518-7408>

Bastián Eduardo Vargas López es Ingeniero Comercial y Magíster en Gestión de Proyectos de Innovación Social por la Universidad Adventista de Chile. Actualmente se desempeña como Director de la Incubadora de Negocios INCUBA UNACH, donde lidera equipos y gestiona programas de emprendimiento e innovación. Posee más de cuatro años de experiencia en formulación, evaluación y ejecución de proyectos con fondos públicos y privados. Está certificado como Mentor de Negocios y en Dirección de Incubadoras por la Pontificia Universidad Católica de Chile y la Universidad de Salamanca. Su trabajo se centra en fortalecer ecosistemas de innovación, impulsar la inclusión financiera y promover el desarrollo sostenible en comunidades emprendedoras.

Mónica Carolina Acosta Zambrano - monicaacosta@unach.cl ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3091-1564>

Mónica Carolina Acosta Zambrano es Decana de la Facultad de Ingeniería y Negocios de la Universidad Adventista de Chile (UNACH), con amplia experiencia en gestión académica, innovación educativa y liderazgo institucional. Ha impulsado proyectos orientados a la transformación digital, la vinculación con el medio y la mejora continua de la calidad educativa, integrando enfoques de investigación aplicada, formación docente y desarrollo tecnológico. Su trabajo se centra en promover una educación superior más humana, innovadora y comprometida con el desarrollo sostenible, articulando la gestión universitaria con la formación integral de los estudiantes.

INTRODUÇÃO

El emprendimiento se erige como uno de los pilares fundamentales para el desarrollo económico de los países. En materias económicas, al hablar de emprender, según la Real Academia Española, se puede definir al acto de emprender como el acto de iniciar un negocio o alguna obra económica. Este concepto subraya la importancia del emprendimiento como un proceso que no solo genera nuevas oportunidades laborales y dinamiza la actividad económica, sino que también impulsa la innovación, fomentando la competitividad y el valor agregado en los nuevos modelos de negocios. (RAE, 2023). La atracción de inversión local y extranjera, incentivada por el emprendimiento, contribuye significativamente a la diversificación y dinamización de la matriz productiva, lo cual es vital para el desarrollo económico de un país (Ahmad y Seymour, 2008).

Así también el emprendimiento es parte fundamental para la autonomía de las personas en una sociedad, donde el trabajo dependiente carece de oferta y las remuneraciones no son las más adecuadas; aún más en un contexto donde la inflación ha sido un factor relevante para la economía de los países en los últimos años en América Latina. Según (De Somocurcio Bertocchi Fabrizio, 2024), por medio de una revisión en base a los factores que inciden en la inflación en América Latina y el Caribe, y EE.UU., hace mención que el alza sostenido en el nivel de precios de bienes y servicios se vio incrementado entre los años 2021 y 2023, por la interrupción en las cadenas de suministros que dejó como efecto la pandemia por Covid-19 y la reciente guerra que se encuentra en desarrollo a la fecha entre Rusia y Ucrania en el norte de Europa y parte de Asia. El autor menciona también que las diferencias económicas actualmente presentes en la población de los diferentes países de la región, pueden incrementar a causa de la inflación en países cuyas economías se encuentren en vías de desarrollo, lo cual se encuentre en pleno acuerdo con lo citado por Garcíamartin et. al (2020), en base a los modelos de consumo en cada uno de los diferentes países de la región.

De acuerdo a lo anterior, según el informe nacional en América Latina se destaca por su alta propensión al emprendimiento, más del 25% de la población adulta se autoidentifica como emprendedora, y aproximadamente el 66% de los ciudadanos conoce a alguien que emprende; es así como se revela que, aunque hubo un aumento del 11% en la actividad emprendedora en 2019 respecto a 2018, el 73% correspondía a emprendimientos nacientes, es decir, aquellos en etapas muy iniciales (GEM, 2021).

En Chile, el emprendimiento presenta cifras destacables. De acuerdo con la VII Encuesta de Microemprendimiento realizada por el Ministerio de Economía, Fomento y Turismo y el

Instituto Nacional de Estadística, en 2022 se registraron 1.977.426 personas emprendedoras, de las cuales el 41,7% correspondían a mujeres, totalizando 804.278 emprendedoras (MINECON, 2022). Este panorama refleja la creciente participación femenina en el ámbito empresarial, esto dado que las mujeres emprendedoras, a menudo impulsadas por la necesidad y la búsqueda de flexibilidad, enfrentan barreras significativas como el acceso limitado a financiamiento y redes comerciales, pero su participación puede promover la equidad de género y el crecimiento económico (Ellis, A., 2010).

El informe de Empresas en Chile del Ministerio de Economía (2017) muestra que el 49,1% de las empresas en el país son creadas por personas naturales, y el 62,1% de estas empresas son creadas por mujeres. Sin embargo, esta participación disminuye a medida que las empresas crecen. Esto destaca la necesidad de evaluar y mitigar las brechas que dificultan el crecimiento del emprendimiento femenino.

En respuesta a estos desafíos, Chile ha implementado programas como el Programa Mujeres Jefas de Hogar (PMJH), dirigido por el Servicio Nacional de Equidad de Género (SERNAMEG). Este programa busca fomentar la independencia económica de las mujeres jefas de hogar, brindándoles herramientas para generar y gestionar sus propios ingresos (MIDES, 2023). Según datos del Banco Mundial, las mujeres dedican un 10,8% más de tiempo al trabajo doméstico no remunerado en comparación con los hombres, lo que subraya la importancia de estos programas para equilibrar las responsabilidades laborales y domésticas (World Bank Group, 2022).

Por otro lado en cuanto a las motivaciones que impulsan a los individuos a emprender es crucial. En la región de Ñuble, el 33,5% de los emprendedores son mujeres, y de estas, el 58,4% inició sus actividades por necesidad, mientras que el 30% lo hizo por oportunidad (MINECON, 2022). La incertidumbre inherente al emprendimiento plantea desafíos significativos, pero también convierte esta actividad en una herramienta vital para la generación de ingresos autónomos, ya sea como fuente principal o complementaria de ingresos. Las motivaciones para emprender entre las mujeres suelen estar vinculadas a factores salariales. Según el INE (2020), un 57,4% de las mujeres emprenden por necesidad, frente al 40,1% de los hombres. Esta disparidad se refleja en las cifras de empleo vulnerable, donde el 23,4% de las mujeres y el 23,3% de los hombres están en empleos que no aseguran protección social y económica (World Bank Group, 2022).

En Chile, desde 2019 hasta la fecha, se ha observado una marcada disminución en la tasa de emprendimientos, según el Global Entrepreneurship Monitor (GEM) 2021. Este descenso se refleja en la percepción de capacidades, modelos de referencia y deseos de emprender de los chilenos. El informe nacional atribuye esta tendencia a factores externos, como el estallido social en 2019 y la pandemia de Covid-19 a partir de marzo de 2020, eventos que generaron un ambiente de incertidumbre para la iniciativa de nuevos negocios o el fortalecimiento de los existentes. Estos

factores también afectaron a la población que trabajaba a tiempo parcial, completo o de forma independiente. Las cifras del informe indican que el 70% de la población experimentó una disminución en sus ingresos familiares, y cerca del 60% de la población autoempleada cerró sus modelos de negocio. Estos datos subrayan la urgencia de fortalecer la cultura emprendedora en todas las áreas, desde la concepción de una idea de negocio.

Finalmente, según Instituto Nacional de Estadística (2020) al desglosar el apartado respecto a la motivación por emprender, podemos ver que la necesidad de obtener ingresos que satisfagan las necesidades básicas, vemos que este se ve representado entre el público masculino y femenino en un 31% y un 39,4% respectivamente, prevaleciendo las motivaciones en las mujeres. Sin embargo las motivaciones que justifican la necesidad de emprender en ambos sectores son: no lograr encontrar trabajo como asalariado en un 25,4% y el ser desvinculado de un trabajo como dependiente con un 19,1% en los hombres. Mientras tanto que en las mujeres que emprenden por necesidad se debe a factores como flexibilidad y compatibilidad del emprendimiento mismo con el trabajo de cuidado y actividades domésticas en el hogar, siendo esto representado por un 39,7% versus el 17,1% de los hombres que lo hace por estas razones. Este problema también resultó afectar a los Objetivos de Desarrollo Sostenible propuestos por la ONU para la agenda 2030, específicamente hablando de los objetivos 1, 4, 5 y 8; de los cuáles Chile no está ausente de la problemática social y cómo esto influye directamente en materias de desarrollo sostenible.

Objetivo General:

Evaluar la eficacia un programa de intervención integral en adquisición de estrategias de Innovación y de Modelos de Negocios en emprendimientos femeninos de subsistencia pertenecientes al Programa Mujeres Jefas de Hogar.

Objetivos Específicos:

- a. Realizar un diagnóstico de la situación actual respecto a las estrategias de innovación utilizadas por mujeres jefas de hogar que poseen emprendimientos de subsistencia, en sus respectivos modelos de negocios.
- b. Diseñar un programa de intervención que abarque capacitación, asesoría y herramientas prácticas para las mujeres jefas de hogar emprendedoras en Chillán Viejo.
- c. Implementar el programa de intervención por medio de los proyectos de Vinculación con el Medio de la carrera de Ingeniería Comercial, con un grupo representativo de mujeres emprendedoras de subsistencia del Programa Jefas de Hogar de Chillán Viejo.

METODOLOGÍA

1. Tipo de proyecto de intervención:

El proyecto de intervención tuvo un enfoque cuantitativo preexperimental de una sola muestra para fortalecer emprendimientos liderados por mujeres jefas de hogar en la comuna de Chillán Viejo, por medio de los proyectos de Vinculación con el Medio de la Facultad de Ingeniería y Negocios de la Universidad Adventista de Chile.

2. Caracterización de los participantes y lugar de intervención:

Caracterización de Participantes: Las beneficiarias del proyecto fueron 25 emprendedoras pertenecientes al 60% más vulnerable según el Registro Social de Hogares y que hayan sido parte del Programa Mujeres Jefas de Hogar de la comuna de Chillán Viejo, que hayan contado con un emprendimiento de subsistencia, que hayan participado de algún proyecto de VcM de la Facultad de Ingeniería y Negocios de la UNACH y que tengan responsabilidades familiares mayores o sean responsables de la salud de algún integrante de su familia en forma parcial o total.

Los criterios de exclusión fueron: Mujeres Jefas de Hogar de comunas ajenas a Chillán Viejo, beneficiarias que hayan participado de los programas PMJH y que hoy se encuentren empleadas a tiempo completo, ya sea contrato a plazo o indefinido., beneficiarias del PMJH de años anteriores al periodo 2022-2023.

3. Entorno:

La intervención se llevó a cabo en la comuna de Chillán Viejo y en espacios disponibles de la Universidad Adventista de Chile, donde se llevaron a cabo encuentros, reuniones, capacitaciones y otras jornadas o eventos del proyecto. De la misma forma se buscó desarrollar entrevistas de manera online con las beneficiarias, para los casos en que la reunión en forma presencial no sea posible.

4. Diagnóstico:

Para el diagnóstico del grupo objetivo, se utilizó la encuesta de caracterización de microemprendimientos aplicada a las usuarias correspondiente a la etapa previa al inicio del Programa Mujeres Jefas de Hogar de Chillán Viejo. Este instrumento es desarrollado por el Instituto Nacional de Estadísticas y el Ministerio de Economía, Fomento y Turismo (2023). Para efectos de este proyecto de intervención, se recurrió a la Séptima Encuesta de Microemprendimiento (EME 7), para caracterizar las personas microempreendedoras formales e informales del país.

5. Intervención:

La intervención se desarrolló en dos etapas principales, ambas diseñadas bajo la metodología de Aprendizaje y Servicio (APS). La primera etapa se llevó a cabo en el marco del proyecto de Vinculación con el Medio de la carrera de Ingeniería Comercial titulado “Innovando Emprendo”. En esta fase, se utilizó la metodología Design Thinking para diagnosticar el emprendimiento, identificando su modelo de negocios y descubriendo los problemas que afectan el alcance de los objetivos específicos. A partir de este diagnóstico, se definió el problema principal que requeriría una solución innovadora.

Una vez identificado el problema, se procedió a diseñar una idea de solución innovadora que busque responder a la necesidad específica de la emprendedora. Este proceso incluyó la creación de un prototipo, el cual fue probado en el contexto real del emprendimiento. Posteriormente, se evaluó la efectividad de la solución mediante una revisión sistemática de los resultados obtenidos. Los posibles desenlaces incluyeron la validación de la solución, evidenciando un cambio positivo en la conducta y los conocimientos de la emprendedora, o la necesidad de ajustes, ya sea por problemas en la implementación o en la definición inicial del problema.

La implementación de esta primera etapa se realizó a través de cuatro talleres teórico-prácticos basados en el modelo CANVAS, integrando paralelamente las etapas del Design Thinking. El primer taller abordó la propuesta de valor y el mapa de empatía del cliente. El segundo se enfocó en la segmentación de clientes, relación con los clientes y canales de distribución (sector derecho del CANVAS). El tercero cubrió a los asociados clave, actividades clave y recursos clave (sector izquierdo del CANVAS). Finalmente, el cuarto taller trató la estructura de costos, flujo de efectivo y herramientas digitales para marketing. Además, se contó con un acompañamiento semanal para reforzar los aprendizajes y guiar el avance de las emprendedoras.

La segunda etapa, desarrollada en el marco del proyecto de Vinculación con el Medio “Creando Emprendo”, se enfocó en la creación y gestión estratégica del emprendimiento, dando continuidad al trabajo realizado en la primera fase. Esta etapa consistió en cinco talleres. En la primera sesión, se enseñó a las emprendedoras a crear un video pitch, resaltando su importancia para acceder a fondos de inversión y otras oportunidades de financiamiento. En la segunda sesión, se revisó y ajustó los detalles del modelo CANVAS trabajado previamente, con el objetivo de garantizar un enfoque sólido y corregir posibles debilidades.

En la tercera sesión, se abordó el análisis de mercado y la segmentación del público objetivo, trabajando en estrategias de marketing y posicionamiento para fortalecer la competitividad del modelo de negocios. La cuarta sesión fue dedicada al estudio financiero, técnico y organizacional del emprendimiento, integrando herramientas de planificación presupuestaria y organizacional clave para

su viabilidad. Finalmente, en la quinta sesión se realizó un acompañamiento directo al emprendimiento, revisando los detalles pendientes y consolidando todo el trabajo en un plan de negocios. Este plan, junto con el video pitch, fue una herramienta clave para que las emprendedoras puedan postular a fondos de inversión públicos o privados.

Ambas etapas fueron diseñadas para fomentar el aprendizaje significativo y empoderar a las emprendedoras, entregándoles herramientas prácticas y estrategias innovadoras que aseguren la sostenibilidad y éxito de sus proyectos.

6. Post Intervención:

Una vez realizada la intervención en sus 2 etapas, se aplicó el retest por medio de un instrumento que permitió realizar la medición de impacto en el desarrollo de un programa de intervención integral de Innovación y Modelos de Negocios, para elevar el nivel de autonomía en emprendimientos femeninos; lo cual fue observado en el aumento de ventas, de la productividad, postulación y adjudicación a fondos de inversión. El instrumento considerado en esta fase correspondió a:

- Séptima Encuesta de Microemprendimiento (EME 7) desarrollado por el Instituto Nacional de Estadísticas y el Ministerio de Economía, Fomento y Turismo (2023), para caracterizar las personas microemprendedoras formales e informales del país.

7. Análisis de datos:

Para el análisis de los datos de la intervención se consideró el siguiente tipo de análisis:

- Cuantitativo: Por medio de la utilización de software JAMOVI, para evaluar medias de tendencia antes y después de la intervención, frecuencias, porcentajes, además de pruebas paramétricas o no paramétricas como T de Student y Wilcoxon respectivamente; además de análisis de correlaciones de Sperman o Pearson.

8. Consideraciones éticas:

La siguiente propuesta de intervención fue enviada al comité de ética de la Dirección de Investigación de la Universidad Adventista de Chile, para que esta pueda ser evaluada y aprobada para su correcta implementación.

RESULTADOS

De acuerdo a los datos sociodemográficos (tabla 1) la mayoría de las participantes presentaban una edad entre el intervalo de 47 a 57 años (37.5%). El grupo de mayores de 58 años es el menos frecuente, representando solo el 12.5% de la muestra. En cuanto al nivel educativo, la mayoría de los participantes ha completado la educación media (50.0%), mientras que el resto se distribuye equitativamente entre otros niveles, como educación básica completa (12.5%), técnico medio incompleto (12.5%), técnico superior completo (12.5%) y técnico superior incompleto (12.5%). Estos resultados sugieren que la muestra está compuesta predominantemente por adultos de mediana edad con un nivel educativo mayormente centrado en la educación media completa.

Tabla 1: Datos sociodemográficos de las mujeres participantes en la intervención integral en adquisición de estrategias de Innovación y de Modelos de Negocios en emprendimientos femeninos

Intervalo	Frecuencias	% del Total	% Acumulado
Edad			
De 47 a 57 años	3	37.5%	37.5%
De 25 a 35 años	2	25.0%	62.5%
De 36 a 46 años	2	25.0%	87.5%
Mayores de 58 años	1	12.5%	100.0%
Nivel educacional			
Educación Básica Completa	1	12.5%	12.5%
Educación Media Completa	4	50.0%	62.5%
Técnico Medio Incompleta	1	12.5%	75.0%
Técnico Superior Completa	1	12.5%	87.5%
Técnico Superior Incompleta	1	12.5%	100.0%

En la tabla 2 se puede evidenciar que al analizar la situación laboral de los participantes antes y después del inicio de su negocio o actividad por cuenta propia, la mayoría no trabajaba para un empleador en la etapa previa (87.5%), aunque esta proporción disminuyó al 75.0% después del inicio de su emprendimiento. En contraste, el porcentaje de quienes estaban empleados aumentó del 12.5% al 25.0%, aunque esta diferencia no resultó estadísticamente significativa ($p = 0.456$). En cuanto a la motivación principal para iniciar su propio negocio, la mayoría de los participantes (75.0%) mencionó la necesidad de obtener ingresos suficientes para cubrir sus necesidades básicas en la etapa previa. Asimismo, la proporción de personas que iniciaron su negocio debido a responsabilidades familiares con hijos aumentó del 12.5% al 37.5%. Factores como la expectativa de mayores ingresos y la

realización personal se mantuvieron constantes o tuvieron un incremento leve, pero sin diferencias estadísticamente significativas ($p = 0.814$). Estos resultados sugieren que la motivación económica sigue siendo predominante, aunque con un cambio en las prioridades, reflejando una mayor influencia de las responsabilidades familiares en la decisión de emprender.

Tabla 2: Información con respecto a las actividades propias de las mujeres participantes de la intervención

Actualmente se encuentra trabajando para un empleador	Pre (n)	% del Total	Pos (n)	% del Total	valor <i>p</i>
No	8	87,5	6	75.0%	0.456
si	1	25.0%	2	25.0%	
Motivación principal por la cual inició su actual negocio o actividad por cuenta propia					
Iniciar su propio negocio o actividad independiente	0	0	1	12,5	0.814
Expectativa de mayores ingresos respecto a su ocupación anterior	1	12,5	1	12,5	
Obtener ingresos suficientes para necesidades básicas	6	75	2	25	
Realización personal	0	0	1	12,5	
Responsabilidades familiares con hijos	1	12,5	3	37,5	

Al analiza la actividad económica de las emprendedores (tabla 3) se muestra que la distribución de los rubros productivos es homogénea para cada actividad, con una participación del 12.5% en cada categoría. Sin embargo, se observó un leve incremento en el sector de artesanías y corte y confección, que aumentaron del 12.5% al 25% en la etapa posterior a la intervención. En cuanto a la localización del negocio, la mayoría trabaja desde su vivienda, teniendo una instalación especial (50.0%) o con una estructura adaptada para la actividad (25.0%), sin variaciones significativas tras el periodo evaluado ($p = 1.00$). Respecto a la infraestructura utilizada, el 50.0% de los emprendedores cuenta con un local propio pagado, y el 12.5% labora en condiciones más precarias, como espacios ambulantes, arrendados o sin local fijo, sin cambios estadísticamente significativas entre las mediciones pre y post intervención. En términos de costos operativos, los principales egresos se asocian a la adquisición de mercadería, materias primas y materiales (37.5%), seguido de gastos combinados con servicios básicos (37.5%) y otros rubros complementarios como combustibles o mantenimiento de equipos (12.5%). La ausencia de diferencias significativas en la distribución de recursos y estructura de operación sugiere estabilidad en el modelo de negocio de los emprendedores durante el periodo analizado ($p > 0.05$).

Tabla 3: Analisis de la actividad económica de las emprendedoras participantes de la intervención integral

Actividad principal de su negocio o actividad por cuenta propia	n Pre	%	n Pos	%	p
Amigurumi a crochet	1	12.5%	1	12.5%	0,298
Artesanías	1	12.5%	2	25%	
Coctelería y pastelería seca	1	12.5%	1	12.5%	
Corte y confección	1	12.5%	2	25%	
Manicurista	1	12.5%	1	12.5%	
Masajes terapéuticos	1	12.5%	1	12.5%	
Preparación de desayunos	1	12.5%	1	12.5%	
Producción de hortalizas y plantas ornamentales	1	12.5%	1	12.5%	
Lugar donde se realiza su negocio					
Dentro de su vivienda con una instalación especial	2	25.0%	2	25.0%	1
Dentro de su vivienda sin una instalación especial	4	50.0%	4	50.0%	
En calle o espacio publico	1	12.5%	1	12.5%	
En casa o negocio del cliente (a domicilio)	1	12.5%	1	12.5%	
Local, instalaciones o el vehículo en las que trabaja					1
Ambulante	1	12.5%	1	12.5%	
Arrendado	1	12.5%	1	12.5%	
No tengo local	1	12.5%	1	12.5%	
Propio pagado	4	50.0%	4	50.0%	
Propio por pagar (dividendo)	1	12.5%	1	12.5%	1
Gastos en los últimos 12 meses					
Mercadería, materias primas, materiales e insumos	3	37.5%	3	37.5%	
Mercadería, materias primas, materiales e insumos, Servicios básicos (agua, luz, gas, telefonía e internet)	3	37.5%	3	37.5%	
Mercadería, materias primas, materiales e insumos, Servicios básicos (agua, luz, gas, telefonía e internet), Gasolina y diésel	1	12.5%	1	12.5%	
Mercadería, materias primas, materiales e insumos, Servicios básicos (agua, luz, gas, telefonía e internet), Otros gastos (en arriendo de maquinaria, reparaciones, mantención repuestos, herramientas menores, aceite y lubricantes)	1	12.5%	1	12.5%	

De acuerdo a la tabla 4 se observa que los ingresos de los emprendedores revela que un 62.5% de los encuestados recibe ingresos provenientes de fuentes externas como arriendos, jubilaciones o subsidios, sin cambios entre las mediciones pre y post intervención. En términos de gestión financiera,

la capacidad para diferenciar los gastos del negocio de los gastos personales aumento, pasando de un 25.0% a 50%, lo que sugiere la adquisición de herramientas en la administración contable. En cuanto a la formalización de actividades, inicialmente, el 100% de los emprendedores no había iniciado actividades ante el Servicio de Impuestos Internos (SII), aunque posteriormente un 12.5% lo hizo bajo la figura de empresa constituida como persona natural. La principal razón para no formalizar el negocio fue la percepción de que la actividad es demasiado pequeña o poco frecuente, aunque este porcentaje disminuyó del 100% al 75%, mientras que nuevas barreras, como problemas de salud, comenzaron a emerger (12.5%). Todos los emprendimientos se enmarcan dentro de la categoría de microempresas, con una dotación de entre 1 y 9 trabajadores. En relación con los ingresos anuales por ventas y servicios, se observa una alta variabilidad en los montos declarados, con algunos incrementos en ciertos segmentos, aunque sin diferencias estadísticamente significativas ($p > 0.05$). por lo tanto, estos resultados reflejan la persistencia de un alto grado de informalidad y dificultades en la gestión financiera de los negocios, factores que podrían influir en la sostenibilidad de los emprendimientos en el tiempo.

Tabla 4: Condición económica, fuentes de ingreso y estructura de la empresa de mujeres participantes de la intervención integral

Ingresos provenientes de otras fuentes: ¿arriendos, jubilación, pensión, subsidio u otros?	n Pre	%	n Pos	%	valor de p
No	3	37.5%	3	37.5%	0,102
Si	5	62.5%	5	62.5%	
A través de la contabilidad, ¿puede separar los gastos de su negocio o actividad por cuenta propia de los gastos de su hogar?					
No	4	50.0%	6	75%	0,317
Si	4	50.0%	2	25%	
¿Inició actividades en el Servicio de Impuestos Internos (SII)?					
No	8	100%	7	87.5%	0,157
Sí, como empresa constituida como persona natural	0	0	1	12.5%	
Principal razón por la que no ha iniciado actividades de su negocio o actividad por cuenta propia ante el Servicio de Impuestos Internos (SII)					

El negocio es demasiado pequeño o la actividad es poco frecuente	8	100%	6	75.0%	0,083
El negocio es demasiado pequeño y por problemas de salud	0	0	1	12.5%	
Si tengo iniciación de actividades	0	0	1	12.5%	
Cantidad					
Entre 1 y 9 trabajadores	8	100.0%	100.0%		
¿Promedio de ingresos anuales por ventas y servicios?	n Pre	% del Total	n Pos	%	
1.000.000	1	12,5%	2	25%	0,453
10000000	1	12,5%	1	12,5%	
156000	1	12,5%	1	12,5%	
4.000.000	2	12,5%	2	25%	
400.000	1	12,5%	1	12,5%	
600000	1	12,5%	1	12,5%	
800	1	12,5%	0	0	

Con respecto a actividades propias de la efectividad de la intervención en la tabla 5 se observa un avance significativo en el conocimiento y acceso de los emprendedores a los servicios y beneficios ofrecidos por diversas instituciones de apoyo. Antes de la intervención, ninguno de los participantes tenía conocimiento sobre programas de entidades como FOSIS, SENCE, SERCOTEC, CORFO o PRODEMU. Sin embargo, después del proceso, el 12.5% de los encuestados declaró conocer al menos una de estas instituciones y sus beneficios, lo que sugiere una mayor difusión de la información sobre apoyo al emprendimiento ($p = 0.008$). En cuanto a la capacitación, se observa una mejora notable. Inicialmente, el 100% de los emprendedores no había recibido ningún tipo de formación. Tras la intervención, un 12.5% participó en cursos relacionados con la formulación de proyectos, corte y confección, manicura, depilación y masajes, entre otros. Este cambio indica que los emprendedores han comenzado a acceder a herramientas que pueden fortalecer sus habilidades y mejorar la sostenibilidad de sus negocios ($p = 0.039$). Es así como estos resultados reflejan una evolución positiva en la búsqueda de oportunidades de capacitación y en la identificación de instituciones de apoyo, factores clave para el crecimiento y formalización de los emprendimientos.

Tabla 5: Conocimiento de capacitaciones ofrecidas a un grupo de emprendedoras en Chillan.

Conocimiento de los servicios o beneficios ofrecidos por alguna de las siguientes instituciones	n Pre	%	n Pos	%	valor de p

Fosis	0	0	1	12.5%	0,008
Fosis, Prodemu(Fundación de Promoción y Desarrollo de la Mujer)	0	0	1	12.5%	
Fosis, Sence, Prodemu(Fundación de Promoción y Desarrollo de la Mujer)	0	0	1	12.5%	
Fosis, Sercotec	0	0	1	12.5%	
Fosis, Sercotec, Corfo/ Innova Chile, Indap, Sence, Prodemu(Fundación de Promoción y Desarrollo de la Mujer)	0	0	1	12.5%	
Fosis, Sercotec, Corfo/ Innova Chile, Sence, Prodemu(Fundación de Promoción y Desarrollo de la Mujer)	0	0	1	12.5%	
Sence, Prodemu(Fundación de Promoción y Desarrollo de la Mujer)	0	0	1	12.5%	
Sercotec, Sence, PMJH	0	0	1	12.5%	
Capacitación					
No ha recibido	8	100%	1	12.5%	0,039
Capacitaciones dictadas por unach	0	0	1	12.5%	
Capacitación en la formulación de proyectos	0	0	1	12.5%	
Curso corte y confección	0	0	1	12.5%	
Emprende	0	0	1	12.5%	
Formulación de proyecto	0	0	1	12.5%	
Formulación de proyectos	0	0	1	12.5%	
Manicura	0	0	1	12.5%	
Manicure, depilación, masajes.	0	0	1	12.5%	

Discusión

En este estudio la mayoría de las participantes presentan una edad mediana y una educación media completa, este resultado es diferente al presentado en una estudio en México por Flores y su grupo (2024) donde la mayoría de los emprendedores eran adultos mayores con un nivel educativo, esto posiblemente se destaca en que la propensión a emprender es alta en personas con una educación básica o media debido a que tiene menos oportunidades de empleo que la población que ha accedido a educación superior. Sin embargo, en un estudio realizado en Chile se contrasta que la mayoría de los Jóvenes del sexo femenino emprendedoras pertenecen a grupos universitarios, permitiendo adquirir recursos para sus estudios o gastos diarios (Quintana y Riquelme, 2025).

En este estudio se evidencio que la principal motivación para emprender fue la necesidad de obtener ingresos suficientes para necesidades básicas, sin embargo, la mayoría de las usurarias comentaban que consideraban su negocio demasiado pequeño y algunos problemas de salud influyen en su crecimiento y expansión, En un estudio del 2025 se identificaron oportunidades y desafíos que enfrentan los emprendedores, así como las desigualdades y particularidades que afectan su éxito, se destaca que factores como el género, el estado civil y la edad influyen en la disposición y capacidad de emprender, mientras que la educación y la formación son herramientas clave para potenciar habilidades empresariales; asimismo, se encontró que la ubicación geográfica determina el acceso a recursos y mercados, lo que incide directamente en la sostenibilidad del negocio (Limonos *et al.*, 2025)

En este estudio las participantes destacaron la importancia y utilidad de la intervención en la organización y desarrollo de su negocio; en un estudio del 2025 se evidenció la creación de un emprendimiento y su éxito requiere condiciones como acceso al financiamiento, capacitación adecuada y un entorno regulatorio favorable; por los tanto las intervenciones integrales permiten evitar la quiebra ante la falta de gestiona financiera, permitiendo la fluidez y planificación de la empresa (Espín *et al.*, 2022). El 50% de los emprendimientos sobreviven los primeros cinco años debido a la falta de organización y fluidez financiera (OECD, 2022). En Ecuador solo el 30% de los nuevos negocios sobreviven no mas de tres años pero al tener acceso a información precisa y actualizada en áreas como finanzas, contabilidad o administración ayuda a los emprendedores prepararse ante el mercado financiero y enfrentarse con mayores herramientas ante su competencia (Macedonio *et al.*, 2025).

Las intervenciones integrales para emprendedores juegan un papel fundamental en la promoción del desarrollo comunitario y la sostenibilidad de los negocios, especialmente en sectores con alto impacto social y económico, en el El proyecto titulado "Diseño de una estrategia psicosocial basada en talleres experienciales para la promoción de la autogestión comunitaria en emprendedores de turismo de naturaleza del municipio de Lejanías (Colombia)" evidencia la importancia de estrategias que no solo aborden aspectos económicos y técnicos, sino que también consideren el desarrollo de habilidades psicosociales como el liderazgo, la autogestión y la toma de decisiones; evidenciando que los programas de intervención que aborden de manera integral las barreras y oportunidades de los emprendedores permiten la autogestión comunitaria resaltando la importancia de la colaboración y el trabajo en red para el desarrollo económico local, alineándose con enfoques de economía social impactando en la calidad de vida de los emprendedores, promoviendo el empleo (Mendieta, 2025).

Si bien los hallazgos de este estudio aportan información valiosa sobre la importancia de las intervenciones integrales para emprendedores, una de las principales limitaciones fue la baja participación de las emprendedoras, lo que podría haber influido en la representatividad de los resultados y en la posibilidad de identificar cambios significativos en los efectos de la intervención.

Por ello, se recomienda que futuros estudios aborden esta limitante mediante estrategias que incentiven una mayor participación de emprendedoras, un ejemplo el uso de plataformas digitales para el seguimiento y acompañamiento, y la articulación con redes de apoyo comunitarias que faciliten su integración.

CONCLUSIÓN

Se concluye que un programa de intervención integral permite la adquisición de conocimiento con respecto a instituciones que apoyan, acceso a capacitaciones o talleres, formalización de inicio de actividades económicas sin embargo persiste el desafío con la gestión financiera y sostenibilidad de los negocios a futuro. Aunque se evidenció mejoras en recursos y formación, existió una baja participación de las emprendedoras siendo un limitante en la representatividad de los resultados, con respecto al impacto el programa se logró fomentar la apropiación de herramientas de gestión e innovación, pero no se evidenciaron cambios significativos, es así como de deben fortalecer a futuro estrategias de acompañamiento post intervención. Por lo tanto, se recomienda que futuras intervenciones consideren mecanismos de seguimiento más prolongados, metodologías más flexibles que se adapten a las realidades de las emprendedoras, y estrategias que fomenten una mayor participación.

REFERÊNCIAS

Ahmad, N., & Seymour, R. G. (2008). Defining entrepreneurial activity. En *OECD Statistics Working Papers*. <https://doi.org/10.1787/243164686763>

De Análisis, D. (s. f.). *ENFOQUE DE GÉNERO Y MICROEMPREDIMIENTO*. Gob.cl. Recuperado 24 de agosto de 2023, de https://www.ine.gob.cl/docs/default-source/microemprendimiento/publicaciones-y-anuarios/documentos/enfoque-genero-microemprendimiento-vi-eme-2019.pdf?sfvrsn=3561f40f_4

De Empresas, C. E. L. (s. f.). *Informe de resultados: Empresas en Chile*. Gob.cl. Recuperado 24 de agosto de 2023, de <https://www.economia.gob.cl/wp-content/uploads/2017/03/Bolet%C3%ADn-empresas-en-Chile-ELE4.pdf>

De Somocurcio Bertocchi Fabrizzio, R. (2024, 1 febrero). *Disertación sobre la inflación reciente en Estados Unidos y América Latina*. <https://repositorio.up.edu.pe/handle/11354/4314>

El estado del emprendimiento femenino en Chile. (s. f.). E-certchile.cl. Recuperado 24 de agosto de 2023, de <https://www.e-certchile.cl/noticias/el-estado-del-emprendimiento-femenino-en-chile>

Ellis, A. N., Orlando, M. B., Boudet, A. M. M., Piras, C., Reimao, M., Cutura, J., Frickenstein, J., Perez, A., & De Castro, O. (2010). Women's Economic Opportunities in the Formal Private Sector in Latin America and the Caribbean: A Focus on Entrepreneurship. En *Inter-American Development Bank eBooks*. <https://doi.org/10.18235/0012305>

Flores, M. T., Saavedra-Leyva, R. E., & Flores, D. C. (2025). Diversidad del perfil emprendedor en Puebla, México: un enfoque probabilístico. *Problemas del Desarrollo. Revista Latinoamericana de Economía*, 56(220), 153-181.

Garcimartín, C., Astudillo, J., & Martínez, A. (Febrero de 2021). Inflation and income distribution in Central America, Mexico, Panama, and the Dominican Republic. *Review of Development Economics*, 25(1), 315-339.

Gender Data Portal. (s. f.). World Bank Gender Data Portal. Recuperado 24 de agosto de 2023, de <https://genderdata.worldbank.org/countries/chile/>

Lanzamiento GEM Chile 2021: 79% de los chilenos considera el emprendimiento como una carrera profesional deseable. (2022, agosto 3). Global Entrepreneurship Monitor Chile. <https://negocios.udd.cl/gemchile/2022/08/03/lanzamiento-gem-chile-2021-79-de-los-chilenos-considera-el-emprendimiento-como-una-carrera-profesional-deseable/>

Limones Sánchez, K. A., Muñoz Ochoa, E. A., Pérez Parra, N. G., Tomás Yela Burgos, R., & Rivera Velasco, J. L. (2025). El Emprendimiento y su Contribución en el Desarrollo Local de Quevedo. *Revista Veritas De Difusão Científica*, 6(1), 616–643. <https://doi.org/10.61616/rvdc.v6i1.424>

Macedonio Toledo, N., Lomelí Gutiérrez, R., & Hernández Ríos, G. (2025). Mujeres y trabajo. Un caso de vida laboral y familiar en Minatitlán, Veracruz. *Políticas Sociales Sectoriales*, 3(1), 52 – 72. Recuperado a partir de <https://politicassociales.uanl.mx/index.php/pss/article/view/129>

Mendieta, Y. E. (2025). Diseño de una estrategia psicosocial basada en talleres experienciales para la promoción de la autogestión comunitaria en emprendedores de turismo de naturaleza del municipio

de Lejanías (Colombia). [Proyecto aplicado]. Repositorio Institucional UNAD. <https://repository.unad.edu.co/handle/10596/66522>

Perez, A. (2019, agosto 2). *Estudio revela que un 73% de las mujeres en Chile se hace cargo de su familia*. Noticias de la Universidad de Playa Ancha. <https://www.upla.cl/noticias/2019/08/02/estudio-revela-que-un-73-de-las-mujeres-en-chile-se-hace-cargo-de-su-familia/>

Proportion of time spent on unpaid domestic and care work (% of 24 hour day). (s. f.). World Bank Gender Data Portal. Recuperado 24 de agosto de 2023, de https://genderdata.worldbank.org/indicators/sg-tim-uwrk/?view=trend&geos=WLD_CHL.

(S. f.). Gob.cl. Recuperado 24 de agosto de 2023, de <https://www.desarrollosocialyfamilia.gob.cl/btca/txtcompleto/midesocial/cta.pub-mds-2012mensaje.pdf>

Quintano-Méndez, F., Riquelme-Segura, L., Morales-Pizarro, J., Balmaceda-Gallardo, I., & Manríquez-Bravo, G. (2025). Perfil emprendedor en estudiantes de educación superior chilenos. *Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud*, 23(1), 1-24.

Servicio Nacional de la Mujer y la Equidad de Género. (s. f.). *Programa Mujeres Jefas de Hogar*. Gob.cl. Recuperado 24 de agosto de 2023, de <https://www.chileatiende.gob.cl/fichas/12885-programa-mujeres-jefas-de-hogar>

Tomás Serey, M. G. (s. f.). *REPORTE NACIONAL DE CHILE 2020*. Dsc.cloud. Recuperado 24 de agosto de 2023, de <https://dsc.cloud/f46b2e/gem-nacional-2020-final-1628890051-Ej5eyOsOKHm0GONbWvyesTl8NCtSwE3VsJZRgq8oQ94RtPEiAOmDqJzCYhxLBjWkrWZ270TPe4iW6oexAzgO2cIZ0GWto2q5qKkT.pdf>

Zamora-Boza, C. S. (s. f.). *La importancia del emprendimiento en la economía: el caso de Ecuador*. *Importance of Entrepreneurship to the Economy: The Case of Ecuador*. Revistaespacios.com. Recuperado 24 de agosto de 2023, de <https://w.revistaespacios.com/a18v39n07/a18v39n07p15.pdf>

SOLUÇÕES EM TECNOLOGIA ASSISTIVA BASEADAS EM UMA PESQUISA QUALITATIVA EM ACESSIBILIDADE INFORMACIONAL PARA AS BIBLIOTECAS.

Simone Tod Dechandt - simone.dechandt@ufpr.br ORCID: <http://orcid.org/0009-0003-24480168>

Mestre em Engenharia de Materiais e Manufatura (PG-Mec/Universidade Federal do Paraná)Mestrado em Engenharia Mecânica com ênfase em Engenharia de Materiais e Manufatura, graduação em Engenharia Química, especialização em Administração Industrial -CEPPAD, ambos pela Universidade Federal do Paraná. As atividades profissionais de engenharia envolveram processos de fabricação de peças em materiais poliméricos por injeção para a indústria automotiva, pintura eletrostática, extrusão e termoformagem em PET. Durante o mestrado trabalhei na caracterização de filmes de DLC- diamond like carbon(revestimento de carbono amorfo), propriedades mecânicas e tribológicas desse filme para revestimento de biomateriais para endopróteses. Atualmente exerço minhas atividades profissionais administrativo financeiras na Universidade Federal do Paraná, onde também faço parte da Comissão de Acessibilidade, auxiliando nos projetos de implantação e estruturação dos Laboratórios de Tecnologia Assistiva nas bibliotecas onde a Acessibilidade Informacional necessita ser implantada para atender a comunidade acadêmica.

Resumo: O presente trabalho apresenta uma pesquisa descritiva de abordagem qualitativa, aprimorada com os conceitos dos fluxos de informação, com o objetivo de elaborar nas bibliotecas de institutos e universidades federais brasileiras, as ações relacionadas a área de Tecnologia Assistiva que estão sendo realizadas, com uma abordagem direcionada às pessoas com deficiências visuais para satisfazer as suas necessidades informacionais. Os fluxos de informação permitem o estabelecimento das etapas de obtenção, tratamento, armazenamento, distribuição, disseminação e uso da informação no contexto organizacional. A participação crescente das pessoas com deficiências visuais nos diversos ambientes e com destaque ao acesso ao ensino superior tem impactado as formas de atendimento, produtos e serviços oferecidos pelas bibliotecas universitárias. As bibliotecas universitárias precisam auxiliar esses estudantes de forma a tornar acessível a informação desejada, independente do suporte no qual esteja armazenado. Para as pessoas com deficiências visuais, os recursos de Tecnologia Assistiva tornam-se alternativas para acessarem a informação, que se encontra registrada em livros, periódicos entre outros suportes documentais.

O objeto de estudo recai, primordialmente, sobre os recursos de Tecnologia Assistiva nas bibliotecas universitárias federais brasileiras para as pessoas com deficiências visuais. A metodologia utilizada foi a pesquisa bibliográfica e documental, que inclui os sites e os documentos publicados pelas bibliotecas de institutos e universidades federais e as publicações de bases de dados e anais de eventos na área de Biblioteconomia e Ciência da Informação, que abordam estudos de casos sobre o uso de recursos de Tecnologia Assistiva nas bibliotecas universitárias e as legislações federais brasileiras inclusivas. Compreende-se a necessidade de conscientização das instituições públicas sobre a acessibilidade, o que inclui as bibliotecas universitárias, para que haja o cumprimento das legislações inclusivas, a implantação de recursos de Tecnologia Assistiva e a sensibilização e empatia das pessoas e de profissionais, como o bibliotecário, para a construção de uma sociedade inclusiva.

Palavras Chave: Tecnologias assistivas. Bibliotecas universitárias. Pessoas com deficiências visuais. Acessibilidade. Inclusão social. Fluxos de Informação.

Abstract: The present work presents descriptive research with a qualitative approach, improved with the concepts of information flows, with the objective of elaborating in the libraries of Brazilian federal institutes and universities, the actions related to the Assistive Technology area that are being carried out, with an approach directed to people with visual impairments to satisfy their informational needs. Information flows allow the establishment of the stages of obtaining, processing, storing, distributing, disseminating and using information in the organizational context. The increasing participation of people with visual impairments in different environments and with emphasis on access to higher education has impacted the forms of care, products and services offered by university libraries. University libraries need to assist these students in order to make the desired information accessible, regardless of the medium on which it is stored. For people with visual impairments, Assistive Technology resources become alternatives to access information, which is registered in books, periodicals and other documentary supports. The object of study falls primarily on Assistive Technology resources in Brazilian federal university libraries for people with visual impairments. The methodology used was bibliographic and documentary research, which includes the websites and documents published by the libraries of federal institutes and universities and the publication of databases and annals of events in the area of Library Science and Information Science, which address studies of cases on the use of Assistive Technology resources in university libraries and inclusive Brazilian federal legislation. The need to raise public institutions awareness of accessibility is understood, which includes university libraries, so that inclusive legislation is complied with, the implantation of Assistive Technology resources and the awareness and empathy of people and professionals, such as the librarian, to build an inclusive society.

Keywords: Assistive Technologies. University library. People with impairments visuals. Accessibility. Social inclusion. Information Flows.

INTRODUÇÃO

Houve muitas transformações que aconteceram nas áreas do conhecimento, como Ciências da Saúde e Engenharias, principalmente e decorrentes do uso das tecnologias da informação e comunicação (TIC's), propiciando mudanças benéficas na realização de procedimentos, condutas, ensino, treinamentos e comportamentos.

A educação à distância (EaD), a telessaúde e os aplicativos móveis destinados as mais diversas finalidades são alguns dos exemplos das TIC's, que se tornaram cada vez mais próximas da população. As TIC's foram incorporadas nas práticas biblioteconômicas ao longo dos anos de várias formas, tais como: a implantação de sistemas gerenciadores do acervo da biblioteca; a cooperação entre bibliotecas na catalogação de materiais; Whatsapp, ou o e-mail como canal de comunicação do serviço de referência, entre outros. As pessoas demandam informação, de forma a suprir as suas necessidades diárias seja nos aspectos pessoais, profissionais, acadêmicos, dentre outras finalidades. A disseminação das TIC's contribuiu para que o indivíduo atingisse facilidade em adquirir certo nível de autonomia e independência em relação à busca e ao uso da informação. Entretanto, ainda é notória a existência de fatores determinantes, que dificultam o acesso à informação para os sujeitos que possuem algum tipo de deficiência.

Para as pessoas com deficiências visuais, a superação das barreiras físicas e de busca pela informação torna-se um desafio constante, uma vez que a maioria dos recursos informacionais disponíveis ainda não possuem a acessibilidade adequada. Durante muitas décadas ou até mesmo séculos, as fontes de informação eram produzidas e direcionadas para atender um público considerado “normal”, ou seja, que não apresentasse ausência de membros do seu corpo ou que possuísse dificuldades em se locomover, ouvir, falar, enxergar ou pensar. As pessoas com deficiências visuais tinham poucas oportunidades em ler, assimilar e interpretar as informações que se encontravam registradas em livros, periódicos e entre outras formas de registros de informação, uma vez que eram materiais que não apresentavam alternativas de comunicação adequada, que pudessem atender as necessidades desses indivíduos. Na tentativa de modificar esse contexto, várias intervenções têm sido realizadas nos últimos anos, seja por meio de promulgação de legislações cada vez mais inclusivas, como a lei 13.146/2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, que se configura como o Estatuto da Pessoa com Deficiência e pela inserção de produtos, serviços, equipamentos ou metodologias da área da Tecnologia Assistiva (TA).

As práticas realizadas por alguns serviços e condutas, antes consolidadas, puderam ser repensadas com o surgimento de produtos, dispositivos, metodologias e outros instrumentos na área da TA, que agora possibilitam atender um público maior, diverso e com características distintas. Dessa forma, elas se tornaram alternativas para que, ambientes como o das bibliotecas universitárias pudessem oferecer e disponibilizar um acesso inclusivo do seu acervo, produtos e serviços, como também garantir o exercício de direitos e cidadania da pessoa com deficiência visual, além de colaborar para a construção de uma sociedade mais justa e equânime.

A TA, por meio dos seus produtos, serviços ou equipamentos pode criar alternativas para viabilizar a acessibilidade em bibliotecas universitárias promovendo assim, atingir um patamar tão discutido que ainda se configura como um desafio a ser alcançado: a inclusão social da pessoa com deficiência visual. A inclusão social das pessoas com deficiências visuais nos ambientes de trabalho, educação, entretenimento e cultura tem avançado nos últimos anos, em virtude de diversas legislações destinadas a esse fim, no qual destaca-se a mais recente, a Lei Brasileira da Inclusão da Pessoa com Deficiência (13.146/2015). No entanto, muitas vezes essa lei não é cumprida, principalmente quando a questão é acessibilidade, o que pode interferir prejudicialmente em ações cotidianas, como a utilização de um transporte público, frequentar um restaurante, assistir as aulas no ensino superior, entre outras atividades (VIEIRA, 2014).

A acessibilidade deve ser discutida ainda na fase inicial do planejamento dos espaços públicos e privados, na construção de imóveis, uma vez que o indivíduo pode passar por situações que resultem em uma deficiência física temporária ou definitiva. Para que haja uma mobilidade satisfatória nesses espaços é preciso pensar no seu entorno, ou seja, como as pessoas irão se deslocar para esses ambientes. Logo, a instalação de dispositivos para facilitar a mobilidade, como rampas e pisos podotáteis, contribuem para uma melhor locomoção das pessoas com deficiências visuais, nesses espaços. Em busca de uma melhor conscientização do uso do espaço das bibliotecas universitárias para as pessoas com deficiências visuais, é preciso refletir se esse ambiente está preparado o suficiente para atender esses indivíduos, se as suas instalações, os produtos e serviços existentes estão adequados para satisfazer as necessidades desse público. Promover a acessibilidade informacional para as pessoas com deficiências visuais torna-se um desafio para as bibliotecas universitárias, pois precisam garantir ao usuário esse direito e desenvolver as ações necessárias para que esse ambiente seja inclusivo.

2. Objetivo Geral

O principal objetivo deste estudo é buscar informações para estabelecer e evidenciar quais ações relacionadas à área de Tecnologia Assistiva, as bibliotecas de institutos e universidades federais brasileiras têm desenvolvido para satisfazer as necessidades de acessibilidade informacional das pessoas com deficiências visuais. A implantação de soluções em Tecnologia Assistiva seria o foco da investigação, trazendo soluções tecnológica acessíveis.

As bibliotecas universitárias são espaços, que por meio da sua organização, preservação, acesso ao acervo e dos serviços oferecidos, colaboram com as atividades de ensino, pesquisa e extensão realizados pelas universidades. Elas ainda são essenciais no processo de ensino e aprendizagem, já que a informação é considerada um elemento fundamental para a construção do conhecimento. Para que possam cumprir devidamente o seu papel, os bibliotecários devem realizar ações para garantir a acessibilidade à informação para toda sua comunidade, inclusive para aqueles indivíduos que possuem algum tipo de deficiência, de forma a assegurar a inclusão, o desenvolvimento social integral respeitando as características peculiares de cada um deles (PINHO NETO, 2014). O Brasil, segundo o Censo 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) possui mais de 45 milhões de pessoas que apresentam algum tipo de deficiência. Essa significativa parcela da população brasileira (22,85%), muitas vezes se encontra desamparada e excluída nos aspectos sociais, tecnológicos e informacionais. Na esfera educacional, de acordo com os dados obtidos do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) (2019), mais de 45 mil estudantes do ensino superior possuem algum tipo de deficiência, dos quais mais de 2 mil alunos possuem cegueira e aproximadamente 14 mil apresentam baixa visão. Dessa forma é necessário pensar e refletir, se as bibliotecas das instituições de ensino superior estão preparadas para receber e atender as demandas informacionais desse público que possui necessidades específicas.

No mundo multissensorial em que vivemos, o sentido da visão ainda é sobrevalorizado pela grande maioria das pessoas. Perdê-la costuma ser uma tragédia pessoal e social. Afinal, o simples ato de abrir os olhos informa a quem enxerga, o que existe e acontece naquele momento específico, diante de si. A visão tem um caráter sintético que os demais sentidos complementam. Daí a imensa desvantagem para quem não a possui total ou parcialmente (INSTITUTO BENJAMIN CONSTANT, 2020, online).

Pensando na valorização da sociedade referente a visão e a sua ausência entendida como um determinante prejudicial para a execução de atividades no decorrer da vida, a perspectiva de superação de barreiras do indivíduo cego ou com baixa visão no ambiente universitário torna-se o fator motivacional para o desenvolvimento dessa pesquisa. Além disso, as experiências pessoais e profissionais vivenciadas, onde colaboradores e alunos que possuíam algum tipo de deficiência visual despertaram o interesse para aprofundar sobre essa temática.

É necessário refletir e investigar sobre os possíveis desafios que a pessoa com deficiência visual pode enfrentar para suprir as suas necessidades informacionais, em espaços como o da biblioteca universitária. Ainda que seja uma dificuldade, que requer adaptação não é impeditivo para que a pessoa com deficiência visual realize diversas tarefas no âmbito do trabalho, estudo, lazer para se conviver em sociedade. A informação é necessidade básica para qualquer indivíduo independente do contexto. No entanto, com a presença das TIC's, a informação atingiu um novo patamar, ao alcançar simultaneamente pessoas que se encontram geograficamente distantes tornando-se um importante insumo para tomada de decisão. Capurro e Hjørland (2007) relatam que a informação é condição essencial para o desenvolvimento econômico incluindo o capital, o trabalho, a matéria prima, mas é a natureza digital que transforma a informação especialmente significativa na atualidade.

A biblioteca universitária precisa se atentar e verificar se cumpre com os padrões de acessibilidade, desde o ponto de vista arquitetônico (seguindo as orientações da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT) até o informacional (uso de recursos que possibilitam mediar a informação registrada em qualquer suporte), pois é um espaço que precisa oferecer condições em disponibilizar produtos e serviços a todo tipo de pessoa, que apresente ou não alguma deficiência. O ambiente tem que ser inclusivo, além de possuir a responsabilidade em atender com satisfação e corresponder com as expectativas e necessidades do seu público real e potencial.

A Ciência da Informação (CI), se encontra cada vez mais em diálogo com a área da TA, a fim de viabilizar a acessibilidade informacional para as pessoas com deficiências visuais. A compilação de ferramentas, condutas ou metodologias existentes no campo da TA permite o desenvolvimento de autonomia das pessoas com deficiências visuais para a execução de suas atividades na esfera educacional, em ambientes como o das bibliotecas universitárias. Nessa perspectiva, a Ciência da Informação em consonância com a TA contribui com a democratização do acesso à informação e a inclusão social. Conforme corrobora Borko (1968, p. 1), a CI investiga as propriedades e o comportamento informacional, as forças que governam os fluxos de informação, e os significados do processo da informação, visando à acessibilidade e a usabilidade. A CI tem como elemento essencial e relevante, a informação, responsável em contribuir para a tomada de decisão, construção de reflexões e produção do conhecimento, no qual precisa estar disponível a todos os indivíduos.

Compilar, organizar, disponibilizar, disseminar a informação são ações fundamentais para torná-la acessível a todos os grupos sociais, como no caso das pessoas com deficiências visuais. Utilizar os conhecimentos gerando fluxos de informação, viabilizariam e tornariam acessíveis os projetos na área de acessibilidade informacional. Nesse sentido, a CI além de dialogar com a TA em busca de uma sociedade mais inclusiva, deve assumir o seu compromisso de responsabilidade social e colocá-lo em prática com o auxílio do bibliotecário. Cabe a este profissional desempenhar o seu papel social em contribuir na acessibilidade informacional para as pessoas com deficiências visuais, que muitas vezes necessitam de recursos informacionais adaptados. A CI teve e tem um importante papel a desempenhar por sua forte dimensão social e humana, que ultrapassa a tecnologia (SARACEVIC, 1996, p. 42).

A cada ano, conforme análise das Sinopses Estatística da Educação Superior, nos últimos três anos (INEP, 2019, 2018, 2017) as instituições de ensino superior e por consequência, as bibliotecas universitárias, receberam mais estudantes que apresentaram algum tipo de deficiência visual. A criação do Programa Diversidade na Universidade, por meio da lei nº 10.558/2002 incentivou algumas universidades a destinarem em seu sistema de cotas, 10% das vagas para as pessoas com deficiência na sua forma de ingresso, o que inclui também, as pessoas com deficiências visuais. Assim, esses indivíduos necessitam de intervenções condizentes para o uso dos recursos informacionais, de forma a auxiliar na construção do seu aprendizado, colaborar com a sua autonomia, independência e inclusão social.

A Universidade Federal do Paraná (UFPR) ao aderir ao sistema de cotas para pessoas com deficiência contribuiu na democratização do acesso ao ensino e reafirma o seu compromisso de equidade de direitos e no desenvolvimento de uma sociedade mais justa e inclusiva.

Esse artigo tem como relevância salientar o posicionamento institucional da biblioteca universitária junto com a sua comunidade, em especial, para as pessoas com deficiências visuais, ao viabilizar a produção de conhecimentos para que os recursos de TA existentes possam ser cada vez mais disseminados e contribuir com a acessibilidade informacional para esse público no ambiente universitário. Dessa forma, esse espaço tornar-se-á cada vez mais inclusivo e propiciará uma sensibilização do profissional bibliotecário quanto agente protagonista na gestão, atendimento de uma biblioteca universitária tornando-a democrática, justa e obedecendo a legislação vigente.

2.1 Objetivos Específicos

Existe a necessidade de averiguar nas bibliotecas de institutos e universidades federais brasileiras, quais as ações relacionadas a área de Tecnologia Assistiva estão sendo realizadas para satisfazer as necessidades de acessibilidade informacional das pessoas com deficiências visuais. Para isso algumas tomadas de ação e verificação são necessárias:

- a) Verificar se as bibliotecas universitárias federais brasileiras fazem uso de recursos de Tecnologia Assistiva;
- b) Identificar como são utilizados os recursos para inclusão das pessoas com deficiências visuais pelas bibliotecas universitárias federais brasileiras, que adotam a Tecnologia Assistiva;
- c) Avaliar quais são os desafios que os estudos publicados em bases de dados e anais de eventos, os sites e os documentos publicados das bibliotecas estudadas atribuem às bibliotecas universitárias federais brasileiras para realizar a acessibilidade informacional e inclusão das pessoas com deficiências visuais;
- d) Analisar se a legislação brasileira direcionada para a inclusão das pessoas com deficiências visuais, repercute na oferta de produtos e serviços oferecidos pelas bibliotecas universitárias federais brasileiras e, eventualmente, como isso ocorre.

3. Fundamentação Teórica

Segundo a pesquisa realizada na Base de Dados Referenciais de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação (BRAPCI) por Vianna e Pinto (2017, p. 145) constatou-se que, na BRAPCI a temática abordada (deficiência e acessibilidade) é considerada recente na literatura da área e se encontra em processo de desenvolvimento contínuo e que “conceitualmente possui diversas acepções e possivelmente por essa e outras razões, a indexação dispersa e não associada de termos correlatos limita a fundamentação teórica e o desenvolvimento na Ciência da Informação.”

Os autores ainda ressaltam que na base de dados da Scientific Eletronic Library Online (SCIELO 2017), “há escassez de artigos sobre o assunto e uma lacuna temporal na sua produção em termos gerais e nos diversos campos científicos abrangidos pelos periódicos indexados naquela base.” Para o desenvolvimento dessa pesquisa recorreu-se a literatura, de forma a investigar os autores que pudessem contribuir na construção de um embasamento teórico consistente a fim de legitimar a realização do presente estudo. Assim, essa seção abordará temas relacionados a pessoa com deficiência, acessibilidade, Tecnologia Assistiva e as bibliotecas universitárias.

O modelo médico da deficiência tem sido responsável em parte, pela resistência da sociedade em aceitar a necessidade de mudar suas estruturas e atitudes para incluir em seu seio as pessoas com deficiência ou outras condições atípicas para que estas possam, aí sim, buscar o seu desenvolvimento pessoal, social, educacional e profissional. É sabido que a sociedade sempre foi, de um modo geral, levada a acreditar que, sendo a deficiência um problema existente exclusivamente na pessoa com deficiência, bastaria prover-lhe algum tipo de serviço para solucioná-lo (SASSAKI, 2006, p. 29).

Nos anos de 1960 e 1970 houve o crescimento de movimentos sociais de luta pelos direitos humanos e pela diversidade favorecendo mudanças na compreensão da deficiência como um dos aspectos componentes da diversidade humana. Assim, declarações, tratados e legislações são elaborados em conjunto com movimentos das pessoas com deficiência e membros da sociedade civil iniciando o processo de mudança do modelo médico da deficiência para o modelo social da deficiência.

Como modelo social da deficiência entende-se que deve eliminar todas as barreiras arquitetônicas, programáticas, metodológicas, instrumentais, informacionais e atitudinais para que as pessoas com deficiência possam ter acesso aos serviços, lugares, informações e bens necessários ao seu desenvolvimento pessoal, social, educacional e profissional (SASSAKI, 2006, p. 45).

Em 1980, a Organização das Nações Unidas (ONU) adota para aquela década, o Ano Internacional das Pessoas Deficientes implantando naquela oportunidade, o conceito de sociedade para todos, que passou a ser denominada sociedade inclusiva por volta do ano de 2010.

A definição de sociedade inclusiva seria a que fortalece as atitudes de aceitação das diferenças individuais e de valorização da diversidade humana e enfatiza a importância do pertencer, da convivência, da cooperação e da contribuição que todas as pessoas podem dar para construir vidas comunitárias mais justas, mais saudáveis e mais satisfatórias (SASSAKI, 2006, p. 168).

Na década de 1990, especificamente em 3 de dezembro de 1992, a Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas escolhe a referida data, por coincidir como comemoração ao Ano Internacional das Pessoas Deficientes para promover a conscientização de assuntos referentes a deficiência e sensibilizar a sociedade para o direito de bem-estar dessas pessoas. No Brasil, a mobilização social conseguiu por meio da Constituição de 1988, a implantação da política de inclusão, que garantia as pessoas com deficiência alguns direitos como: proteção ao trabalho, acesso à educação, saúde, assistência social e acessibilidade (VEREZA, 2008).

Após a promulgação da Constituição de 1988, várias leis, decretos e declarações foram elaboradas de modo a continuar o processo de inclusão social das pessoas com deficiência. A Lei Federal 7.853/1989, por exemplo, definia as responsabilidades do poder público no processo de inclusão das pessoas com deficiência nas áreas de educação, saúde, formação profissional e trabalho, formação de recursos humanos e acessibilidade (OLIVEIRA, 2010).

O Brasil ratifica o Decreto nº 129, a Convenção nº 159 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), voltada para Reabilitação Profissional e Emprego de Pessoas Deficientes e tinha como intuito promover a igualdade de condições das pessoas com deficiência na vida social com os outros cidadãos.

Assim, a supracitada Convenção compromete os Estados-membros a estabelecer políticas para garantir um emprego digno a essas pessoas, que passaram por reabilitação profissional (OLIVEIRA, 2010).

O modelo social da deficiência, aos poucos, evoluiu, ao ser incorporado no ambiente universitário e então favoreceu uma reflexão e discussão das teorias sociais, que abordavam na literatura especializada situações de opressão pelo corpo. Dessa forma, o modelo biopsicossocial surge para relacionar a pessoa com deficiência ao ambiente em que se insere e interage e no qual, a sua participação pode ser restrita devido à presença das barreiras ainda existentes.

Desta maneira, cabe a sociedade realizar as mudanças nos aspectos sociais, estruturais e de assistência integral para se tornar acessível e inclusiva para as pessoas com deficiência.

Recentemente, outro acordo em vigor é a Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU), que consiste em um compromisso político firmado por diversas nações, o que resulta na aplicação de 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) com um total de 169 metas, que contempla o desenvolvimento econômico, ambiental e social.

É esperado que todas as esferas da sociedade devam contribuir para o desempenho da implementação das ODS. A ODS 10, que se refere a redução das desigualdades engloba o acesso à informação e a inclusão social de grupos minoritários, como refugiados, imigrantes e pessoas com deficiência. A ODS 16 discute em promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, facilitar o acesso à justiça para todos e criar instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis.

Podemos perceber que a criação desses documentos é meios de consolidar e assegurar a igualdade de condições da pessoa com deficiência no convívio social, confirmar a proteção dos seus direitos e incluí-la como agente ativo e protagonista na discussão e participação de elaboração de políticas públicas, planejamento e serviços contribuindo dessa forma, para a construção de uma sociedade que promova equivalência entre todos os cidadãos. Assim, é importante que todos os ambientes, como o das bibliotecas universitárias, estejam preparados para adaptar o seu espaço e planejar produtos e serviços que contemple todo tipo de pessoa com ou sem deficiência.

Segundo os dados da Organização Mundial de Saúde (OMS) (2011) há 1 bilhão de pessoas no mundo, que apresentam algum tipo de deficiência e dentre essa quantidade, 36 milhões são cegos e outras 217 milhões possuem baixa visão (FUNDAÇÃO DORINA NOWILL, 2020). No Brasil, os dados do Censo do IBGE (2010) revelam que entre as deficiências declaradas, a visual corresponde a 6,5 milhões de pessoas, no qual a região Sudeste é a que concentra o maior número com aproximadamente 2,5 milhões.

O número é significativo e preocupante, quando se faz uma reflexão a respeito das funcionalidades dos ambientes em que essas pessoas com deficiência visual transitam, trabalham, estudam e se interagem.

De acordo com o Censo Demográfico 2022 do IBGE, divulgados em 2025, cerca de 7,9 milhões de brasileiros (ou 3,1% da população) declararam ter alguma dificuldade para enxergar (mesmo usando óculos), mas esse número não distingue cegos de pessoas com baixa visão. Dados anteriores do mesmo Censo de 2022 indicam que 14,4 milhões de pessoas tinham alguma deficiência no Brasil, sendo a visual uma das mais frequentes. Os dados detalhados do Censo 2022 sobre deficiência visual, apontam 7,9 milhões de pessoas com dificuldade de enxergar. Essa dificuldade é classificada como deficiência visual. A informação sobre a cegueira não é especificada nesta pesquisa, mas sim as pessoas com "alguma dificuldade de enxergar".

Para entender melhor esse aspecto é preciso analisar o conceito de deficiência visual, que segundo Gil (2000, p. 6) se refere ao espectro que vai da cegueira até a visão subnormal.

Chama-se visão subnormal (ou baixa visão, como preferem alguns especialistas) à alteração da capacidade funcional decorrente de fatores como rebaixamento significativo da acuidade visual, redução importante do campo visual e da sensibilidade aos contrastes e limitação de outras capacidades. Entre os dois extremos da capacidade visual estão situadas patologias como miopia, estrabismo, astigmatismo, ambliopia, hipermetropia, que não constituem necessariamente deficiência visual, mas que na infância devem ser identificadas e tratadas o mais rapidamente possível, pois podem interferir no processo de desenvolvimento e na aprendizagem.

A pessoa com deficiência visual demanda uma necessidade informacional distinta podendo ser considerada abrangente, visto que a sua condição direciona para um atendimento individualizado em relação ao acesso à informação desde o suporte físico, que precisa ser adequado, até a própria informação (MERIZIO, 1999).

Masini (1994, p. 5) destaca que, para as pessoas com deficiência visual, a informação destinada possui especificidade e dialética diferenciada pois o seu conteúdo é não visual e a sua compreensão e organização mental se realiza de forma tátil, auditiva, olfativa e cinestésica. Conhecer as pessoas com deficiências visuais que frequentam as bibliotecas universitárias torna-se fundamental para analisar, se os produtos e serviços oferecidos nesses espaços estão adequados satisfatoriamente para atender esse público e como a biblioteca universitária pode colaborar na trajetória acadêmica desses indivíduos.

Quadro 1. Legislação Internacional sobre a pessoa com deficiência

Legislação	Finalidade
Resolução ONU 3.447, de 09 de dezembro de 1975	Declaração dos Direitos das Pessoas Deficientes. Versa sobre os direitos das pessoas com qualquer tipo de deficiência
Resolução ONU 37/52, de 03 de dezembro 1982	Programa de Ação Mundial para Pessoas Deficientes. Estabelece diretrizes para Ações Nacionais (participação de pessoas com deficiência na tomada de decisões, prevenção, reabilitação, ação comunitária e educação do público), Internacionais, Pesquisa e Controle e Avaliação do Programa
Resolução ONU 45/91, de 14 de dezembro de 1990	Aprovada pela 68ª Assembleia Geral das Nações Unidas. Trata da execução do Programa de Ação Mundial para as Pessoas Deficientes e da Década das Pessoas com Deficiência das Nações Unidas.
Resolução ONU 46, de 16 de dezembro de 1991	Trata da execução do Programa de Ação Mundial para as Pessoas Deficientes e da Década das Pessoas com Deficiência das Nações Unidas.
Resolução ONU 48/96, de 20 de dezembro de 1993	As Normas sobre a Equiparação de Oportunidades para Pessoas com Deficiência de que trata esta resolução, consiste de requisitos, normas e medidas de implementação para a igualdade de participação em acessibilidade, educação, emprego, renda e seguro social, vida familiar e integridade pessoal, cultura, recreação e esportes e religião, informação e pesquisa, políticas de planejamento, legislação, políticas econômicas e outros temas pertinentes.
Declaração de Salamanca, 1994	Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais
Convenção da Guatemala, de 28 de maio de 1999	Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de deficiências
Declaração de Montreal sobre a inclusão, 2001	Todos os seres humanos nascem livres e são iguais em dignidade e direitos
Declaração de Madri, 23 de março de 2002	Aprovada em Madri, Espanha, em 23 de março de 2002, no Congresso Europeu de Pessoas com Deficiência, comemorando a proclamação de 2003 como o Ano Europeu das Pessoas com Deficiência.
Convenção Interamericana para Eliminação de todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas com Deficiência – ONU (Nova Iorque 2006)	Proteger e garantir o total e igual acesso a todos os direitos humanos e liberdades fundamentais por todas as pessoas com deficiência, e promover o respeito à sua dignidade.
Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência de 30 de março de 2007.	Promover, proteger e assegurar o exercício pleno e equitativo de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais por todas as pessoas com deficiência e promover o respeito pela sua dignidade inerente.
Tratado de Marrakeche firmado em 28 de junho de 2013.	Facilitar o Acesso a Obras Publicadas para Pessoas Cegas, com Deficiência Visual ou outras Deficiências para o Acesso ao Texto Impresso.

Fonte: Dados da pesquisa baseado em Sassaki (2006) e adaptado de Silva (2019).

A legislação brasileira também acompanhou a mudança dos modelos adotados referente as pessoas com deficiência. Leis, decretos e demais pareceres jurídicos foram promulgados a fim de estabelecer melhores formas de garantir os direitos e orientar padrões de acessibilidade, que buscassem beneficiar a inclusão desse público nos mais diversos ambientes. O quadro 2 demonstra a legislação nacional para as pessoas com deficiência.

Quadro 2 – Legislação nacional para as pessoas com deficiência

Legislação	Finalidade
Lei 7.853, de 24 de outubro de 1989	Dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência - Corde, institui a tutela jurisdicional de interesses coletivos ou difusos dessas pessoas, disciplina a atuação do Ministério Público, define crimes, e dá outras providências.
Decreto 3.298, de 20 de dezembro de 1999.	Regulamenta a Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências.
Portaria 3.284, de 7 de novembro de 2003	Dispõe sobre requisitos de acessibilidade de pessoas portadoras de deficiências, para instruir os processos de autorização e de reconhecimento de cursos, e de credenciamento de instituições.
Decreto 5.296 de 2 de dezembro de 2004	Regulamenta as Leis nº 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências.
Decreto 5.904, de 21 de setembro de 2006	Regulamenta a Lei nº 11.126, de 27 de junho de 2005, que dispõe sobre o direito da pessoa com deficiência visual de ingressar e permanecer em ambientes de uso coletivo acompanhada de cão-guia e dá outras providências.
Decreto 186, de 9 de julho de 2008	Aprova o texto da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e de seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova Iorque, em 30 de março de 2007.
Decreto 6.949, de 25 de agosto de 2009	Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007.
Decreto 7.611, de 17 de novembro de 2011	Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências.
Lei 12.711, de 29 de agosto de 2012	Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências.
Documento orientador do Programa Incluir – Acessibilidade na Educação Superior SECADI/SESU - 2013	Orientar a institucionalização da Política de Acessibilidade nas Instituições Federais de Educação Superior – IFES, a fim de assegurar o direito da pessoa com deficiência à educação superior, fundamentado nos princípios e diretrizes contidos na Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (ONU 2006) e nos Decretos nº 186/2008, 6.949/2009, 5.296/2004, 5.626/2005 e 7.611/2011.
Lei 13.146, de 6 de julho de 2013	Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)

Fonte: Adaptado de Silva (2019).

Tomando por base as legislações citadas nos quadros 1 e 2, podemos constatar como o progresso da mudança do modelo médico para o biopsicossocial da deficiência impactou na elaboração de leis, que garantissem os direitos das pessoas com deficiência para a sua inclusão na sociedade. A biblioteca universitária, para que se torne um ambiente inclusivo e acessível,

precisa compreender a legislação destinada para a pessoa com deficiência e incorporá-la em suas atividades, práticas e serviços oferecidos, uma vez que são elementos garantidos em lei. De acordo com a Lei Brasileira de Inclusão para a Pessoa com Deficiência.

4. Definição de Tecnologia Assistiva e análise informacional para sua inclusão

A Tecnologia Assistiva (TA) é uma área do conhecimento que tem crescido significativamente nos últimos anos e está relacionada a demanda de recursos e serviços direcionados as pessoas com deficiência. Conforme Galvão Filho (2013), a TA se encontra em ascensão devido ao paradigma da inclusão social, que contribui com a inserção de pessoas com deficiência nos diversos aspectos da sociedade. Os recursos de TA são fundamentais nos aspectos de mobilidade e contribuem para a aprendizagem, trabalho, comunicação e interação social.

A TA na sua proposta conceitual, a princípio, ficou vinculada a área da saúde devido ao denominado “modelo médico da deficiência” (BRASIL, 2014, online), o qual enfatizava somente os aspectos direcionados à saúde e às capacidades funcionais individuais da pessoa com deficiência, desconsiderando as demais relações sociais e interdisciplinares dessa realidade (GALVAO FILHO, 2013). Evidencia-se uma discussão mais presente em várias instâncias da sociedade envolvendo a TA, porém há escassez de pesquisas e projetos sobre essa temática. A TA tem se restringido a especialistas envolvidos com pessoas com deficiência dificultando a sua evolução e diálogo com as outras áreas do conhecimento (RODRIGUES; ALVES, 2013). Segundo Galvão Filho (2013) há certa confusão em relação a definição do que seja TA pois, nota-se uma tendência do senso comum em considerar qualquer recurso relacionado as pessoas com deficiência, ainda que ele seja utilizado com o mesmo objetivo para indivíduos sem deficiência.

A definição de TA ainda se encontra em desenvolvimento, então, na busca de uma maior precisão conceitual, o autor supracitado considera que A Tecnologia Assistiva, como um tipo de mediação instrumental, está relacionada com os processos que favorecem, compensam, potencializam ou auxiliam, também na escola, as habilidades ou funções pessoais comprometidas pela deficiência, geralmente relacionadas às funções motoras, funções visuais, funções auditivas e/ou funções comunicativas (GALVÃO FILHO, 2013, p. 8-9).

Para a NBR 9050/2020, (2020, p. 3), a TA recebe o nome de ajuda técnica e se refere a produtos, equipamentos, dispositivos, recursos, metodologias, estratégias, práticas e serviços que objetivem promover a funcionalidade, relacionada à atividade e à participação da pessoa com deficiência ou mobilidade reduzida, visando a sua autonomia, independência, qualidade de vida e inclusão social.

Com o intuito em atender as necessidades desses das pessoas com deficiência visual e as dificuldades previstas de sua inserção em ambientes de trabalho e de educação foram criadas a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (13.146/2015) e o artigo 93 da lei 8.213/1991, que dispõe sobre os planos de benefícios da previdência social e dá outras providências. As leis citadas têm o objetivo de permitir às pessoas com deficiência condições de equidade e contribuir para a sua inclusão na sociedade para que possam exigir os seus direitos e exercer atividades compatíveis com o seu grau de deficiência.

Para garantir o cumprimento das leis e facilitar o cotidiano das pessoas com deficiência, tem se tornado comum a utilização da TA, que segundo o Comitê de Ajudas Técnicas pode ser compreendida como uma área do conhecimento, de característica interdisciplinar, que engloba produtos, recursos, metodologias, estratégias, práticas e serviços que objetivam promover a funcionalidade, relacionada à atividade e participação, de pessoas com deficiência, incapacidades ou mobilidade reduzida, visando sua autonomia, independência, qualidade de vida e inclusão social (BRASIL, 2007, online).

A evolução da ciência, juntamente com a expansão das novas tecnologias e inteligência artificial fomentaram o surgimento de outras formas de interação ao ambiente, como as plataformas digitais, EaD, repositórios informacionais, arquivos abertos entre outros. Nesse sentido, cria-se a expectativa de que, espaços, como o da biblioteca precisam repensar os seus produtos e serviços, de modo a se adequarem a este novo contexto. As TIC's têm modificado o modelo tradicional das bibliotecas universitárias, no qual a internet e o ambiente eletrônico proporcionaram alternativas nas relações da tríade, sistemas – comunidade – bibliotecários (SOUSA; FUJINO, 2009).

Os estudos realizados pelo Ministério de Ciência e Tecnologia da Informação e Comunicação sobre a demanda e o acesso das pessoas com deficiência à TA no Brasil constataram a ausência de conhecimento e a baixa utilização de produtos de TA pelas pessoas com deficiência, o que torna um desafio a perspectiva de sociedade inclusiva.

5. Fluxos de Informação e desafios para a implementação de Tecnologia Assistiva nas bibliotecas

A Convenção dos Direitos da Pessoa com Deficiência assegura que, para a efetivação dos direitos nela preconizados, é imprescindível a oferta dos produtos e serviços de Tecnologia Assistiva, como meio eficaz de eliminação de barreiras sendo, por isso, uma responsabilidade social compartilhada, um compromisso de todos, canalizado pela ação do Estado (DELGADO GARCIA; INSTITUTO DE TECNOLOGIA SOCIAL, 2017, p.39).

Quadro 3 – Fluxos de Informação e desafios para a implementação de Tecnologia Assistiva nas bibliotecas

Critério	Fluxos de Informação	Desafios
Usabilidade da Tecnologia Assistiva na Educação e no Trabalho	Garantir nos espaços públicos – como telecentros, escolas e bibliotecas – orientação para as pessoas com deficiência, oferecendo diferentes alternativas de equipamentos e softwares e empregando intérpretes de Libras e pessoas treinadas para atender e fazer pequenas adaptações nos equipamentos, sempre que necessário.	
Concessão da Tecnologia Assistiva na Educação e no Trabalho	Disponibilizar produtos assistivos para fins de inclusão em áreas como trabalho, esporte, lazer, educação e bibliotecas, entre outros. Transformar espaços públicos como os telecentros, escolas e bibliotecas em espaços de orientação e referência para as pessoas com deficiência, que ofereçam diferentes alternativas de equipamentos e softwares e profissionais treinados para esse atendimento. Tornar acessíveis todas as bibliotecas das escolas públicas e privadas.	
Conhecimento da Tecnologia Assistiva na Educação e no Trabalho		Poucas escolas e bibliotecas dispõem de impressoras braile e scanners com voz.
Usabilidade da Tecnologia Assistiva para Esporte, Turismo, Cultura e Lazer.		As bibliotecas não oferecem equipamentos de qualidade e com usabilidade suficiente para todas as pessoas com deficiência.
Mercado da Tecnologia Assistiva para Esporte, Turismo, Cultura e Lazer		Nem todos os programas de cultura e lazer implementados em museus, bibliotecas e centros culturais são acessíveis, o que limita a participação de pessoas com e sem deficiência.
Plano de Desenvolvimento Institucional no Setor de Tecnologia Assistiva para a Educação e o Trabalho	Tornar acessíveis espaços públicos como os telecentros, escolas e bibliotecas em espaços de orientação e referência para as pessoas com deficiência, oferecendo diferentes alternativas de equipamentos e softwares, com profissionais treinados para atender e fazer pequenas adequações nos equipamentos.	
Plano de Desenvolvimento Institucional no Setor de Tecnologia Assistiva para Esporte, Turismo, Cultura e Lazer.	Equipar bibliotecas com produtos assistivos que atendam as necessidades de todos os tipos de deficiência.	

Fonte: Baseado em Delgado Garcia e Instituto de Tecnologia Social, 2017.

As informações explicitadas no quadro 3, identificam os fluxos de informação que podem atender a implementação das TA, na aquisição de equipamentos, produtos e softwares de TA para as bibliotecas e os possíveis desafios se restringem ao fato desses locais não possuírem esses recursos. Ressalta-se a necessidade de que haja uma discussão com instituições, governantes e sociedade,

sobre o quanto é importante para o convívio e interação da pessoa com deficiência, a aquisição dos recursos de TA para viabilizar o seu acesso as fontes informacionais tradicionais.

6. Recursos de Tecnologia Assistiva para pessoas com deficiências visuais

Somente com a presença de recursos, produtos ou equipamentos de TA na biblioteca universitária não é o suficiente para garantir a inclusão social da pessoa com deficiência. Entretanto, a inexistência da TA favorece ao distanciamento desse usuário para o uso de produtos, serviços ou frequentar o ambiente da biblioteca, já que o espaço não oferece condições satisfatórias de acessibilidade informacional.

É essencial que haja uma sensibilização do bibliotecário em se preocupar com a inclusão da pessoa com deficiência, quanto ao seu papel de gestor da biblioteca e potencial multiplicador de ações inclusivas. Cabe ao bibliotecário buscar a educação continuada para melhorar o seu desempenho profissional, de forma a desenvolver suas habilidades, conseguir novas competências alcançando uma formação múltipla e abrangente. Dessa forma, o bibliotecário atenderá a proposta do modelo biopsicossocial, ao assumir o seu papel social com empatia, respeito e conscientização do seu protagonismo profissional proporcionando a acessibilidade atitudinal, metodológica e informacional às pessoas com deficiências visuais. Nesse aspecto, o bibliotecário precisa avaliar se a biblioteca universitária é um espaço inclusivo e oferecer opções que possam contemplar a individualidade desse público.

Quadro 4 – Recursos de Tecnologia Assistiva para pessoas com deficiências visuais

Recursos de Tecnologia Assistiva	Finalidade	Exemplos
Ampliadores de telas	Ampliam e modificam as cores da tela, com o objetivo de melhorar a leitura de textos e a percepção de imagens, para pessoas com dificuldades de enxergar.	Lentes de aumentos, lupa eletrônica, óculos para baixa visão.
Leitores de tela	Realizam a leitura de informações textuais por meio de sintetizadores de voz ou displays em Braille para pessoas cegas ou com baixa visão.	Virtual vision, <u>Monitivox</u> , Jaws, NVDA (<u>Non Visual Desktop Access</u>), <u>Dosvox</u> – para ambiente Windows; ORCA (Linux); Voice over (MAC os)
Programas de reconhecimento de voz	Possibilitam o acionamento de comando dos programas via voz e podem ser usados por quem tem deficiência que dificulte, ou impeça o uso de teclado ou mouse.	XULIA (acrônimo de <u>Gestion Unificada de Linguage de Inteluigencia Artificial</u> , no dialeto galego)
Conversor de texto para áudio	Ler em voz alta o texto escrito e escolher as sentenças a serem proferidas com base nas respostas vocais do usuário.	D-Speech, Scanner <u>Bookreader</u>
Textos e imagens em Braille	Conversão de textos e imagens impressos para o formato em Braille.	Impressora Braille, impressora em relevo tátil.

Fonte: Baseado em Fonseca e Oliveira (2010); Cunha e Malheiros (2018); Silva (2019)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Analisar os estudos referentes à deficiência visual na área da educação formal e não formal, permitiu lançar um olhar reflexivo sobre as características do fazer pesquisa sobre as dificuldades enfrentadas pelas pessoas com dificuldades visuais e a inclusão educacional no Brasil. A análise dos artigos científicos permitiu visualizar uma produção consistente no cenário nacional, embora com oscilações em termos da quantidade de artigos publicados. O fato de estudos qualitativos revelarem-se predominantes no contexto nacional pode estar relacionado a diversos fatores, dentre eles, concepções teórico metodológicas que prevalecem nas pesquisas no campo da educação e dificuldade em realizar estudos longitudinais ou com número maior de participantes, pois exigem financiamentos mais vultosos e de longo prazo.

Destaca-se também a importância da abordagem histórico-cultural, o uso de referencial predominante em língua portuguesa e publicações em revistas de nicho, tanto nacionais quanto internacionais. Mais estudos podem ser feitos para avaliar o cenário internacional da aplicabilidade da Tecnologia Assistiva e suas inovações tecnológicas.

Por meio da análise das referências bibliográficas utilizadas, pode-se concluir que os pesquisadores têm se situado a partir de paradigmas teóricos que contemplam um modo de compreender a deficiência cujo olhar enfatiza o potencial dos sujeitos e a responsabilidade dos educadores em desenvolver práticas que contemplem as especificidades da deficiência visual. A produção e sistematização do conhecimento sobre deficiência visual e escolarização têm avançado nas últimas décadas.

No universo dos artigos pesquisados os estudos têm contemplado a participação de estudantes com deficiência visual e professores e há potencial para explorar a participação de colegas e familiares. Estudos quantitativos e aprofundar as ferramentas disponíveis no universo dos modelos de fluxos de informação, são os princípios vitais que suportam os processos, a tomada de decisão e o desenvolvimento de novas tecnologias e produtos que atendam as pessoas com deficiência visual e baixa visão.

REFERÊNCIAS

ABNT - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. ABNT NBR 9050/2020: acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. Rio de Janeiro: ABNT, 2020. 162 p.

ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO - UFMG. Modelo de deficiência e funcionalidade. Acessibilidade e inclusão – UFMG, 2020.

AMORIM, M.L.C. Construção e adaptação de um teste de atenção para indivíduos com deficiência visual: estudo baseado no Teste de Atenção de Bams. 2006. 140f. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Desporto, Universidade do Porto, Porto, 2006.

ARANHA, M. S. F. Projeto Escola Viva: garantindo o acesso e permanência de todos os alunos na escola: necessidades educacionais especiais dos alunos. 2 ed. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2005. 45 p.

BERSCH, R. 2008. Introdução às Tecnologias Assistivas. Disponível em: http://www.assistiva.com.br/Introducao_Tecnologia_Assistiva.pdf.

BORGES, C. V. S., et al. Proposta de acesso inclusivo dos portadores de deficiência visual na biblioteca universitária José de Alencar da Faculdade de Letras da UFRJ. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 10, n. Especial, 2014.

- BORKO, H. Information Science: What is it? **American Documentation**, v. 19, n.1, p. 3-5, jan.1968.
- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm.
- BRASIL. Congresso Nacional. Lei nº 8.213 de 24 de julho de 1991. Dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília, DF, 25 jul. 1991. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8213cons.htm.
- BRASIL. Congresso Nacional. Decreto Lei nº 5.296 de 2 de dezembro de 2004. Regulamenta as Leis no 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília, DF, 3 dez. 2004. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm.
- CAPURRO, R.; HJORLAND, B. O conceito de informação. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 12, n. 1, 2007.
- CARVALHO, J. O. F. Acessibilidade à informação: proposta de uma disciplina para cursos de graduação na área de biblioteconomia. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 38, n. 3, p. 64-79, 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ci/v38n3/v38n3a05.pdf>.
- CORRÊA, M. A. M. **Educação especial**: v. 01. Rio de Janeiro: Fundação CECIERJ, 2005. Disponível: <https://canalcederj.cecierj.edu.br/012016/a1af164aed3aff470abbd469102d4a12.pdf>.
- COSTA, M. F. O. **A informação e o exercício da cidadania**. 2004. Disponível em: <http://www.dci.ufc.br/fatimacosta/fcosta.publ.html>.
- COSTA, M. K. A.; DUARTE, A. B. S. A (In)acessibilidade nas bibliotecas universitárias: a interação entre o bibliotecário de referência e o usuário com deficiência. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 13, n. 2, p.161-178, jul./dez. 2017. Disponível em: <https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/479/647>.
- CUNHA, M. B.; CAVALCANTI, C. R. O. **Dicionário de biblioteconomia e arquivologia**. Brasília: Briquet de Lemos, 2008. 451 p.
- DELGADO GARCIA, J. C.; INSTITUTO DE TECNOLOGIA SOCIAL (Orgs.). **Livro Branco da Tecnologia Assistiva no Brasil**. São Paulo: ITS BRASIL, 2017.

FONSECA, J. C; PINTO, T. L. **Tecnologias assistivas para a biblioteca inclusiva**: uma forma de oferecer a informação a todos. In: ENCONTRO NACIONAL DOS ESTUDANTES DE BIBLIOTECONOMIA, DOCUMENTAÇÃO, GESTÃO E CIENCIA DA INFORMAÇÃO, 33., 2010, João Pessoa, Anais [...]. João Pessoa: UFPB, 2010.

FUNDAÇÃO DORINA NOWILL. Disponível em: <https://www.fundacaodorina.org.br/a-fundacao/deficiencia-visual/estatisticas-dedeficiencia-visual/>.

GALVÃO FILHO, T. A. A construção do conceito de Tecnologia Assistiva: alguns novos interrogantes e desafios. **Entreideias**: Educação, Cultura e Sociedade, Salvador, v. 2, n. 1, p. 25-42, jan./jun. 2013.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 2008. 200 p.

INSTITUTO BENJAMIM CONSTANT. **Um olhar sobre a deficiência visual**. Disponível em: <http://www.ibc.gov.br/fique-por-dentro/cegueira-e-baixa-visao>.

LAZZARIN, F. A.; SOUSA, M. R. F. Aspectos que interferem no acesso à informação e interação dos usuários cegos com o OPAC em bibliotecas universitárias. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 20, n.1, p.75-91, jan./mar. 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/pci/v20n1/1981-5344-pci-20-01-00075.pdf>.

MASINI, E. F. S. **O perceber e o relacionar-se do deficiente visual**: orientando professores especializados. Brasília: Coordenação Nacional de Integração de Pessoa Portadora de Deficiência, 1994. 160 p.

MERIZIO, T. M. P. **Necessidades informacionais dos deficientes visuais do CEAD**. 1999. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Biblioteconomia) – Universidade Estadual de Londrina. 1999.

OLIVEIRA, L. C. **Visibilidade e participação política**: um estudo no Conselho Municipal da Pessoa com Deficiência em Niterói. 2010. 178f. Dissertação (Mestrado). Departamento de Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Niterói, 2010.

OLIVEIRA, M. **Ciência da Informação e Biblioteconomia**: novos conteúdos e espaços de atuação. 2 ed. Belo Horizonte: UFMG, 2011. 139 p.

PINHO NETO, J.A.S. **A inclusão digital para deficientes visuais do setor braile da biblioteca central da UFPB**. In: SEMINARIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS BRAILLE, 8., 2014. São Paulo: Febab, 2014.

RODRIGUES, P. R.; ALVES, L. R. **Tecnologia assistiva: uma revisão do tema**. Holos, Natal, n. 29, v. 6, p. 170-180. 2013. Disponível em: <http://atividadeparaeducacaoespecial.com/wpcontent/uploads/2014/07/TECNOLOGIA-ASSISTIVA-REVIS%C3%83O-DOTEMA.pdf>.

SARACEVIC, T. **Ciência da informação: origem, evolução e relações**. Perspectiva em Ciência da Informação, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 41-62, Jan./Jun. 1996.

SASSAKI, R. K. A inclusão de pessoas com deficiência no mercado de trabalho. **Revista Nacional de Reabilitação**, São Paulo, v. 6, n. 32, maio/jun. 2003, p. 4-7.

SASSAKI, R. K. **Inclusão: construindo uma sociedade para todos**. Rio de Janeiro: WVA, 2006. 176 p.

SILVA, A. F. **Proposta de um programa para desenvolvimento da competência em informação em bibliotecas universitárias para estudantes cegos**. Dissertação (Mestrado). Universidade do Estado de Santa Catarina, Centro de Ciências Humanas e da Educação, Programa de Mestrado Profissional em Gestão de Unidades de Informação, Florianópolis, SC, 2019.224f.

SOUSA, M. M.; FUJINO, A. **A biblioteca universitária como ambiente de aprendizagem no ensino superior: desafios perspectivas**. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 10., 2009, João Pessoa. Anais [...]. João Pessoa: UFPB, 2009.

VIANNA, W. B.; PINTO, A. L. Deficiência, acessibilidade e tecnologia assistiva em bibliotecas: aspectos bibliométricos relevantes. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 22, n. 2, p.125-151, abr./jun. 2017.

VIEIRA, L. C. B.; **Biblioteca inclusiva: repensando políticas de acesso e inclusão para deficientes auditivos na Universidade Federal do Maranhão**. **Biblionline**, João Pessoa, v. 10, n. 1, p. 82-101, 2014.